

MANDELA

EM CENA



RELATÓRIO DE PRODUÇÃO DO MATERIAL PARADIDÁTICO

Cássia Caren Santana Teixeira
Juvenal de Carvalho Conceição



EDITORA UFRB
Viva a leitura!

Cássia Caren Santana Teixeira
Juvenal de Carvalho Conceição

MANDELA EM CENA

**RELATÓRIO
DE PRODUÇÃO
DO MATERIAL
PARADIDÁTICO**



Universidade Federal do
Recôncavo da Bahia

REITORA

Georgina Gonçalves dos Santos

VICE-REITOR

Fábio Josué Souza dos Santos

EDUFRB

Superintendência da Editora

SUPERINTENDENTE

Rosineide Pereira Mubarack Garcia

CONSELHO EDITORIAL

Débora Alves Feitosa
Luciano Hocevar
Manuela Oliveira de Souza
Maurício Ferreira da Silva
Rosilda Arruda Ferreira
Rosineide Pereira Mubarack Garcia
(Presidente)
Sarah Roberta de Oliveira Carneiro
Simone Alves Silva
Urbanir Santana Rodrigues

Marcílio Delan Baliza Fernandes
Susana Couto Pimentel
Tatiana Polliana Pinto de Lima

EDITORA FILIADA À



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Copyright©2024 by Cássia Caren Santana Teixeira e Juvenal de Carvalho Conceição

Direitos para esta edição cedidos à EDUFRB

Projeto gráfico, capa e editoração eletrônica

Antonio Vagno Santana Cardoso

Revisão e normatização técnica

Juvenal de Carvalho Conceição

A reprodução não-autorizada desta publicação, por qualquer meio seja total ou parcial, constitui violação da Lei no 9.610/98.

T266m

Teixeira, Cássia Caren Santana.

Mandela em cena: relatório de produção do material paradidático / Cássia Caren Santana Teixeira e Juvenal de Carvalho Conceição. – Cruz das Almas, BA, EDUFRB, 2024.

124 p.; il.

Esta obra - Relatório -faz parte do Edital no. 01/2023 - Edital de apoio à publicação de produtos tecnológicos.

ISBN: 978-65-6136-003-6

1.Mandela, Nelson, 1918-2013 – Cinema.
2.Representações cinematográficas – Análise.
I.Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. II.Teixeira, Cássia Caren Santana. III.Conceição, Juvenal de Carvalho. IV.Título.

CDD: 791.43

Ficha elaborada pela Biblioteca Universitária de Cruz das Almas - UFRB. Responsável pela Elaboração Antonio Marcos Sarmento das Chagas (Bibliotecário - CRB5 / 1615).

Publicado em 19 de novembro de 2024



Rua Rui Barbosa, 710 – Centro
44380-000 Cruz das Almas – Bahia/Brasil
Tel.: (75) 3621-7672
editora@reitoria.ufrb.edu.br
www.ufrb.edu.br/editora

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
NELSON MANDELA VISTO POR NELSON MANDELA	11
Infância e juventude	15
Militância	15
O segundo casamento	24
Prisões, banimentos, clandestinidade e julgamentos	25
Ilha de Robben	34
Negociações	45
Liberdade	51
Mapa da trajetória de Mandela	57
NELSON MANDELA EM CENA	58
Pelas lentes cinematográficas: Fontes que representam a história de Nelson Mandela	59
Mandela luta pela liberdade (2007)	59
Invictus (2009)	61
Mandela - O caminho para a liberdade (2013)	63
Mandela: Em nome da liberdade (2008)	65
Madiba (2017)	67
Análise das fontes: As representações construídas de Nelson Mandela através das telas	72

LUZ, CAMÂRA, ATENÇÃO: CINEMA E O ENSINO DE HISTÓRIA DAS ÁFRICAS	82
Produto final	82
O cinema como recurso didático no ensino de história	84
A História das Áfricas através das telas	90
Lei 10.639/03: Importância, Efetividade e Desafios	100
CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
REFERÊNCIAS	107
SOBRE OS AUTORES	122

INTRODUÇÃO

O apartheid na África do Sul foi uma das formas mais hediondas de denominação social na história. Tratou-se do mais acentuado racismo e dominação branca no continente africano que ocorreu de 1948 até 1994. O *apartheid* era definido como um sistema de desenvolvimento nacional separado, ou apartado, segundo a cor e a raça. Negava os mais essenciais direitos a imensa maioria negra da época na África do Sul.

O contexto em que se baseou a dominação branca no país e o racismo oficializado no regime do apartheid ocorreu paralelo a expansão colonial, pois, no continente africano, a base teórica de fundamentação desse racismo era justificada no plano político e econômico em que o domínio e a acumulação colonial classificavam os povos conquistados como raças inferiores. Os Portugueses foram os primeiros a chegar à África do Sul, contudo o efetivo processo de colonização só foi iniciado em 1652 pelos holandeses, que ficaram conhecidos como *boers*, e os britânicos. Dessa maneira, o poder e domínio branco das duas nações se revezaram ao longo de boa parte da história sul africana.

Em 1910, por acordo entre os setores dominantes da colonização boer e inglesa, formou-se a União Sul-Africana como domínio britânico de um governo autônomo. Nesse período, os boers já representavam 60% da população branca no país, e essa maioria os favoreceu dentro do sistema eleitoral. Em 1948, o Partido Nacionalista, de bases sociais predominantemente boers, ganhou as primeiras eleições e, desde então, não as perdeu mais. A partir daí, se fortaleceu e adquiriu formas legais às práticas racistas tomando forma e estabilidade o apartheid.

Nos anos que seguiram a legislação do apartheid, todas as áreas e atividades da sociedade e economia do país foi coberta e regulada por leis separatistas. Em 31 de maio de 1961, após cinquenta anos da formação da União Sul-africana e mediante a um referendo nacional, foram rompidos os vínculos com a Grã-Bretanha sendo criada a atual República da África do Sul.

A África do Sul, como seu nome já indica, se situa no extremo sul do continente africano. Limita-se com: Botswana, Zimbabwe, Moçambique,

Namíbia e Suazilândia. A divisão político-administrativo do país corresponde a nove grandes províncias: A Cidade do Cabo, Joanesburgo, Pietermaritzburg, Bisho, Bloemfontein, Kimberley, Polokwane, Nelspruit e Makifeng. Essas províncias encontram-se divididas em municípios metropolitanos e distritos municipais. A população atual da África do Sul é estimada em 58,8 milhões de pessoas, em sua maioria, formada por negros. O inglês e o Africâner são as línguas oficiais do país. Já sua base econômica consiste no setor primário, com destaque para a exploração de recursos minerais, a exemplos do ouro e diamante.

A África do Sul, após o fim do apartheid, precisou se reerguer em todos os âmbitos, e, ao longo da história, é possível verificar como de fato isso aconteceu. Nesse contexto, cita-se a figura de Nelson Mandela, considerado um marco na história da África do Sul a partir da sua inserção na luta contra o apartheid. Portanto, a presente pesquisa tem como objetivo apresentar como as representações sobre Nelson Mandela foram construídas e fundamentadas através do cinema. Para tal, as fontes fílmicas, a partir das análises realizadas, são centrais para a compreensão e conclusão da pesquisa.

Partindo desse ponto, analiso cada filme buscando compreender e refletir sobre eles e as representações encontradas. Foram identificadas as seguintes representações: Terrorista, líder, mito, consagrado, pacificador, ativista, amigo, bondoso, sofrido e solitário. Para isso, ressalto a importância de trazer o conceito de *representação*, pois é uma concepção que durante o período da análise fílmica foi significativo para uma melhor compreensão do que, de fato, as produções querem dizer sobre quem foi Nelson Mandela.

De acordo com Hall, representação é uma parte essencial do processo pelo qual os significados são produzidos e compartilhados entre os membros de uma cultura. Representar envolve o uso da linguagem, de signos e imagens que significam ou representam objetos. Entretanto, esse é um processo longe de ser simples e direto, como se verifica na análise das fontes sobre a caracterização de Nelson Mandela.

Inspirada nesta linha de Hall (2016) sobre o que é representação, ao utilizar filmes como fonte, tracei um caminho para a análise em que observo a ficha técnica, enredo, cenas, roteiros, som, diálogos e imagens de cada filme, afinal, os diretores, para compor suas produções, fazem seleções de dados, de momentos para formar uma sequência lógica, construindo assim, os sentidos, as representações que desejam circular.

Para isso, a pesquisa é dividida em três capítulos: O primeiro é um panorama da trajetória de Nelson Mandela, desde sua infância até a velhice. Nesse capítulo, apresento fragmentos, informações e descrições da vida de Mandela através de uma de suas biografias. Destarte, busquei compreender a ideia de Ciraj Rassool (2019) sobre a ordem biográfica e o complexo memorial em seu texto *Patrimônio e nação pós apartheid, ordem biográfica, complexo memorial e o espetáculo da história*.

Com isso, o autor supracitado aponta que em meados da década de 1990, o campo da biografia e da autobiografia política com modo de negociação do passado sul-africano experimentou um período de crescimento e mesmo uma explosão. Esse aumento na produção biográfica e um novo olhar sobre feitos e atitudes de indivíduos não tiveram lugar apenas na academia, mas foram comuns a quase todas as esferas de produção histórica na arena pública, sendo possível enxergar a metade da década de 1990 como um “momento biográfico” peculiar nos estudos históricos sul-africanos. As circunstâncias da transição política para a “democracia” no solo da África do Sul assistiram ao retorno à vida pública de líderes políticos, muitos de avançada idade, após anos de exílio ou encarceramento. Sendo a construção da nação projetada como um novo imperativo na África do Sul pós-apartheid, a vida individual e biográfica veio a assumir uma renovada centralidade na arena pública, ao mesmo tempo em que histórias de resistência eram metamorfoseadas em histórias de reconciliação nacional. (Rassool, C. 2019, p.125)

É nesse cenário da década de 1990 que a biografia de Mandela significou um passado novo na África do Sul. Mais que mero resgate, as produções biográficas implicam uma ativa produção da memória. Tanto que essa década assistiu a uma verdadeira “corrida” pela vida de Nelson Mandela à medida que eram produzidas biografias em, virtualmente, todos os meios. Desse modo, Ciraj afirma que a escrita da história de vida de Nelson Mandela dá acesso à “verdadeira” história da vida épica do herói definitivo. Sua história de “dificuldade, resiliência e, finalmente, triunfo”, especialmente tal como foi sacralizada em Longa caminhada até a liberdade, veio a se tornar um sinônimo da história da “nação” sul-africana. Era a história de um “líder nato”, a história de um pai e a história da nação tornadas uma só (Rassool, C. 2019, p.190).

Durante os dez primeiros anos da democracia na África do Sul, um caráter biográfico foi conferido à paisagem cultural, com a vida dos

líderes ocupando um lugar central. A biografia, concebida de modos bastante convencionais, foi consagrada como um dos principais modos de negociação do passado na arena pública e era a característica central das narrativas de resistência e reconciliação, resgatadas como a base da construção da nação da nova África do Sul. É seguindo essa linha que este primeiro capítulo se configura ao concentrar-se em apresentar a vida de Nelson Mandela desde a sua infância até sua caminhada pela liberdade.

Já o segundo capítulo trata da descrição das fontes e suas análises, tais peças foram selecionadas a partir de um levantamento feito em sites de buscas como o *Google chrome* que já direcionou a investigação para sites específicos como o *Adoro cinema*, *Mega filmes*, *Filmow* e *Youtube*. Para chegar a esses sites foram usadas as palavras Nelson Mandela, Filme e Apartheid como termos de busca.

Levantamos quinze filmes: *Conspiração Violenta* (1975); *Um Grito de Liberdade* (1987); *Assassinato sob Custódia* (1989); *O poder de um Jovem* (1992); *Bopha! A flor da pele* (1993); *Mandela e De Klerk* (1997); *Em minha terra* (2003); *Em nome da Honra* (2006); *Mandela- Luta pela liberdade* (2006); *Invictus* (2009); *Frente a Frente com o Inimigo* (2009); *Borboletas Negras* (2011); *Repórteres de Guerra* (2011) *Mandela - O caminho para a liberdade* (2013) e *Winnie* (2013).

Do catálogo, selecionei para analisar os filmes lançados entre 2007 e 2013. São eles: *Mandela - Luta pela liberdade* (2007); *Invictus* (2009) e *Mandela - O caminho para a liberdade* (2013). Os mesmos são produções de fácil acesso, que estão disponíveis em Língua Portuguesa. Como o objetivo desta pesquisa é criar um catálogo como produto final para os docentes usarem na educação básica, é fundamental trabalhar com peças de grande circulação e de fácil acesso.

Dando continuidade às buscas, optei em pesquisar por documentários que retratam a vida de Nelson Mandela, foram encontrados nove: *Viva a Mandela* (1990); *Contagem regressiva para a liberdade: Dez dias que mudaram a África do Sul* (1994); *Discursos de Nelson Mandela* (1995); *Mandela: Filho da África, pai de uma nação* (1996) *Nelson Mandela: Um justo* (2000); *Última resistência do Apartheid* (2000); *Mandela em nome da liberdade* (2008); *O milagre de Mandela* (2010) e *Mandela: O homem por trás do mito* (2019). Elegi para análise apenas um documentário e o

escolhido foi Mandela em nome da liberdade (2008), em decorrência de sua disponibilidade de acesso. Nesse processo de pesquisa dos filmes e documentários, encontrei disponível uma série cujo título é Madiba (2017). Seleccionada as peças, cataloguei o material indicando as sinopses e fichas técnicas, destacando direção, duração e o ano de produção. A partir desse processo de catalogação, iniciou-se a pesquisa para analisar, refletir e identificar nas fontes cinematográficas as representações construídas de Nelson Mandela como apresenta o capítulo.

Por fim, o terceiro que se constitui da apresentação do produto final e o debate da relação do cinema nos respectivos campos: Ensino de história, História do continente africano e a lei 10.639/03. Percorrendo essa sequência, é possível compreender o papel dos filmes nas construções da figura de Nelson Mandela, assim como o uso dos estudos dos determinados campos abordados contribuirá na elaboração e execução do produto final.

Nesse caso, a proposta do produto final a ser executado é a elaboração de um catálogo que auxiliará ao professor a trabalhar sobre Nelson Mandela e o uso dos filmes em sala de aula. Dessa maneira, já explanados os pontos chaves da pesquisa, mergulharemos nas lentes cinematográficas e no que elas têm a apresentar.

NELSON MANDELA VISTO POR NELSON MANDELA

Este capítulo tem como objetivo apresentar, de forma resumida, a trajetória de Nelson Mandela, desde a infância e juventude até a conquista da liberdade. Destaca-se, particularmente, o papel da militância, a luta contra o Apartheid e a prisão na Ilha Robben na vida deste líder singular, cuja influência e visão foram decisivos para a construção da África do Sul tendo reflexos igualmente relevantes para todo o continente africano. Assim, trata-se de um personagem histórico que desperta interesse em estudiosos das mais diferentes áreas, o que resulta numa significativa produção historiográfica, literária, jornalística e cinematográfica.

Considerando o objetivo geral do presente trabalho não é produzir mais uma biografia de Mandela, o panorama aqui traçado busca apenas

apresentar o personagem em linhas gerais, para então refletir sobre as representações do mesmo no cinema. Assim, a síntese que segue se baseia nas obras: *Conversas que tive comigo* e *Longa caminhada até a liberdade*, ambas de autoria do próprio Mandela. Logo, são obras que oferecem fragmentos, registros da visão do próprio sobre sua experiência, pessoal e política, uma auto representação.

Visando ter um contexto à auto representação de Mandela examinei também as obras *Apartheid – O horror Branco na África do Sul* e *Os caminhos de Mandela: lições de vida, amor e coragem*.

Longa caminhada até a liberdade é a autobiografia de Nelson Mandela que foi escrita clandestinamente em 1974, durante sua detenção na Ilha de Robben, mas o livro foi descoberto pelas autoridades e confiscado. Nelson Mandela retomou o trabalho nele depois que foi liberado da prisão, em 1990. Esta obra apresenta sua trajetória desde a infância até a vida adulta e todo seu percurso na luta contra o apartheid. O livro *Conversas que tive comigo* traz cartas escritas por Nelson Mandela durante sua prisão.

Já o livro *Apartheid – O horror Branco na África do Sul* de autoria de Francisco José Pereira, discute o Apartheid na África do Sul, destacando sua formação histórica, informações relevantes sobre o país, a legislação do apartheid e a “Carta da liberdade” – Programa do Povo Sul – Africano. *Os caminhos de Mandela: lições de vida, amor e coragem* obra escrita pelo jornalista americano Richard Stengel narra a vida privada e pública de Nelson Mandela escrita por ele a partir de entrevistas e do momento em que teve a experiência de auxiliar Nelson Mandela na escrita de sua autobiografia.

A partir destas obras foi possível conhecer, analisar e entender fatos específicos sobre a vida de Mandela e o apartheid como, por exemplo, a luta clandestina, suas prisões e julgamentos, bem como aspectos da sua vida familiar e para melhor orientar o leitor sobre as inúmeras localizações citadas ao longo do texto no final do capítulo um mapa da África do Sul com os principais pontos por onde sua caminhada aconteceu é encontrado. Com base neste conjunto passo a apresentar um breve panorama da vida de Mandela.

INFÂNCIA E JUVENTUDE¹

Rolihlaha Dalibhunga Mandela nasceu no dia dezoito de julho de mil novecentos e dezoito, em Mvzo uma pequena aldeia às margens do rio Mbarhe, no distrito de Umtata, a capital de Transkei. Segundo Mandela, o povo Xhosa, ao qual pertencia, era considerado orgulhoso, com uma linguagem expressiva e uma crença ferrenha na importância das leis, da educação e de boas maneiras. Organizados de forma patrilinear, cada Xhosa pertencia a um clã que traçava suas origens até um antepassado específico. Mandela era membro do Clã Madiba e, como forma de respeito, era frequentemente chamado de Madiba - o nome do seu clã.

Aos sete anos frequentou a primeira escola. No primeiro dia de aula a professora deu a cada aluno, um nome inglês e disse que a partir de então aquele era o nome que deveria ser usado na escola, pois, a educação que receberia daquele ano em diante, seria a partir de fundamentos britânicos, no qual as ideias, a cultura e as instituições britânicas eram automaticamente entendidas como sendo superiores. Naquele primeiro dia de aula, a professora deu-lhe o nome de Nelson.

Mandela (2012) diz que, após a morte de seu pai, por escolha de sua mãe, ele foi mandado embora de Qunu, aldeia em que vivia, para ficar sob os cuidados de seu guardião longintaba, em Maqhekezweni, pois, pela tradição local, após a morte de um pai, o filho homem ficava sob os cuidados de um guardião. Ao ir embora deu continuidade aos estudos e foi encaminhado para Clarkebury Boarding Institute que era localizado no distrito de Engcobo. Já, em 1937 aos dezenove anos, Nelson Mandela foi para faculdade Wesllyana em Fort Beaufort, ao Sudoeste de Umtata. A instituição era de ensino missionário da igreja Metodista que fornecia uma educação cristã. Ao concluir o período escolar nessa instituição, ele iniciou seu caminho na educação superior cursando direito na Universidade de Ford Hare, o único centro de educação superior para negros na África do Sul.

De acordo com Mandela (2012), durante o período na faculdade tornou-se membro da Associação Cristã de estudantes, dava aulas

¹ Toda esta seção está baseada na obra MANDELA, Nelson. **Longa caminhada até a liberdade**. Tradução: Paulo Roberto Maciel Santos. Curitiba, PR: Nossa cultura, 2012.

dominicais sobre a bíblia em aldeias vizinhas e conheceu um de seus companheiros de luta: Oliver Tambo. Porém, o estudo em direito não foi concluído em Ford Hare, pois ao ser comunicado da tradição do casamento, com esposa escolhida pelo seu guardião, que deveria acontecer naquele ano, Nelson Mandela rompeu com a tradição, fugiu do casamento e foi embora para Johannesburgo, uma cidade que se formou em torno da descoberta do ouro no Witwatersrand, em 1886, e se tornou um polo de atração para negros do interior que buscavam trabalho. Quando chegou na cidade, Mandela morou com seu primo Garlick Mbekeni no assentamento George Goch.

Mbekeni percebendo o interesse de Mandela em dar continuidade aos estudos em direito, apresentou-o a um corretor de imóveis considerado uma das melhores pessoas em Johannesburgo. Era Walter Sisulu que possuía uma corretora especializada em propriedades para negros. Na década de 40, ainda havia muitas áreas onde propriedades de domínio absoluto podiam ser compradas por negros, pequenas áreas localizadas em lugares como Alexandra e Sophiatwon.

Segundo Mandela (2012), após Walter Sisulu examiná-lo, disse que havia um advogado branco com quem ele trabalhou, chamado Lazar Sidelsky, que estava interessado na educação de negros africanos. Disse que iria conversar com o amigo e pediria para ele uma vaga de emprego como estagiário. Lazar Sidelsky concordou em contratar Mandela enquanto ele completava o bacharelado. A firma de Witkin, Sidelsky e Eidelman era uma das principais firmas de advocacia na cidade e tratava de negócios tanto de negros como de brancos. Além de estudar direito e passar em determinados exames, para ser um advogado na África do Sul devia-se também passar vários anos como aprendiz de um advogado.

Mandela se matriculou na Universidade do Witwatersrand para cursar o bacharelado em direito, em 1943. Segundo Mandela (2012), a Witwatersrand permitiu adentrar em um novo mundo de ideias, crenças políticas, debates e na luta pela libertação. Além da formação em direito, Mandela também se formou em Artes pela Universidade da África do Sul (UNISA), uma instituição educacional respeitada que oferecia créditos e diplomas universitários por correspondência.

MILITÂNCIA

Pereira (1989) afirma que na África do Sul se estruturou o mais antigo movimento de libertação organizado no continente: o *Congresso Nacional Africano (CNA)*, fundado em 1912. Já a entrada de Nelson Mandela na organização ocorreu em 1940, quando a organização já se preparava para as grandes campanhas populares e manifestações contra o apartheid. Em 1943, uma delegação que contou também com Mandela foi visitar o Dr. Xuma, o presidente do CNA naquele período. Xuma comandava todas as ações do CNA. Nesta visita, a delegação propôs ao Dr. Xuma a organização de uma Liga da Juventude e uma campanha de ações projetada para mobilizar o apoio das massas.

A formação, de fato, da Liga da Juventude aconteceu no domingo de páscoa de 1944. Muziwakhe Lembede foi eleito presidente da Liga, Oliver Tambo secretário, Walter Sisulu tesoureiro e Mandela eleito para o comitê executivo. A política básica da Liga não diferiu muito da primeira constituição do CNA de 1912, mas eles reafirmaram e enfatizaram as preocupações originais, muitas das quais tinha sido deixadas de lado. O nacionalismo africano era o grito de batalha e a luta era por uma única nação, partindo da derrubada da supremacia do homem branco e o estabelecimento de uma forma verdadeiramente democrática de governo. O manifesto da Liga declarava: “Acreditamos que a libertação nacional dos negros será atingida pelos próprios negros(...) a Liga da Juventude do Congresso deve ser o cérebro e o motor do espírito do nacionalismo africano”. (Mandela, 2012, p.123)

Segundo Mandela (2012) foi durante esse período da organização e formação da Liga que ele conheceu sua primeira esposa, Evelyn Mase, na casa de Walter Sisulu. Mandela convidou Evelyn para sair e logo se apaixonaram. Depois de alguns meses se casaram em uma cerimônia civil, porém, após o casamento enfrentaram a dificuldade de encontrar um lugar para morar. Primeiro ficaram com o irmão dela, em Orlando East, e depois com a irmã na City Deep Mines.

Em 1946 ocorreu uma série de eventos que moldou o desenvolvimento político de Nelson Mandela e sua direção para a luta antiapartheid. Entre eles a greve dos mineiros, em que 70 mil mineiros negros pararam suas

atividades. Naquele mesmo ano, outro evento forçou Nelson Mandela a reformular suas abordagens em relação ao trabalho político. O governo Smuts estabeleceu a Lei de Ocupação de Terras por asiáticos, que limitou os direitos dos indianos, as áreas onde poderiam residir e negociar, além de restringir severamente direito dos mesmos de comprar propriedades. Mesmo assim, o Dr. Xuma e outros líderes negros discursaram em várias reuniões e, juntamente com a Liga da Juventude, deram apoio moral completo a luta do povo indiano.

Em 1946 nasceu seu primeiro filho, Madiba Thembekile. Ele recebeu o nome do clã de Mandela, mais ficou conhecido pelo seu apelido Thembu e depois, em 1947, veio a primeira filha do casal chamada Makaziwe, que nasceu frágil e doente e acabou falecendo aos nove meses. Mas o casal ainda teve seu último filho, em 1950, nasceu Makgatho Lewanika. O nome deste terceiro filho foi em homenagem a Sekafo Mapogo Makgatho, o segundo presidente do CNA, entre 1917 e 1924.

Em 1947, Nelson Mandela foi eleito para o comitê Executivo do CNA do Transvaal, essa foi sua primeira posição de direção no Congresso Nacional africano representando um marco em seu comprometimento com a organização. A Liga da Juventude esboçou um Programa de Ação, cujo objetivo era uma campanha de mobilização de massas. Na conferência anual do CNA, a organização adotou o Programa de Ação da Liga, que sugeriu boicotes, greves, que as pessoas ficassem em casa, resistência pacífica, comícios de protestos e outras formas de ação de massas. Anteriormente, naquele ano, Mandela foi cooptado para presidente pelo comitê Executivo Nacional do CNA do Transvaal para substituir o Dr. Xuma, que havia renunciado depois de ter fracassado na sua reeleição de presidente geral.

Enquanto isso, leis do apartheid eram formuladas e estabelecidas no país. De acordo com Pereira (1989), duas leis aprovadas em 1950 formaram os alicerces do *apartheid*: a Lei de Registro da população, que autorizava oficialmente o governo a classificar todos os sul africanos segundo sua raça, e a Lei de Áreas para Grupos, segundo a qual, cada grupo racial podia possuir terras, ocupar instalações e negociar apenas em sua própria

área separada. Indianos a partir de então só podiam morar em áreas indianas, negros em áreas para negros, mestiços em áreas para mestiços. Se os brancos quisessem as terras ou casas dos outros grupos eles podiam simplesmente declarar que a terra era uma área de brancos e tomá-las. A Lei de Áreas para Grupos iniciou a era das remoções forçadas, quando comunidades, cidades e aldeias de negros localizadas em áreas recém – declaradas áreas urbanas “brancas” eram violentamente transferidas porque os proprietários brancos vizinhos não queriam ter negros vivendo nas proximidades ou simplesmente queriam suas terras.

Em seguida, no ano de 1951, o governo aprovou mais duas leis adicionais que atacavam diretamente os direitos dos mestiços e negros. A primeira foi a Lei da Representação Separada de Eleitores, que teve como objetivo transferir os mestiços para uma relação separada de votantes no Cabo e assim diluir os direitos que eles haviam conquistados durante mais de um século. A segunda foi a Lei das Autoridades Bantu que aboliu o Conselho Representativo dos Nativos, o único fórum indireto de representação nacional para os negros e o substituiu por um sistema hierárquico de lideranças indicadas pelo governo. Ainda de acordo com Pereira a ideia era restaurar o poder dos líderes tradicionais e mais conservadores de forma a perpetuar as diferenças que estavam começando a ser corroídas. Ambas as leis, que destituía as pessoas de seus direitos, simbolizaram a tática do governo em fazer de conta que estava preservando o que na verdade queriam destruir.

As pessoas mestiças protestaram contra a Lei de Representação Separada de Eleitores. Organizaram uma enorme manifestação na Cidade do Cabo, em março de 1951, e uma greve em abril que manteve as lojas fechadas e os alunos em casa. Foi nesse contexto de espírito ativista pelos indianos, mestiços e negros que Walter Sisulu mencionou pela primeira vez para alguns integrantes do CNA, a ideia de uma campanha nacional de desobediência civil. Ele delineou um plano no qual voluntários selecionados de todos os grupos provocariam deliberadamente a sua prisão ao desafiar abertamente certas leis.

Mandela (2012) diz que por ordem de um conselho conjunto de planejamento constituído por Dr. Moroka, Water Sisulu, Marks, Yusuf Dadoo e Yusuf Cachalia, a Conferência do CNA endossou uma resolução conclamando o governo a revogar, até o dia 29 de fevereiro de 1952, as Leis de Repressão, das Áreas para Grupos, de Representação Separada de Eleitores, das Autoridades Bantu, de passes e as de limitação de estoque. O conselho então organizou manifestações no dia 06 de abril de 1952, como início do lançamento da campanha pelo Desafio das Leis injustas. O CNA elaborou uma carta para o primeiro ministro comunicando-lhe essas resoluções e a data limite para a revogação das leis. A resposta do ministro a esta carta afirmou que os homens brancos tinham direito inato de tomar medidas para preservar sua própria identidade como uma comunidade separada, e finalizou com a ameaça de que, se o CNA insistisse em suas ações, o governo não hesitaria em fazer uso integral de seus mecanismos para sufocar quaisquer tumultos.

No dia 31 de maio, os dirigentes do CNA e do CIAS - *Congresso Indiano da África do Sul*- se reuniram em Port Elizabeth para discutir a Campanha de Desafio que se iniciou no dia 26 de junho de 1952. Eles também criaram o Comitê Nacional de Ação para dirigir a campanha e um Conselho Nacional de Voluntariado para recrutar e treinar ativistas. Nelson Mandela foi indicado para ser o voluntário chefe nacional da campanha, presidente do Comitê de Ação e do Conselho de Voluntariado. Suas responsabilidades foram de organizar a campanha, buscar voluntários e levantar fundos.

Segundo Mandela (2012), no primeiro dia do Desafio, mais de 250 voluntários violaram as leis injustas pelo país e foram presos. Durante os cinco meses seguintes, 8.500 pessoas participaram e foram presos, entre as quais médicos, operários de fábricas, advogados, professores, estudantes e clérigos. A campanha recebeu uma quantidade enorme de publicidade e as filiações ao CNA explodiram, passou de cerca de 20 mil para 100 mil filiados. Neste período da campanha do Desafio, Mandela viajou pelo país inteiro explicando a proposta para os pequenos grupos e algumas vezes indo de casa em casa nos assentamentos, contemporizando diferenças nas áreas para iniciar ações ou fortalecer as que já estavam em andamento.

Mandela (2012) diz que o governo viu a campanha como uma ameaça a sua segurança e para a política do *apartheid*. Eles viam a desobediência civil não como uma forma de protesto, mas como um crime e ficavam perturbados pela parceria crescente entre negros e indianos. O *apartheid* foi projetado para dividir os grupos raciais e as ações dos movimentos mostraram que grupos diferentes podiam trabalhar juntos. O governo insistia que a campanha era instigada e liderada por agitadores comunistas e tentou por vários meios clandestinos interromper a ação.

No dia 30 de julho de 1952, no auge do movimento, Mandela estava trabalhando na firma de advocacia H.M. Basner, quando a polícia chegou com um mandato de prisão, acusando-o de violar a Lei de Repressão ao Comunismo. Sua prisão, e dos outros ativistas, culminou em um julgamento, em setembro, em Joanesburgo. Entre os vinte e um réus, estavam os presidentes e os secretários-gerais do CNA, do CIAS, da Liga da Juventude do CNA e do Congresso Indiano do Transvaal. Líderes como, por exemplo: Dr. Maroka, Walter Sisulu, Marks, Yusuf Cachalia, Dr. Dadoo e Ahmed Kathrada. No dia 02 de dezembro todos foram considerados culpados e condenados a nove meses de prisão, porém essa sentença acabou sendo suspensa por dois anos. Com isso, a campanha de Desafio marcou um novo capítulo da luta, pois as ações ganharam destaque e o CNA emergiu como uma organização verdadeiramente baseada em massas e com um corpo de ativistas experientes.

Na conferência anual do CNA, no final de 1952, Albert Luthuli foi nomeado como novo presidente do CNA e Nelson Mandela nomeado vice-presidente do CNA do Transvaal. Alguns dias antes do início da conferência, cinquenta e dois líderes de todo o país foram proibidos de participar de quaisquer reuniões ou encontros por seis meses e Mandela estava entre eles. Mandela (2012) afirma que seu banimento se estendeu às reuniões de qualquer tipo, não apenas aquelas que se referissem a política. Por exemplo, não podia ir à sua própria festa de aniversário e era proibido de conversar com mais de uma pessoa por vez. Isso foi parte de um esforço sistemático do governo para silenciar, perseguir e imobilizar os líderes que estavam lutando contra o *apartheid*, sendo o primeiro de uma série de banimentos

que Mandela sofreria até o momento em que foi completamente privado de liberdade alguns anos depois.

Juntamente com outras lideranças, Nelson Mandela se convenceu de que o governo pretendia declarar o CNA e o CIAS organizações ilegais, assim como tinha feito com o Partido Comunista. Com isso, ele levou ao Comitê Executivo Nacional a ideia de que devia formular um plano de contingência para tal eventualidade. O comitê instruiu que Mandela formulasse um plano que permitisse que a organização operasse clandestinamente. A estratégia ficou conhecida como “Plano Mandela”, ou simplesmente Plano M.

A ideia, de acordo com Mandela (2012), era implementar um maquinário organizacional que permitisse ao CNA tomar decisões, no mais alto nível, que seriam então transmitidos rapidamente à organização como um todo, sem convocar reunião. O Plano M foi arquitetado para permitir que a organização recrutasse novos membros, reagisse aos problemas locais e nacionais e mantivesse contato regular entre os associados e a liderança clandestina. Mandela organizou uma série de reuniões entre líderes do CNA e do CIAS, tanto banidos como ainda não banidos, para discutir os parâmetros do plano. Trabalhou nele por vários meses e criou um sistema que foi amplo o suficiente para adaptar-se às condições locais e ao mesmo tempo não restringisse a iniciativa individual.

Em meio a suas atividades e planos juntamente ao Congresso Nacional africano, em agosto de 1952, Mandela abriu seu escritório de advocacia junto com Oliver Tambo. Segundo ele os negros estavam desesperados por ajuda legal e o escritório “Mandela e Tambo” se constituiu como um espaço onde podiam ir e encontrar um aliado competente, profissionais compreensivos, um local onde não seriam dispensados ou enganados, um lugar que podiam se sentir orgulhosos de serem representados por homens com a mesma cor de pele que eles. Na profissão, os desafios foram grandes para Mandela que, frequentemente, atendia um número considerável de pessoas e ficava entrando e saindo do tribunal durante o dia inteiro. Em alguns tribunais era tratado bem, já em outros tratados com desprezo, muitas vezes dando de cara com o preconceito.

Mandela (2012) afirma que testemunhas brancas se recusavam a responder perguntas de um advogado negro e, em vez de citá-las por desrespeito ao tribunal, o magistrado fazia as perguntas que tais testemunhas haviam se recusado a responder ao próprio Mandela. Rotineiramente, chamava policiais ao banco de testemunhas e os interrogava. Trabalhar como advogado na África do Sul significou operar sob um sistema degradado de justiça, um código legal que não venerava a igualdade, mas o seu oposto. A sua atuação como advogado era bem peculiar, não agia como se fosse um homem negro em um tribunal de homens brancos, mas como se todos os brancos e negros fossem hóspedes em seu próprio tribunal, gostava de fazer interrogatórios e utilizava a tensão racial em seu benefício.

Segundo Mandela (2012), em um dia comum de trabalho, em um caso no vilarejo de Villiers no Estado de Orange, ao entrar no Tribunal encontrou um grupo de policiais que estavam a sua espera. Entregaram-lhe uma ordem sob a Lei de Repressão ao Comunismo que exigiu sua renúncia ao Congresso Nacional Africano, restrição ao distrito de Johannesburgo e também o proibiu de comparecer a qualquer reunião ou encontro durante dois anos.

Aos trinta e cinco anos e com esses banimentos novos e mais severos ele finalizou um período de quase uma década de envolvimento na legalidade com o CNA, anos que foram decisivos e que contribuíram para o seu despertar político e crescimento do seu compromisso com a luta que se tornou a sua vida. A partir desse momento, todas as suas ações e planos em nome do CNA e da luta pela libertação se tornaram secretas e ilegais para a lei do Apartheid.

Em abril de 1954, a Sociedade Legal do Transvaal entrou com um recurso na suprema Corte solicitando que o nome de Mandela também fosse retirado da relação de advogados autorizados a praticar o ofício, com base na argumentação de que as atividades políticas pelas quais ele foi condenado no caso da Campanha do Desafio significou conduta não profissional e desonrosa. Os documentos foram entregues em seu escritório tão logo o recurso contra ele havia sido impetrado e publicado.

Mandela recebeu ofertas de apoio e ajuda, até mesmo de vários advogados de renome que apoiavam o Partido Nacional, porque eles acreditavam que o recurso era tendencioso e injusto. Essa iniciativa fez com que Mandela pensasse, até mesmo na África do Sul racista, a solidariedade profissional podia, as vezes, transcender a cor da pele e que ainda havia advogados e juízes que se recusavam a aprovar automaticamente o *apartheid*. Sua causa foi defendida pelo advogado Walter Pollak- presidente do Conselho de Advocacia de Johannesburgo e Willian Aronsohn que trabalhou em umas das mais antigas firmas de advocacia da cidade. Ambos o defenderam gratuitamente e argumentaram no tribunal que o requerimento era uma afronta a ideia de justiça e que Mandela tinha um direito inerente de lutar por suas crenças políticas. O juiz do caso aceitou completamente os argumentos dos advogados e indeferiu o pedido.

Vários meses depois, o professor Z.K Matthews membro do Congresso Nacional Africano, voltou para África do Sul. Matthews trouxe a ideia da convocação de uma Convenção Nacional, um Congresso do Povo, que representasse todos os povos do país, independentemente de sua cor, tendo como proposito a elaboração de uma carta Magna da Liberdade para a África do Sul. Em poucos meses, a Conferência Nacional do CNA aceitou a proposta e um conselho foi criado, tendo o chefe Luthuli como presidente, Walter Sisulu e Yusuf Cachalia como secretários adjuntos. O congresso do Povo deveria estabelecer um conjunto de princípios para a fundação de uma nova África do Sul. Sugestões para uma nova constituição deveriam vir do próprio povo e das lideranças que em todo o país estavam autorizados a buscar por escrito, de todos, em sua área de atuação. A constituição seria um documento nascido do povo, dessa maneira o evento seria uma demonstração de força.

Pereira (1989) afirma que a ideia do CNA era que o Congresso do Povo fosse visto um dia com a mesma reverência que a fundação da organização em 1912. O conselho de Ação Nacional convidou todas as organizações participantes e seus seguidores a enviarem sugestões para uma Carta Magna da Liberdade. A convocação movimentou a imaginação das pessoas. Receberam sugestões de clubes esportivos e culturais, grupos

religiosos, associações de contribuintes, organizações femininas, escolas e seções de sindicatos. Elas foram escritas em guardanapos de papel, em folhas arrancadas de cadernos de exercícios, em recortes de papel de anotações e nos versos dos próprios folhetos. O pedido mais comum foi do voto universal. A Carta Magna seria apresentada e cada um de seus elementos seria submetido aos delegados para aprovação. Em junho de 1955, alguns dias antes do evento, um pequeno grupo do CNA revisou o esboço da carta, fizeram algumas mudanças chegando ao formato final. No preâmbulo lia-se:

Nós o povo da África do Sul declaramos para o nosso país e para o mundo saberem: Que a África do Sul pertence a todos os que nela vivem, negros, e brancos, e que nenhum governo pode se arrogar autoridade com justiça a não ser que esteja baseado no desejo do povo; Que o nosso povo tem sido roubado de seu direito natural a terra, a liberdade e paz por uma forma de governo fundada na injustiça e desigualdade; Que o nosso país jamais será próspero ou livre até que todo o nosso povo viva fraternalmente, gozando igualdade de direitos e de oportunidades; Que apenas um estado democrático de direito, baseado na vontade do povo, pode assegurar a todos o seu direito natural sem distinções de cor, raça sexo, ou crença religiosa; E, portanto, nós o povo da África do Sul, negros e brancos, juntos – iguais, compatriotas e irmãos – adotamos esta CARTA MAGNA DA LIBERDADE. E assumimos o compromisso de nos empenharmos juntos, não poupando nossas forças e coragem, até que as mudanças democráticas aqui estabelecidas terem sido conquistadas (Mandela, 2012, p. 216).

A seguir as exigências trazidas na Carta Magna pela liberdade que almejou uma África do Sul livre e democrática:

Cada homem e cada mulher devem ter o direito de votar e defender um candidato para todos os corpos que legislam; Todas as pessoas deverão ter o direito de participar na administração do país; Os direitos do povo deverão ser os mesmos independente de raça, cor ou sexo; Todos os corpos de domínio da minoria, órgãos consultivos, conselhos e autoridades deverão ser substituídos por órgãos democráticos de governança; Haverá igualdade nos corpos de estado, nos tribunais e nas escolas para todos os grupos nacionais e raças; Todos os grupos nacionais serão protegidos pela lei contra insultos a sua raça e orgulho nacional; Todas as pessoas terão direitos iguais de falar em sua própria língua e de desenvolver sua própria cultura tradicional e costumes; A defesa e a prática de discriminação e desprezo de cor, raça, ou nação será crime punível de acordo com a lei; Toda a legislação do *apartheid* será revogada; A riqueza nacional do nosso país, a herança de todos os sul-africanos, será desenvolvida ao povo; As riquezas minerais do solo os bancos e a indústria de monopólio serão transferidas para a propriedade do povo como um todo; Todas

as outras indústrias e comércios serão controlados para auxiliar o bem-estar do povo; Todas as pessoas terão direitos iguais para trabalhar onde escolherem fazê-lo, para fabricar, e de entrar para todas as profissões e ofícios; Restrições de propriedade de terra racialmente baseadas deverão terminar, e toda a terra redividida entre aqueles que nela trabalham, para acabar com a escassez de alimentos e com a fome (Mandela, 2012, p. 217).

O congresso do Povo aconteceu em Kliptown, durante os dias 25 e 26 de junho. A partir dessa ação, a carta magna tornou-se um grande farol para a luta de libertação, pois foi um documento revolucionário precisamente porque as mudanças propostas não podiam ser alcançadas sem que a estrutura econômica e política da África do Sul fossem radicalmente alteradas. A carta não foi nem capitalista nem socialista, mas uma mistura das demandas das pessoas para acabar com a opressão. Mandela viajou até Kliptown com Walter Sisulu e, mesmo os dois estando sob ordens de banimento, participaram do Congresso do povo. Segundo Mandela (2012) eles encontraram um lugar na multidão onde podiam observar sem se misturarem ou serem vistos.

O SEGUNDO CASAMENTO

O casamento de Nelson Mandela com Evelyn começou a ruir, porém ela estava grávida e, em 1954, deu à luz a Makaziwe. A militância na luta pela liberdade, vivida do marido, incomodava Evelyn. Por muito tempo Mandela tentou mostrar essa necessidade da luta para ela, porém ela tentou através da fé religiosa mudar os pensamentos do marido, acreditava que servir a Deus estava acima do serviço a nação. Isso também gerou um conflito na mente de seus filhos, pois ela queria que eles fossem religiosos e Mandela queria que eles fossem politizados. Em 1955, Evelyn deu um ultimato a Mandela e ele teve que escolher entre seu casamento e o CNA. Como ele não podia desistir de sua luta, e ela não conseguiu conviver com isso o casamento chegou ao fim. Mandela (2012) diz que a separação afetou diretamente aos filhos. Makgatho sentiu muita falta do pai e dormia em sua cama para se sentir mais perto dele. Makaziwe, na época era muito pequena. Thembi, que tinha dez anos, foi o mais afetado, parou de estudar e se tornou um garoto arredo.

Em 1958, anos após o fim do seu primeiro casamento, ao passar por um ponto de ônibus, Mandela notou uma jovem esperando o transporte e ficou extremamente cativado pela sua beleza. Algumas semanas depois, uma coincidência curiosa ocorreu. Ele estava em seu escritório quando, ao olhar para a sala de Oliver Tambo, lá estava a jovem do ponto de ônibus com seu irmão. Oliver os apresentou a Mandela. A jovem chamava-se Nowzamo Winifred Madikizela, mas era conhecida como Winnie. Ela tinha completado seus estudos em Serviço Social recentemente, na Escola Hofmeyr, em Johannesburgo, sendo a primeira mulher negra assistente social a trabalhar no Baragwanath, hospital referência de Johannesburgo.

No dia seguinte, Mandela telefonou para ela no hospital, usou o pretexto de pedir ajuda para levantar recursos para o Fundo de Defesa para Julgamentos por Traição e convidou Winnie para um almoço que seria para discutir mais sobre essa ação. Depois do almoço foram passear e foi ali que demonstrou os seus sentimentos e encanto por ela, considerou o fato como amor à primeira vista. Durante as semanas e meses seguintes, eles se encontravam sempre que podiam. Ela conheceu os enteados, participava das reuniões e discussões políticas com ele e acabaram se casando no dia 14 de junho de 1958.

Em 1958, logo após o casamento, depois de ter voltado de uma reunião Nelson Mandela encontrou Winnie com as dores de parto de sua primeira filha, pois quando se casaram ela se encontrava grávida. Ele a levou para o hospital, mas disseram que faltavam muitas horas ainda para o bebê nascer. Mandela ficou com ela no hospital até o momento de partir para seu julgamento em Pretória. Imediatamente depois da sessão terminar, voltou rapidamente para encontrar sua esposa e sua filha Zenani. Já, dois anos depois, em 1960, Mandela e Winnie tiveram sua segunda filha a Zindziswa.

PRISÕES, BANIMENTOS, CLANDESTINIDADE E JULGAMENTOS

No dia 05 de dezembro de 1956, Mandela foi surpreendido pela polícia em sua casa, apresentando um mandato de busca de documentos

incriminadores. Os policiais remexeram tudo, revistaram gavetas, estantes e armários deixando sua esposa e filhos assustados com a invasão. Depois de quarenta e cinco minutos de revista, o policial apresentou um mandato de prisão contra Mandela, acusando-o de Alta Traição. Acabou ficando preso por alguns dias.

De acordo com Mandela (2012), vários de seus colegas já estavam na prisão e tinham sido fichados logo pela manhã, durante o restante do dia mais amigos e companheiros começaram a chegar aos poucos. Uma semana depois, Walter Sisulu e outras onze pessoas foram presas, elevando o total para cento e cinquenta e seis. Havia cento e cinco negros, vinte e um indianos, vinte e três brancos e sete mestiços. Quase toda a liderança executiva do CNA, banidos e não banidos, foi presa. Em seguida, foram transferidos para a prisão de Johannesburgo, popularmente conhecida como o Forte, onde ficaram por duas semanas.

Passadas duas semanas, os prisioneiros compareceram ao tribunal para o primeiro interrogatório. O governo acusou as cento e cinquenta e seis lideranças de alta traição e de conspiração nacional acusando-os de utilizar a violência para derrubá-lo, e substituí-lo por um Estado comunista. A lei sul-africana definia a alta traição como uma intenção hostil de perturbar, prejudicar ou arriscar a independência ou segurança do Estado e a punição para esse ato era a morte.

Esse primeiro interrogatório acabou não acontecendo devido a questões técnicas no uso do microfone e caixas de som. No dia seguinte, quando voltaram para o tribunal uma multidão se encontrava do lado de fora e cerca de aproximadamente quinhentos policiais se encontrava no local. Ao chegarem, os acusados descobriram que o governo montou uma enorme jaula para eles na sala de audiência. Ela era feita de tela de alambrado, presa em postes e andaimes com grades na frente e no topo. Além de seu efeito simbólico, a gaiola não permitia a comunicação com seus advogados que não tinham autorização para entrar.

A organização e seus apoiadores montaram uma equipe de defesa que apresentou um protesto contra a humilhação imposta pelo Estado aos

seus clientes afirmando que se a jaula não fosse removida a equipe de defesa se retiraria do tribunal. Depois de um breve recesso, o magistrado desmontou a jaula. A leitura das acusações levou quatro dias e, no último dia, eles foram liberados mediante o pagamento de fiança e sob a condição de se apresentarem a polícia uma vez por semana, além de terem ficado proibidos de comparecer há reuniões políticas. O julgamento foi marcado para ser retomado em 09 de janeiro de 1959.

Dez meses depois de terem saído da prisão, o promotor anunciou que a apresentação do governo no exame de evidências tinha se encerrado. O magistrado concedeu à defesa quatro meses para analisar as oito mil páginas de evidências. Três meses depois, sem qualquer aviso prévio ou explicação, anunciaram que as acusações contra sessenta e um dos réus seriam retiradas. A maioria desses réus eram figuras relativamente menores do CNA, mas entre eles também estavam o Chefe Luthuli e Oliver Tambo.

Pouco antes do julgamento, o governo aplicou mais um truque desleal contra os acusados de Traição. Anunciou que o foro do julgamento seria transferido de Johannesburgo para Pretória, a quase sessenta quilômetros de distância. Um mês depois, a promotoria expediu um novo indiciamento e anunciou que apenas trinta réus iriam a julgamento e os outros seriam julgados mais tarde. Nelson Mandela estava entre os trinta primeiros que eram todos membros do CNA.

No dia 03 de agosto de 1959, depois de um ano inteiro de manobras legais, o julgamento começou em Pretória. Os líderes em julgamento saíam para ir ao júri pela manhã e retornavam para a prisão a tarde. A prisão, de acordo com o regime do *apartheid*, separava os presos segundo a cor de pele, porém os acusados exigiram serem acomodados juntos, depois de muito resistir as autoridades cederam a exigência. Durante seu depoimento, que teve início no dia 03 de agosto, o principal argumento de Mandela foi reafirmar seu compromisso com o CNA e a não violência.

Este julgamento se arrastou por anos, dessa maneira a Comissão Nacional de trabalho se reuniu em segredo e discutiu estratégias. Depois de muitas reuniões na prisão e em liberdade, os líderes decidiram que

trabalhariam na clandestinidade e adotaram uma estratégia na linha do Plano M. Foi decidido que, se eles não fossem condenados, Mandela iria para a clandestinidade e viajaria pelo país para organizar a Convenção Nacional proposta. Também foi decidido que ele apareceria mesmo na clandestinidade em alguns eventos tomando bastante cuidado, esperando obter o máximo de publicidade para mostrar que o CNA ainda estava lutando.

Enfim, na manhã do dia 29 de março de 1961 aconteceu a sessão final do julgamento das acusações por Traição. Uma multidão de apoiadores e jornalistas se amontoou para entrar no tribunal. A corte afirmou que a promotoria fracassou em provar que o CNA era uma organização comunista ou que a Carta Magna da Liberdade vislumbrou um Estado comunista e, sendo assim, o juiz declarou todos os réus inocentes. Depois de mais de quatro anos no tribunal, dezenas de promotores, milhares de documentos e depoimentos, o governo havia fracassado na sua missão. O veredito foi um constrangimento para o governo, tanto dentro do país como no exterior. No entanto, o resultado apenas aumentou a perseguição do governo contra os líderes do movimento e daquele dia em diante o regime não iria confiar em juízes que eles mesmos não indicassem.

Após o veredito, Mandela não voltou mais para casa e oficialmente assumiu a clandestinidade. Segundo o próprio Mandela (2012), ele se tornou uma criatura da noite. Ficava em seu esconderijo durante o dia e aparecia para fazer o seu trabalho quando começava a anoitecer. Viajava quando era necessário, ficava em apartamentos vazios, na casa de amigos, ou seja, onde pudesse ficar sozinho e passar despercebido. Ao sair, seu disfarce mais frequente era de chofer, chefe de cozinha ou jardineiro. Usava macacões azuis de trabalhadores e muitas vezes também usava óculos de lentes redondas e sem aros, e não cortava o cabelo nem fazia a barba.

Nesse mesmo período, foi expedido um mandato de prisão contra ele que ficou sendo procurado pela polícia. A existência de Mandela fora da lei incendiou a imprensa, jornais afirmavam, em publicações nas primeiras páginas, que ele havia estado em tal lugar. Bloqueios rodoviários foram instituídos por toda África do Sul, mas a polícia não conseguia encontrá-lo

e com isso acabou ganhado o apelido de Pimpinela Negra, uma adaptação, do personagem de ficção criado pela Baronesa Orczy, O Pimpinela Escarlata, que audaciosamente evitava ser capturado durante a Revolução Francesa.

Mandela viajou secretamente pelo país, ele se movimentou pelos assentamentos das diferentes partes do país para participar das reuniões secretas a noite. Ele mesmo começou a alimentar o mito do Pimpinela Negra, pois telefonava para os repórteres dos jornais e transmitia histórias sobre o que estava planejando ou sobre a incompetência da polícia.

Em seguida, Mandela se mudou para Liliesleaf uma área que era constituída principalmente de fazendas e pequenas propriedades rurais que ficava localizada em Rivonia, ao norte, de Johannesburgo, essa moradia foi adquirida pelo movimento com a finalidade de ser uma casa segura para aqueles que estavam na clandestinidade e dessa forma ele se mudou para lá sob o pretexto de ser o caseiro que cuidaria do lugar até que o seu senhorio tomasse posse.

Segundo Mandela (2012), em uma noite, ao retornar para Joanesburgo, notou que um carro cheio de homens brancos estava lhe perseguindo e naquele instante ele soube que sua vida como fugitivo tinha terminado. Alguém denunciou para a polícia o seu paradeiro, eles sabiam que Mandela estava em Durban e que estaria retornando para Johannesburgo sendo que as autoridades, já estavam incomodando Winnie, acreditando que ela saberia se Mandela estava retornando ou não.

Para Mandela o movimento foi infiltrado por informantes e imaginou várias possibilidades como: Foi um informante em Durban? Alguém em Johannesburgo? Alguém do movimento? Ou até mesmo um amigo ou membro da família? Ao chegar na prisão, ele foi colocado sozinho em uma cela, porém, mais tarde ouviu uma tosse familiar que veio da cela vizinha, Mandela chamou por seu amigo Walter Sisulu e ao ser respondido confirmou que seu companheiro também estava ali e havia sido preso, logo depois dele.

Quando foi levado ao tribunal para o indiciamento formal, perguntaram o nome de seu advogado e Mandela anunciou que ele mesmo

se defenderia, com Joe Slovo sendo o consultor jurídico. Ao ser seu próprio advogado, enfatizava o simbolismo do seu papel na luta pela liberdade e utilizando o julgamento como um espaço para a oposição moral do CNA contra o racismo. Ele não ia tentar se defender senão fosse para colocar o próprio governo nos bancos dos réus. Mandela (2012) respondeu apenas as perguntas relativas ao seu nome e a escolha de advogados. A acusação foi por ter incitado trabalhadores negros a greve e ter saído do país sem documentos válidos de viagem. No entanto, estas acusações representaram uma espécie de alívio para ele, pois o Estado claramente não tinha evidências suficientes para ligá-lo a *organização Umkhonto we Sizwe (MK)*² ou crimes de traição e sabotagem.

Na saída do tribunal, quando foi conduzido ao camburão que o levaria para a prisão de Johannesburgo, havia uma multidão aplaudindo e gritando “Amandla!” e “Ngawethu”, um grito de guerra popular do CNA que significava “Poder” e “O poder é nosso!”. Mandela foi transferido para Pretória porque as autoridades queriam lhe afastar do seu território e levá-lo para um local onde ele recebesse poucas visitas, permitindo apenas duas por semana. Apesar da distância Winnie ia regularmente visita-lo e sempre levava roupas limpas e comida.

A audiência inicial aconteceu em 15 de outubro de 1962. A organização montou o comitê e lançou uma campanha com o lema “Libertem Mandela”. Protestos foram organizados em todo país e o lema começou a aparecer escrito nas paredes dos edifícios. O governo banuiu e restringiu todas as manifestações que tivessem relação com a prisão de Nelson Mandela, porém a restrição foi ignorada pelo movimento. No dia da audiência, Mandela entrou no tribunal vestido com o *Kaross*, roupa tradicional dos Xhosas, feita de pele de leopardo, em vez de paletó e gravata. A vestimenta surpreendeu o público muito dos quais eram amigos e familiares. Ele escolheu uma roupa tradicional para enfatizar o simbolismo

² Ao iniciar-se a década de 60, o Congresso Nacional Africano fez opção pela tática armada em sua luta de libertação nacional. As primeiras manifestações armadas, com ataques efetuados a bomba, a objetivos governamentais tiveram início em dezembro de 1961. Essas ações foram conduzidas pela chamada MK-Lança da Nação (Umkhonto We Sizwe), organização militar criada pela direção política do movimento e se estenderam com relativa regularidade, a todas as cidades importantes do país. A fundação da MK foi precedida de cuidadosa preparação que, entre outros, incluiu treinamento militar no exterior de vasto contingente de militantes e uma linha férrea clandestina. Contudo em junho de 1963, a sede do movimento clandestino foi localizada e os principais dirigentes apreendidos. A partir daí, a resistência armada ficou praticamente paralisada, e só três anos depois começaram a se reorganizar.

de clã ao entrar num tribunal de homens brancos carregando consigo a história, cultura e tradição do seu povo.

Durante o julgamento, o promotor convocou mais de cem testemunhas do país inteiro. Eram policiais, jornalistas, superintendentes de assentamentos e tipógrafos. A maioria deles forneceu provas técnicas para demonstrar que Mandela saiu ilegalmente do país e que incitou trabalhadores negros a fazerem greve durante o boicote de três dias, em maio de 1961. Antes da decisão, Mandela (2012) comunicou a corte que qualquer que fosse a sentença imposta pelo Estado, ele não faria nada para mudar a sua devoção pela luta de libertação. A sentença final saiu condenando-o a cinco anos de prisão sem possibilidade de liberdade condicional, sendo levado direto, do tribunal para a Prisão de Pretória.

Durante as semanas seguintes, ficou completamente isolado, não via o rosto ou ouvia a voz de nenhum prisioneiro. Ficava trancado durante vinte e três horas por dia, com trinta minutos para exercícios durante a manhã e mais trinta a tarde. Logo Mandela começou a protestar vigorosamente contra as circunstâncias de sua prisão e exigiu ser colocado junto com outros presos políticos e seu pedido foi concedido.

Já no final de maio de 1963, Nelson Mandela e mais três companheiros foram transferidos para a Ilha de Robben que anteriormente serviu como colônia para leprosos, asilo para lunáticos e como base da marinha. Eles foram recebidos por um grupo de guardas que gritavam a todo tempo: “*Dis die Eiland! Hier gaan julle vrek (Esta é a ilha vocês vão morrer aqui)*” (Mandela, 2012, p. 418). Segundo Mandela (2012), a cela tinha janelas grandes e de fácil acesso, era espaçosa, grande o suficiente para os quatro, cada preso possuía seu próprio banheiro com chuveiro. Ao chegarem na Ilha não tiveram ideia de quantos prisioneiros estavam lá. Em alguns dias ficaram sabendo que era por volta de mil homens, todos negros e recém-admitidos. A maioria desses homens eram prisioneiros comuns, porém sabiam que iriam encontrar prisioneiros políticos. Durante os primeiros dias, permaneceram trancados na cela e não permitiam que saíssem dela, mas exigiram serem levados para trabalhar como os outros prisioneiros e isso foi logo concedido.

Depois de alguns dias na prisão, Mandela foi convocado para ir até o escritório da prisão, onde se encontrou com Walter Sisulu, Govan Mbek, Ahmed Kathrada, Andrew Mlangeni, Bob Hepple, Raymond Mhlaba, Elias Motsoaledi, Dennis Goldberg, Rust Bernstein e Jimmy Kantos, que eram membros do CNA e todos eles foram indiciados por sabotagem. No primeiro dia no tribunal tiveram a oportunidade de instituir suas defesas. Posteriormente, no dia 09 de outubro de 1963, foram levados para o Palácio da Justiça em Pretória, sede da Corte Suprema, para a abertura do processo *O Estado versus o Alto Comando Nacional e outros*, o qual mais tarde ficou conhecido como *O Estado versus Nelson Mandela e outros* e, por fim, como *o Julgamento de Rivonia*. Durante as três semanas seguintes, eles foram autorizados a passar os dias juntos preparando suas defesas.

Os jornais publicavam regularmente manchetes, tais como, “*Revolução de cunho militar*”, como parte da estratégia de, publicamente, estigmatizar o grupo como revolucionários violentos (Mandela, 2012, p. 433). No dia 29 de outubro, novamente compareceram ao Palácio da Justiça e o advogado de defesa assumiu o objetivo de criticar o indiciamento do Estado como malfeito, mal escrito e contendo absurdos tais como a alegação de que Mandela havia participado de certos atos de sabotagem em datas nas quais ele esteve detido na Prisão de Pretória. O Estado reformulou o seu indiciamento e no início de dezembro estiveram novamente diante do tribunal. As novas acusações foram lidas e os mesmos foram indiciados por terem recrutados pessoas para sabotagem e guerra de guerrilha com a finalidade de iniciar uma revolução violenta, além de conspirarem para ajudar unidades militares estrangeiras a invadir a república de forma a dar apoio à uma revolução comunista e também terem solicitado e recebido fundos de países estrangeiros para tal finalidade.

O escrivão solicitou as alegações dos acusados, todavia eles haviam combinado em não se declararem de maneira tradicional, mas em utilizar o momento para demonstrar indignação contra os procedimentos:

Réu número um, Nelson Mandela, você se declara culpado ou inocente? Levantei-me e disse, ‘Meritíssimo, não sou eu, mas o governo que deveria estar no banco dos réus. Declaro-me inocente’.

Réu número dois, Walter Sisulu, você se declara culpado ou inocente? Sisulu: 'O governo é responsável pelo que tem acontecido neste país. Declaro-me inocente' (Mandela, 2012, p. 435).

A apresentação das acusações pelo Estado continuou através das festas de fim de ano de 1963 e só terminou no dia 29 de fevereiro de 1964. Os acusados, desde o início, demonstraram que pretendiam utilizar o julgamento não como teste de lei, mas como uma plataforma para afirmar as convicções políticas e enxergaram no julgamento uma extensão da luta por outros meios.

Em 20 de abril de 1964, sob um esquema extremamente forte de segurança, os acusados foram levados ao Palácio da Justiça para dar início a suas defesas. O julgamento começou com uma declaração do réu número um, Nelson Mandela:

Tenho bacharelado e pratiquei advocacia em Johannesburgo durante vários anos em parceria com o Sr. Oliver Tambo. Sou réu condenado, cumprindo uma pena de cinco anos de prisão por ter saído do país sem autorização e por incitar as pessoas a entrarem em greve no final de maio de 1961. Admito prontamente que fui uma das pessoas que ajudaram a formar o Umkhonto we Sizwe e que tive um papel proeminente em seus assuntos até ser preso em agosto de 1962. De início, quero dizer que a sugestão feita pelo Estado em sua abertura de que a luta na África do Sul está sob a influência de estrangeiros ou comunistas está completamente incorreta. Fiz o que fiz, tanto enquanto indivíduo como enquanto líder do meu povo, por causa de minhas experiências na África do Sul, e por causa da minha orgulhosa tradição africana, e não por causa do que qualquer forasteiro tenha dito. Durante a minha juventude no Transkei, eu ouvia os anciões de minha tribo contarem histórias dos dias passados. Entre as histórias que eles me relataram estavam aquelas de guerras de nosso ancestrais em defesa da pátria. Os nomes de Dingane e Bambatha, Hinstsa e Makanna, Squngthi e Dalasile, Moshoeshoe e Sekhukhuni, eram louvados como sendo o orgulho e a glória da nação africana inteira. Eu esperava então que a vida pudesse me oferecer oportunidade de servir ao meu povo e fazer a minha humilde contribuição para a sua luta pela liberdade. Foi isso que me motivou em tudo o que fiz em relação as acusações feitas contra mim neste caso. Tendo dito isso, devo imediatamente e durante algum tempo tratar da questão da violência. Algumas das coisas ditas no tribunal até o momento são verdadeiras e algumas são inverdades. No entanto, não nego que planejei atos de sabotagem. Eu não os planejei com um espírito de imprudência nem porque eu tenha qualquer amor pela violência. Eu os planejei como resultado de uma avaliação calma e sóbria da situação política que havia surgido depois de muitos anos de tirania, exploração e opressão do meu povo pelos homens brancos (Mandela, 2012, p. 445-446).

Falou também para a Corte sobre a linha divisória entre o CNA e o MK, e como foram feitas as tentativas de boa-fé de mantê-los separados. Acrescentou que não era comunista, mas que se considerava um patriota africano:

O CNA, diferentemente do Partido Comunista, admitia negros apenas como membros. Seu objetivo principal era, e é, fazer com que o povo africano conquiste unidade e direitos políticos integrais. O principal objetivo do Partido Comunista, por outro lado, era de remover os capitalistas e substituí-los por um governo de classe operária. O partido Comunista buscava enfatizar as distinções de classe ao passo que o CNA busca harmonizá-las (Mandela, 2012, p. 449).

E detalhou as disparidades terríveis entre as vidas de negros e brancos na África do Sul:

A falta de dignidade humana experimentada pelos negros é o resultado direto da política de supremacia branca. A supremacia branca implica na inferioridade dos negros. Uma legislação concebida para preservar a supremacia branca entrincheira essa noção. As tarefas servis na África do Sul são executadas pelos negros. Quando algo tem que ser carregado ou limpo, o homem branco olha a sua volta em busca de um negro para fazer isso por ele, quer esse negro esteja empregado por ele ou não (Mandela, 2012, p. 451).

No momento final de seu discurso, Mandela colocou os papéis na mesa da defesa, encarou o juiz, o tribunal todo parou naquele instante, e ele falou suas últimas palavras:

Durante a minha vida inteira tenho me dedicado a esta luta do povo africano. Tenho lutado contra a dominação branca, e tenho lutado contra a dominação negra. Tenho acalentado o ideal de uma sociedade livre e democrática na qual todas as pessoas viviam juntas em harmonia e com oportunidades iguais. É um ideal que espero viver e atingir. Mas se for necessário, é um ideal pelo qual estou preparado para morrer (Mandela, 2012, p. 452).

O julgamento entrou em recesso por três semanas, o tempo da preparação do juiz para o veredito. O mundo acompanhou com atenção o *Julgamento de Rivonia*. Vigílias noturnas foram feitas por estudantes na Catedral de São Paulo em Londres, os estudantes da Universidade de Londres também elegeram Mandela como presidente de seu diretório acadêmico e um grupo de especialistas da ONU insistiu por uma assembleia nacional para a África do Sul que elegeesse um parlamento representativo para que recomendasse anistia a todos os oponentes do *apartheid*.

No dia 12 de junho de 1964, entraram pela última vez no Palácio da Justiça para ouvir o veredito. Cerca de duas mil pessoas se reuniram diante do tribunal segurando bandeiras e cartazes com mensagens tais como “*Estamos Solidários com os nossos líderes*” (Mandela, 2012, p. 460). Dentro do tribunal, o setor para espectadores lotou, restou somente o lugar da imprensa.

Chegou o momento final, e o mais aguardado por todos, quando o juiz declarou que cada um dos principais réus era culpado em todas as acusações:

A função desta corte assim como da corte em qualquer outro país é a de aplicar a lei e a ordem e fazer cumprir as leis do Estado na qual ela funciona. O crime do qual os réus foram condenados, ou seja, o crime principal, o crime de conspiração, é em essência um crime de alta traição. O Estado decidiu não indicar o crime desta forma. Tendo isso em mente e dando ao assunto uma ponderação muito séria eu decidi não aplicar a pena suprema que em caso como este usualmente seria a penalidade apropriada para o crime, mas coerente com o meu dever essa é a única clemência que eu posso mostrar. A sentença no caso de todos os réus será de prisão perpétua (Mandela, 2012, p. 461).

Logo após a sentença, foram encaminhados para a prisão de Pretória e, passados alguns dias, enviados para a Ilha de Robben, onde viveriam parte de suas vidas.

ILHA DE ROBBEN

Nelson Mandela, Walter Sisulu, Raymond Mhlaba, Govan Mbeki, Almed Kathrada, Andrew Mlongeni e Elias Motsoaledi foram levados, silenciosamente e secretamente, sob escolta policial para o aeroporto militar da cidade e encaminhados para Ilha de Robben. Ao chegarem foram mandados para a prisão antiga e ordenaram que eles se trocassem.

Os regulamentos do *apartheid* se estendiam até mesmo as roupas. Todos eles, com exceção de Almed Kathrada, receberam calças curtas, uma camiseta fina e uma jaqueta de lona. Kathy, por ser o único indiano entre eles, recebeu calças cumpridas. Normalmente os negros recebiam sandálias confeccionadas com pneus de carros, mas, no caso deles, deram

sapatos, porém somente Kathrada recebeu as meias. As calças curtas para os negros serviam para lembrá-los de que eram “garotos” (Mandela, 2012, p. 469). Segundo Mandela (2012) ele vestiu as calças curtas naquele dia, mas jurou que não ia tolerar aquilo por muito tempo.

De acordo com Mandela (2012) cada um foi designado para celas individuais e cada cela tinha um cartão branco no lado de fora com o nome e número. No de Mandela lia-se, “N Mandela 466/64”, que significava que ele era o 466º prisioneiro admitido na ilha em 1964. Os presos políticos também iniciaram suas vidas de trabalho na prisão. A cada manhã uma carga de pedras grandes era descarregada na entrada do pátio, utilizando carros de mão, eles tinham que transportar as pedras para o centro do pátio, marretas de dois quilos ou de sete quilos eram dadas para quebrar as pedras até que elas se transformassem em cascalho.

Conforme Mandela (2012) a ilha de Robben mudou com a chegada deles, dois anos mais tarde, a Ilha se tornou a mais severa e opressiva do sistema penal sul africano. Se tornou uma estação de privações e dificuldades não apenas para os prisioneiros. Os guardas mestiços que forneciam cigarros e simpatia desapareceram e os guardas brancos Africânder dominaram o local. As regras em relação a escrita de cartas eram extremamente rigorosas, só tinham permissão de escrever para os familiares mais próximos, apenas uma carta de quinhentas palavras a cada seis meses. Relógios e cronômetros de qualquer tipo eram proibidos na Ilha, então não sabiam com precisão a hora do dia, ficando dependentes dos sinos, apitos e gritos dos guardas.

Eram acordados todas as manhãs às 5h30 pelo guarda da noite. Não tinham água encanada nas celas e em vez de toaletes, tinham baldes sanitários de ferro conhecidos como “*ballies*”. Os *ballies* tinham um diâmetro de vinte e cinco centímetros e uma tampa côncava de porcelana que podia conter água. A água nessa tampa era para ser usada para fazerem a barba e para lavarem as mãos e rostos -. As 6h45 era quando permitiam que saíssem das celas e a primeira coisa que faziam era esvaziar os seus baldes que tinham que ser inteiramente lavados nas pias localizadas no final do corredor ou criavam um fedor. Eles aproveitavam o momento de

higienização do objeto para pequenas conversas, pois os guardas não gostavam de ficar por perto quando eles estavam lavando os *ballies*, então era uma oportunidade para conversar em voz baixa.

Durante os primeiros meses, o café da manhã era entregue nas celas por prisioneiros e consistia em um mingau de papa de milho e cereal. Depois de alguns meses, o café passou a ser entregue no pátio. Como tudo na prisão, a alimentação era também discriminatória. Em geral, os mestiços e indianos recebiam uma dieta levemente melhor do que a dos negros, mas não havia muita distinção. As autoridades gostavam de dizer que eles recebiam uma dieta balanceada, mas a comida se tornou fonte de muitos protestos.

Ao meio-dia, o sino tocava anunciando o almoço que era trazido para o pátio. Para os negros, o almoço consistia de grãos de milho. Os prisioneiros indianos e mestiços recebiam farinha de milho, ou arroz de milho, que se baseava de milho moído em uma mistura parecida com sopa. A farinha de milho era servida com verduras, enquanto o milho dos presos negros era servido sem acompanhamento.

Depois do almoço, trabalhavam até as quatro da tarde, quando os guardas tocavam os apitos eram alinhados para serem contados e inspecionados. Em seguida, tinham meia hora para tomar banho. No dia a dia da prisão exigiam que cada prisioneiro abotoasse devidamente os três botões de suas jaquetas. Exigiam também que tirassem os chapéus enquanto o guarda passava entre eles. Se os botões não estivessem abotoados, os chapéus não fossem tirados, ou se as celas estivessem desarrumadas, eram acusados de violação do código disciplinar da prisão e punidos com confinamento solitário ou perda de refeição

Os regulamentos da prisão eram explícitos e cada prisioneiro tinha permissão de falar apenas em seu próprio nome. Isso era feito para anular o poder da organização e neutralizar a força coletiva deles na prisão. Não podiam usar nem mesmo a palavra *nós* quando fossem fazer reclamações. Eram classificados pelas autoridades em quatro categorias: A, B, C, D. A era a classificação mais alta e conferia os maiores privilégios e D a mais baixa e conferia os menores. Todos os prisioneiros políticos, que as autoridades

chamavam de “prisioneiro de segurança”, eram automaticamente classificados como D em sua admissão. Os benefícios recebidos por esta classificação incluíam visitas, cartas, estudos e oportunidade de comprar mantimentos e coisas eventuais.

A cada seis meses os prisioneiros eram convocados pelo conselho da prisão para terem sua classificação avaliada. Como prisioneiro do grupo D, Mandela tinha direito a receber apenas um visitante e escrever e receber apenas uma carta, a cada seis meses sendo que as visitas e cartas ficavam restritas aos parentes de “primeiro grau”. Porém, nem mesmo isso era respeitado pelas autoridades, que, frequentemente retinham o correio deixando os prisioneiros sem receber suas cartas.

Durante os primeiros meses, Mandela recebeu uma carta de Winnie, mas ela foi tão censurada que sobrou pouca coisa além da saudação. Os censores da Ilha cobriam as partes que eles julgavam ofensivas com tinta, porém mudaram esse procedimento quando descobriram que eles conseguiam lavar a tinta e ler o que estava sob ela. Então, os censores começaram a utilizar navalhas para recortar parágrafos inteiros. Como a maioria das cartas era escrita nos dois lados de uma única folha de papel, o material do outro lado também seria extirpado. A censura atrasava a entrega de correspondência porque os guardas, alguns dos quais não eram muito fluentes na língua inglesa, podiam levar até um mês para censurar uma carta. As cartas que os prisioneiros escreviam também passavam pelo crivo da censura e frequentemente ficavam tão recortadas quanto as cartas que recebiam.

Depois de ficar menos de três meses na ilha, no final de agosto, Mandela foi informado que ia receber uma visita de sua esposa no dia seguinte. Segundo Mandela (2012) a visita no início foi desajeitada, pois os guardas não facilitaram a conversa. Dois guardas foram postados diretamente atrás dela e três atrás dele. O papel deles era não apenas de monitorar, mas de intimidar. O regulamento ditava que as conversas deviam ser ou em inglês ou africâner e podiam envolver apenas assuntos de família. Qualquer linha de conversa que saísse da família e beirasse a política podia significar o encerramento imediato da visita. Se um nome

desconhecido dos guardas fosse mencionado, eles interrompiam a conversa e perguntavam quem era a pessoa e a natureza do relacionamento.

Em julho de 1966, Mandela recebeu a segunda visita, quase dois anos depois da primeira e essa visita quase não acontecia, pois Winnie foi submetida a uma perseguição constante, desde a sua primeira visita em 1964. As irmãs e o irmão dela foram importunados pela polícia e as autoridades tentaram proibir qualquer pessoa de morar com ela. Mandela ficou sabendo de algumas dessas coisas na época porque quando voltava da pedreira, geralmente, encontrava recortes de jornais sobre Winnie que eram colocados anonimamente na sua cama pelos guardas.

As regras que regia cada uma das visitas de Winnie eram longas e complicadas. Ela era proibida de viajar de trem ou carro, tendo que ir de avião, o que tornava a viagem muito mais cara. Exigiam que ela pegasse o caminho mais curto entre o aeroporto e Caledon Square, o quartel da polícia da Cidade do Cabo, onde ela assinava vários documentos e tinha que se apresentar ao mesmo quartel quando retornasse para assinar mais documentos. No momento da visita, para contornar as restrições sobre discussões de assuntos não relacionados à família, utilizavam nomes cujo significado era claro para os dois, mas não para os guardas.

Se Mandela quisesse saber como Winnie estava de fato se sentindo, perguntava: “Tem tido notícias recentes de Ngutyana; ela está bem?”. Ngutyana era um dos nomes de Clã de Winnie, mas as autoridades não eram cientes disso. Então, Winnie podia falar sobre como Ngutyana estava indo. Se o guarda perguntasse quem era Ngutyana, diziam que era uma prima. Se Mandela quisesse saber como estava indo a missão externa do CNA, perguntava “Como está a igreja?” Winnie discutia “a igreja” nos termos apropriados, e ele poderia então perguntar, “Como estão os padres?” “Algum sermão novo?”. E assim, eles improvisavam e conseguiam trocar uma grande quantidade de informações.

Também em 1966, as autoridades anunciaram que aqueles que quisessem estudar podia solicitar autorização, mas o privilégio veio acompanhado de uma série de condições por exemplo, certas matérias, tais como política e história militar, eram proibidas. Durante anos não tiveram

autorização de receber dinheiro exceto de suas famílias, de forma que os prisioneiros mais pobres raramente tinham dinheiro para comprar livros ou pagar pelos estudos. Tiveram também autorização de se matricular na Universidade da África do Sul (UNISA) ou na Faculdade de Resultados Rápidos que era destinada para aqueles que estavam estudando. Uma vez que a maioria dos homens começou a estudar, reclamaram que não tinham as instalações mínimas necessárias para os estudos, tais como mesas e cadeiras. Mandela fez essa reclamação à Cruz Vermelha Internacional e as autoridades construíram, em cada cela, uma espécie de escrivaninha de pé, uma tábua simples de madeira que se projetava da parede, mais ou menos na altura do peito.

Em 1966, os guardas já tinham adotado uma atitude menos rígida: Podiam conversar uns com os outros o tanto que quisessem, desde que trabalhassem. Eles formavam pequenos grupos de quatro ou cinco em um círculo irregular e conversavam o dia inteiro, sobre todo e qualquer assunto. O tribunal administrativo da ilha começou a trabalhar horas extraordinárias. Em resposta, formaram um próprio comitê jurídico. O trabalho do comitê jurídico era assessorar seus companheiros em como deviam se comportar no tribunal administrativo da ilha.

Para Pereira (1989) os primeiros anos passados na Ilha, foram tempos difíceis tanto para a organização, no lado de fora, quanto para as lideranças na prisão. Depois do *Julgamento de Rivonia*, boa parte dos mecanismos clandestinos da organização foram descobertos. Aqueles que não foram capturados se esforçaram para permanecer um passo à frente do governo. Em resumo, os principais líderes do CNA estavam na prisão ou no exílio. O Estado se tornou mais forte, a polícia ficou mais poderosa, com métodos mais implacáveis e técnicas mais sofisticadas. A Força de Defesa da África do Sul se expandiu, a economia ficou estável, o eleitorado branco mais tranquilo e o governo sul-africano conseguiu aliados poderosos na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos.

O CNA formou a sua própria organização interna na ilha, conhecida como o Alto comando ou Alto Órgão, constituído pelos líderes mais graduados do Congresso, os homens que haviam sido membros do Comitê Executivo Nacional: Walter Sisulu, Govan Mbeki e Raymond Mhlaba e Mandela, que

exerceu a função de diretor do Alto Órgão. Este grupo decidiu, desde a sua criação, que não tentaria influenciar a política do CNA fora da prisão, pois não tinham formas confiáveis de avaliar a situação no país e concluíram que não seria justo nem inteligente oferecer orientações em assuntos sobre os quais estavam desinformados.

Sendo assim, tomaram decisões sobre assuntos tais como queixas dos prisioneiros, greves, correspondências, comida e todas as preocupações cotidianas da vida na prisão. Também agiu como um comitê representante de todos os prisioneiros políticos, por exemplo, em 1967, organizaram uma petição exigindo tratamento melhor, que foi assinada por todos os presos. Convocavam, quando possível, encontros dos membros, que consideravam como vital para a saúde da organização. Mas como essas reuniões eram extremamente perigosas e, portanto, sem muita frequência, o Alto Órgão geralmente tomava decisões que eram comunicadas a todos os outros membros, operando em um sistema de células, cada uma sendo formada por três membros.

Já em 12 de maio de 1969, as forças de segurança invadiram a casa de Winnie, em Orlando, e a detiveram sem indiciamento, sob o Decreto de Terrorismo de 1967, que dava ao governo poderes inéditos de prisão e detenção sem julgamento. Ela foi colocada em prisão solitária em Pretória, era constantemente interrogada, lhe negaram fiança e visitas. Quando ela foi finalmente indiciada, seis meses depois, Mandela conseguiu enviar instruções para que ela fosse defendida por Joel Carlson, um advogado *antiapartheid*. Winnie e vinte duas outras pessoas foram indiciadas sob a Lei de Repressão ao Comunismo por tentar recriar o CNA. Em outubro de 1970, um ano e meio depois de sua prisão, o Estado retirou as acusações sem maiores explicações e Winnie foi libertada. No espaço de duas semanas ela havia sido novamente banida e posta sob prisão domiciliar.

Em julho de 1969, três meses depois de ficar sabendo que Winnie havia sido presa, ele foi chamado à administração central da Ilha e recebeu um telegrama. Era mais uma vez de Makgatho, seu filho mais novo, ele estava informando que seu irmão mais velho, Thembi, havia morrido em um acidente de carro no Transkei. Thembi tinha na época vinte e cinco

anos e era pai de duas crianças pequenas. Mandela solicitou permissão das autoridades para comparecer ao funeral do filho, mas não recebeu autorização. Mandela disse a eles que podiam enviar um cordão de segurança junto com ele e que daria sua palavra de que voltaria para a prisão. Porém tudo que lhe permitiram fazer foi escrever uma carta para a mãe de Thembi, Evelyn, na qual ele fez o melhor que pôde para confortá-la e dizer que compartilhava do mesmo sofrimento dela.

No decorrer dos primeiros três anos na ilha, calças compridas foram fornecidas para todos eles. Em 1969, receberam os seus próprios uniformes individuais de prisioneiros, em vez de receberem um conjunto diferente a cada semana. Eles tinham permissão de sair para o pátio a qualquer hora do dia durante os finais de semana. Apesar da comida ainda não ter tido equiparada a dos outros prisioneiros, os negros recebiam, ocasionalmente, pão pela manhã. Permitiam que formassem um estoque conjunto de alimentos, de forma que as diferenças não importavam.

O evento indispensável em suas programações semanais eram os cultos religiosos que as autoridades consideravam obrigatório. Todo domingo pela manhã um ministro de uma denominação diferente pregava para os prisioneiros. Uma semana era um padre anglicano, na outra um pregador da igreja reformada holandesa, no domingo seguinte um ministro metodista. Os clérigos eram recrutados pelo serviço penitenciário, cujo único decreto era que eles deviam pregar exclusivamente questões religiosas. Os guardas estavam presentes em todos os cultos e se o ministro se afastasse da religião, ele não era mais convidado.

Durante os primeiros dois anos na ilha não era permitido que saíssem de suas celas para os cultos, o ministro pregava da entrada do corredor, mas no terceiro ano passou a ser celebrado no pátio. Esse era o único momento em que era permitido ficar no pátio aos domingos. Poucos dos homens eram religiosos, mas ninguém se importava com as pregações, mais sim aproveitavam a oportunidade de apreciar estar ao ar livre. Quando os cultos passaram a ser celebrados ao ar livre, foram dados a eles a opção de frequentá-los, alguns dos homens frequentavam apenas os cultos de sua

denominação religiosa. Apesar de Mandela ser metodista, ele frequentava todos os cultos religiosos.

O que os domingos representavam para o resto da semana, o Natal representava para o resto do ano. Este era o dia no qual as autoridades demonstravam alguma “boa-vontade” em relação aos prisioneiros. Eles não precisavam ir para a pedreira no dia de Natal e permitiam que comprassem uma pequena quantidade de doces, porém não tinham uma ceia tradicional, mas recebiam uma caneca extra de café no jantar. As autoridades permitiam que os presos organizassem um concerto, realizassem competições e encenassem uma peça teatral.

Em 1970, o oficial da Ilha de Robben era o Coronel Van Arde, considerado um homem bem amigável e inofensivo, que permitia que os presos tivessem um cotidiano melhor. Mas no final desse ano, as autoridades concluíram que queriam uma atmosfera diferente na Ilha e o Coronel Piet Badenhorst foi nomeado o novo comandante. Badenhorst tinha a reputação de ser um dos oficiais mais brutais e autoritários do serviço penitenciário e sua indicação sinalizou que o governo acreditava que a disciplina na ilha estava frouxa e que uma mão forte era necessária para manter os prisioneiros na linha. Sempre que um novo oficial era nomeado, Mandela solicitava uma reunião com o mesmo. Fazia isso de forma a dar-lhe a dimensão da seriedade da causa e também para avaliar o seu caráter, mas a reunião que solicitou com o novo oficial foi rejeitada, esse foi o primeiro oficial nesse tempo todo a recusar tal reunião. Várias regras relacionadas a estudos e tempo livre foram imediatamente revogadas, os guardas antigos foram transferidos para fora da ilha e substituídos por guardas escolhidos a dedo por Badenhorst. As celas foram revistadas, livros e papéis confiscados, refeições foram suspensas e os homens eram empurrados no caminho para a pedreira.

Badenhorst tentou voltar no tempo para a forma que a Ilha era no início dos anos de 1960. A resposta para cada pergunta era não, os prisioneiros que solicitavam reuniões com seus advogados recebiam confinamento solitário, as reclamações eram ignoradas, visitas eram canceladas, a comida piorou e a censura aumentou. Mandela e seus companheiros de-

cidaram não permitir que as condições se deteriorassem completamente sob Badenhorst e começaram a contrabandear mensagens para o pessoal do lado de fora para fazerem manifestações pedindo a demissão do oficial.

A partir daí formaram uma delegação entre eles para se reunir com Badenhorst que concordou com o encontro e os presos ameaçaram fazer greves de trabalho, operações tartaruga e greves de fome, caso ele não corrigisse seus modos e restabelecesse algumas das ações que haviam revogado. Algumas semanas depois, um grupo de juízes foi até a ilha e pediram que indicassem um porta voz para expressar suas queixas. Mandela, escolhido para falar, enumerou todas as queixas sobre a alimentação, trabalho e estudos e nos meses seguintes a crueldade diminuiu e no espaço de três meses depois da visita dos juízes eles receberam a notícia que Badenhorst tinha sido transferido e o Coronel Willemse assumiu o cargo.

Mandela (2012) afirma que seu papel na prisão não era apenas de um líder do CNA, mas promotor da unidade, um intermediário honesto e pacificador. No início de 1977, as autoridades anunciaram o fim do trabalho braçal, em vez dele, os presos podiam passar o dia em suas seções quando não estivessem realizando algum tipo de trabalho no pátio. O fim do trabalho braçal foi libertador para Mandela, pois ele pôde passar os dias lendo, escrevendo cartas, discutindo questões com seus companheiros ou formulando documentos jurídicos. O tempo livre permitiu que ele praticasse o que se tornou sua atividade diária na Ilha de Robben: horticultura e tênis. Desde o início do cárcere na Ilha, Mandela solicitou permissão para iniciar uma horta no pátio, durante anos o pedido foi recusado, porém a direção da prisão cedeu e ele fez uma pequena horta em um trecho estreito de terra ao lado do muro mais distante.

De acordo com Mandela (2012) as autoridades lhe forneceram sementes. Inicialmente ele plantou tomates, pimentas e cebolas. As primeiras safras foram pobres, mas logo melhoraram e as autoridades não se arrependeram de dar permissão, pois quando a horta começava a florescer, Mandela fornecia alguns de seus produtos para os guardas. Mandela enxergava a horta como uma metáfora para certos aspectos de

sua vida, pois um líder também devia cuidar da sua horta. A exemplo do jardineiro, um líder devia se responsabilizar pelo que cultivava, ele devia ocupar-se com seu trabalho, tentar afastar os inimigos, preservar o que podia ser preservado e eliminar o que não podia prosperar.

Um resultado imprevisto do fim do trabalho braçal foi que Mandela engordou, pois, a caminhada de ida e volta para a pedreira e o próprio trabalho lá desenvolvido foi o suficiente para mantê-lo em forma todos aqueles anos. Ele sempre acreditou que exercícios físicos não apenas são essenciais para a saúde física, mas para a paz de espírito também. Segundo Mandela (2012) ele descobriu que trabalhava melhor e pensava com mais clareza quando estava em boas condições físicas, portanto a atividade física tornou uma das disciplinas inflexíveis de sua vida. Mesmo na ilha, ele tentou seguir a sua velha rotina de boxeador, de corridas e musculação. Fazia corridas estacionárias durante quarenta e cinco minutos em sua cela pela manhã, em seguida flexões, duzentos abdominais e vários outros exercícios. Nas cartas que escrevia para seus filhos, regularmente incentivava a se exercitarem e praticarem algum tipo de esporte. Desde as primeiras reuniões que ele teve com visitantes e da Cruz Vermelha Internacional, enfatizava a importância de terem tempo e instalações para exercícios apropriados.

Em agosto do mesmo ano, Winnie foi detida sob a Lei de Segurança Interna e presa, sem ser indiciada, no Forte em Johannesburgo, onde foi mantida por cinco meses. Durante esse tempo Mandela conseguiu escrever cartas para ela e para as filhas, que ficaram em um internato em Suazilândia. Porém, em dezembro, Winnie saiu da prisão e ainda mais forte em seu empenho na luta contra o *apartheid*. Apesar de estar banida, ela retomou suas atividades e as autoridades ficaram consternadas com a sua popularidade. O governo estava decidido a reduzir a influência dela e a enviou para um exílio interno em um assentamento no Estado Livre chamado Brandfort.

Em 1978, depois de passarem quinze anos se rebelando pelo direito de receberem notícias, as autoridades ofereceram a eles um meio-termo. Em vez de permitirem que recebessem jornais ou ouvissem rádio, eles deram início ao seu próprio serviço de notícias pelo rádio, que consistia em

um resumo simples, mas diário, das notícias lidas através do sistema de comunicação da prisão. As transmissões baseavam-se em boas notícias para o governo e más notícias para os prisioneiros. Condizente com algumas ações mais flexíveis na ilha, os prisioneiros passaram a ter o próprio cinema, quase todas as semanas assistiam a filmes projetados em um lençol, numa sala grande próximo ao corredor das celas, porém, mais tarde, tiveram uma tela apropriada. Os filmes eram uma distração maravilhosa, uma fuga vívida da tristeza da vida na prisão. Apesar, da direção da Ilha de Robben ter se tornado mais tolerante, não se dava sinal algum de que o Estado tinha reformado os seus pontos de vista. Mesmo assim, Mandela não tinha dúvida alguma de que um dia seria um homem livre.

Já em 1979, o governo anunciou, através do sistema de comunicação, que a alimentação para os prisioneiros negros, mestiços e indianos seria a mesma. Em 1980, foi dado o direito da compra de jornais, porém o novo regulamento afirmava que os prisioneiros do Grupo A tinham o direito de adquirir um jornal em língua inglesa e um jornal em africâner por dia. Mas, havia uma ressalva preocupante, qualquer prisioneiro do grupo A que fosse descoberto compartilhando seu jornal com um prisioneiro de outro Grupo perderia seu privilégio de compra de jornais. Os presos, recebiam dois jornais diários: *O Cape Times* e *Die Burger*, ambos eram jornais conservadores, ainda assim, os censores da prisão analisavam cada um todos os dias e retiravam as matérias que eles achavam que não eram apropriados para os prisioneiros.

Em 1982, Mandela recebeu em sua cela, a visita do oficial e de vários outros funcionários da prisão. Isso era muito incomum; o oficial comandante em geral não fazia visitas a prisioneiros em suas celas. Imediatamente, ele ordenou que Mandela arrumasse suas coisas, pois ele e seus companheiros iriam ser transferido para a Prisão de Pollsmoor.

De acordo com Mandela (2012) na nova prisão, o aposento principal onde foram colocados era limpo, moderno e retangular, media cerca de 10x15 metros, tinha uma seção separada com um toailete, urinol, duas pias e dois chuveiros. Havia quatro camas com lençóis e toalhas, um grande luxo para homens que haviam passado a maior parte dos últimos

dezoito anos dormindo em uma esteira fina sobre o chão. Também tinham um terraço, uma seção aberta ao ar livre que tinha o comprimento da metade de um campo de futebol, onde era permitido ficar durante o dia. Tinha muros com cerca de quatro metros de alturas, de forma que apenas enxergavam o céu.

O novo lar proporcionou condições menos degradantes, a comida em Pollsmoor era muito superior, depois de anos comendo mingau nas três refeições do dia, os jantares na nova prisão com carne e vegetais apropriados eram como um banquete. Permitiam que lessem uma variedade de jornais e revistas e podiam receber publicações que anteriormente só tinham acesso através de contrabando. Eles também tinham um rádio, mas que só sintonizava estações locais e não o que realmente eles queriam ouvir. Permitiram que ficassem no terraço o dia inteiro, exceto entre meio-dia e duas da tarde, quando os guardas almoçavam. Mandela tinha uma pequena cela nas proximidades da cela geral que funcionava como um estúdio, com uma cadeira, mesa e prateleiras, onde ele podia ler e escrever durante o dia. Ele também acordava às cinco da manhã e fazia uma hora e meia de exercícios.

Foi visitado por Winnie logo após sua chegada em Pollsmoor e ficou contente quando descobriu que a área de visitas era muito melhor e mais moderna que àquela em Robben, pois tinham uma barreira grande de vidro através da qual se podia enxergar o visitante da cintura para cima e microfones muito mais sofisticados de forma que não tinham mais que fazer esforços para ouvir. Era muito mais fácil para sua família ir a Pollsmoor do que a Ilha, a supervisão das visitas também se tornou mais compassivas. Frequentemente, as visitas de Winnie era supervisionada pelo subtenente James Gregory, que havia sido um censor em Robben.

Mandela decidiu cultivar uma horta e recebeu permissão do oficial para fazer. Todas as manhãs, colocava um chapéu de palha e luvas grossas e trabalhava na horta durante duas horas. Todos os domingos, fornecia vegetais para a cozinha e com frequência também dava bastante da sua colheita para os guardas.

Em maio de 1984, em uma visita programada de Winnie, Zeni e a sua filha mais nova, Mandela foi escoltado para a área de visitas, pelo subtenente Gregory, que em vez de levá-lo à área normal de visitação o levou para uma sala à parte, onde havia apenas uma mesa pequena e sem divisórias de tipo algum e ali foi informado que as autoridades fizeram uma mudança e aquele dia foi o início do que ficou conhecido como “visitas de contato”. Mandela beijou e abraçou sua esposa pela primeira vez depois de vinte e um anos.

Todas essas mudanças no tratamento dos prisioneiros, especialmente, para Mandela faziam parte da estratégia do Apartheid para construir uma saída negociada, que preservasse certos interesses dos brancos racistas. A possibilidade do regime ser derrubado se tornava real, pois o cenário, interno e externo, estava mudando como se pode perceber a seguir.

NEGOCIAÇÕES

Em Pollsmoor, os prisioneiros ficaram mais conectados aos eventos no mundo e cientes de que a luta pelo país tinha se intensificado. Poderosos movimentos políticos de base foram formados dentro do país e tinham ligações com o CNA, o principal deles sendo a *Frente Democrática Unida – FDU* – que foi criada para coordenar os protestos contra a nova constituição do *apartheid* em 1983, e as primeiras eleições para o parlamento em 1984. A *FDU* logo se transformou numa organização poderosa que uniu centenas de organizações *antiapartheid* – sindicatos, grupos comunitários, grupos religiosos e movimentos estudantis.

Já o CNA, experimentou um renascimento em popularidade, pesquisas de opiniões mostravam que o Congresso era, de longe, a organização política mais popular entre os negros, apesar de ter sido banida há vinte cinco anos. A luta *antiapartheid* como um todo conquistou a atenção do mundo; em 1984, o Bispo Desmond Tutu recebeu o Prêmio Nobel da Paz, porém as autoridades se recusaram a enviar ao Bispo Tutu a carta de congratulações feita por Mandela. O governo sul-africano esteve sob crescente pressão internacional, à medida que nações do mundo inteiro começaram a impor sanções econômicas a Pretória.

Estando diante de problemas no país e pressão do exterior, o presidente Pik Botha ofereceu uma medida maior e de meio-termo. No dia 31 de janeiro de 1985, em um debate no parlamento, o presidente do país ofereceu a Mandela publicamente a sua liberdade caso ele rejeitasse incondicionalmente a violência como um instrumento político. Então, como se estivesse fazendo um desafio a Mandela, Botha acrescentou, “Portanto, não é o governo sul-africano que agora está no caminho da liberdade do senhor Mandela. É ele próprio” (Mandela, 2012, p. 637). Pelos cálculos de Mandela, essa era a sexta oferta condicional que o governo havia feito para a sua liberação nos dez anos que antecederam essa proposta. Depois de ter ouvido o discurso do presidente pelo rádio, Mandela fez uma solicitação ao comandante da prisão para uma visita urgente de Winnie e seu advogado, Ismail Ayob, de forma que ele pudesse ditar a resposta da oferta ao P.W.Botha.

Winnie e Ismail não receberam permissão para a visita durante uma semana. Nesse meio tempo, Mandela escreveu uma carta para o ministro das relações exteriores rejeitando as condições para sua liberdade, enquanto também preparou uma resposta pública. Ele queria tranquilizar o CNA em geral, e Oliver Tambo em particular, que a sua lealdade à organização estava acima de qualquer questão e também desejava enviar a mensagem ao governo que a negociação e não a guerra, era o caminho para uma solução.

Dias depois, em uma sexta-feira, ele se reuniu com Winnie e seu advogado e no domingo, uma manifestação da FDU seria realizada no Estádio Jabulani, em Soweto, onde a sua resposta seria tornada pública. Então, no domingo, 10 de fevereiro de 1985, Zindizi leu sua resposta diante de uma multidão, que não havia podido legalmente ouvir as palavras de seu líder em qualquer lugar da África do Sul durante mais de vinte anos. Sua filha Zindzi era uma oradora dinâmica, como sua mãe, e disse que o pai deveria estar no estádio para falar aquelas palavras ele mesmo. Mandela ficou orgulhoso em saber que foi *ela* que pronunciou suas palavras:

Sou membro do Congresso Nacional Africano. Sempre fui membro do Congresso Nacional Africano e continuarei sendo membro do Congresso Nacional Africano até o dia em que morrer. Oliver Tambo é mais que um irmão para mim. Ele é meu maior amigo

e companheiro durante quase cinquenta anos. Se há alguém entre vocês que preza a minha liberdade, Oliver Tambo a preza ainda mais, e eu sei que ele daria sua vida para me ver livre. Estou surpreso pelas condições que o governo quer impor sobre mim. Não sou um homem violento. Foi apenas então, quando todas as outras formas de resistência não estavam mais à nossa disposição, que recorreremos à luta armada. Que Botha demonstre que é diferente de Malan, Strijdom e Verwoerd. Que ele renuncie à violência. Que ele diga que vai desmantelar o *apartheid*. Que ele suspenda o banimento da organização do povo, o Congresso Nacional Africano. Que ele liberte todos os que foram presos, banidos ou exilados por sua oposição ao *apartheid*. Que ele garanta atividade pública livre para que as pessoas possam se decidir quem vai governá-las. Eu prezo muito a minha própria liberdade, mas me importo ainda mais com a liberdade de vocês. Muitos já morreram desde a minha ida para a prisão. Muitos sofreram pelo amor a liberdade. Tenho uma dívida com as suas viúvas, com seus órfãos, com suas mães e com os seus pais, que lamentaram e choraram por eles. Não fui apenas eu quem sofreu durante esses anos longos, solitários e desperdiçados. Não amo a vida menos do que vocês. Mas não posso vender o meu direito de nascença, nem estou preparado para vender o direito de nascença das pessoas de serem livres... Que liberdade me oferecem enquanto a organização do povo permanece banida? Que liberdade me oferecem quando posso ser preso por uma contravenção de passe? Que liberdade me oferecem para viver minha vida como uma família junto à minha esposa, que continua banida em Brandfort? Que liberdade me oferecem quando tenho que pedir autorização para morar em uma área urbana? Que liberdade me ofereceu quando a minha própria cidadania sul-africana não é respeitada? Apenas homens livres conseguem negociar. Prisioneiros não podem participar de contratos.... Não posso nem vou fazer empenho algum em um momento quando eu e vocês, o povo, não estivermos livres. A liberdade de vocês e a minha não podem ser separadas. Eu vou voltar (Mandela, 2012, p. 638-639).

Essa mensagem explicitou o sentido do que seria a liberdade que Mandela almejava alcançar, assim como seu compromisso com o CNA e com todos que combateram pelo fim do regime racista. Foi um instrumento para pressionar e atacar o governo e as condições que queriam impor sobre ele. O grande impacto desta mensagem significou a reafirmação do compromisso de Mandela com a população da África do Sul.

Em 1985, depois de um exame de rotina com o médico da prisão, Mandela foi encaminhado para um urologista, que diagnosticou que ele estava com a próstata dilatada e recomendou uma cirurgia. Ele foi levado ao Hospital Volks, na Cidade do Cabo, sob segurança cerrada. Winnie veio de avião até a cidade do Cabo e pôde ver o marido antes da cirurgia. Além dela, Mandela recebeu também a visita surpreendente e

inesperada de Kobie Coetsee, o ministro da justiça. Após vários dias no hospital se recuperando da cirurgia recebeu alta médica. Na volta para a prisão, o comandante Munro, que foi buscá-lo, informou que não o levaria de volta para seus amigos e o encaminhou para uma nova cela no andar térreo da prisão, três andares abaixo e em uma ala completamente diferente que possuía três aposentos, um toailete separado, com um aposento para ser utilizado para dormir, um para estudar e outro para exercícios. Porém os aposentos eram úmidos, embolorados e com pouca iluminação natural.

Durante as semanas seguintes, Mandela chegou a uma conclusão em relação a sua nova situação. Segundo ele a mudança não era uma desvantagem, mas uma oportunidade, mesmo não ficando satisfeito em ficar separado de seus companheiros, a solidão lhe deu certa liberdade e decidiu utilizá-la para fazer algo que vinha pensando já há muito tempo: iniciar discussões com o governo. Mandela concluiu que tinha chegado o momento em que a luta podia ser levada adiante da melhor maneira, através de negociações, pois se não iniciassem um diálogo imediatamente, ambas as partes seriam prejudicadas.

Desse modo, Mandela (2012) relatou que sua solidão lhe deu uma oportunidade de dar os primeiros passos nessa direção. Ele optou em não contar para ninguém o que iria fazer. O CNA era uma coletividade, mas o governo havia feito com que a coletividade se tornasse impossível neste caso. Mandela não tinha segurança ou tempo para discutir essas questões com sua organização, seus companheiros ali presos também, condenariam sua proposta, isso mataria sua iniciativa antes mesmo que ela nascesse.

Em junho de 1986, Mandela escreveu uma carta para o General Willemsse, o comissário de prisões solicitando uma conversa com Kobie Coetsee, o ministro da justiça, para levantar a questão de negociações entre o governo e o CNA e logo em seguida seu pedido foi atendido. Nesta conversa, Mandela solicitou a Coetsee que gostaria de se encontrar com o presidente, Botha. Em 1987 Mandela retomou o contato com Kobie Coetsee, tendo várias reuniões privadas, e mais tarde, naquele ano, o governo fez

a sua primeira proposta concreta. Coetsee disse que o governo gostaria de indicar um comitê de funcionários graduados para conduzir discussões privadas com Mandela, porém ele tinha três pontos cruciais antes de tomar qualquer tipo de iniciativa: Primeiro, conversar com seus companheiros da prisão, em segundo, se comunicar com Oliver Tambo e em terceiro lugar elaborar um memorando para P.W. Botha descrevendo os seus pontos de vista e os do CNA sobre as questões centrais do país.

A primeira reunião formal do grupo secreto de trabalho aconteceu em maio de 1988, em um clube de oficiais dentro de Pollsmoor. Mandela se reunia com eles quase todas as semanas durante alguns meses, então as reuniões começaram a ocorrer em intervalos irregulares. As reuniões normalmente eram marcadas pelo governo, mas as vezes Mandela solicitava uma sessão. Ele passou algum tempo, no início, dando noções básicas da história do CNA e então explicava suas posições sobre as questões primárias que separavam a organização do governo. Depois se concentrou nas questões críticas: a luta armada, a aliança do CNA com o Partido Comunista, o objetivo do governo da maioria e a ideia da reconciliação racial.

As reuniões tiveram um efeito positivo e em 1988, o Presidente Botha planejou encontrar-se com Mandela. O país estava ainda em tumulto. O governo havia imposto um Estado de Emergência em 1987 e em 1988, a pressão internacional aumentou, mais companhias saíram da África do Sul e o Congresso Norte-americano havia aprovado medidas amplas de sanções. Em 1987, o CNA celebrou seus setenta e cinco anos e organizou uma conferência no final do ano, na Tanzânia, da qual participaram delegados de mais de cinquenta nações. Oliver Tambo declarou que a luta armada se intensificaria até que o governo estivesse preparado para negociar a abolição do *apartheid*. Apesar da violência ainda ser ampla, o Partido Nacional nunca havia estado mais forte, pois nas eleições gerais dos brancos, em maio de 1987, os Nacionalistas conquistaram uma maioria esmagadora.

Mandela vinha sofrendo de uma forte tosse e nos dias seguintes foi levado ao Hospital da cidade do Cabo e foi diagnosticado com líquido no

pulmão e em seguida tuberculose. Ele passou seis semanas no hospital se recuperando e recebendo tratamento.

No início de dezembro de 1988, recebeu alta hospitalar e foi imediatamente transferido para a prisão de Victor Verster, que tinha a reputação de ser uma instalação-modelo, pois se tratava de um chalé isolado, lugar espaçoso, confortavelmente mobiliado, uma cozinha grande, com um quarto ainda maior nos fundos da casa, havia também uma piscina no quintal e mais dois quartos menores. O chalé de fato dava a ilusão de liberdade, Mandela podia dormir e acordar de acordo com sua vontade, nadar sempre que quisesse, comer quando estivesse com fome, sair durante o dia e dar uma caminhada quando estivesse com vontade. Não havia grades nas janelas, não havia chaves, nenhuma porta para trancar e destrancar. O serviço penitenciário lhe forneceu um cozinheiro, o subtenente Swart, que já havia sido guarda na Ilha de Robben, com quem Mandela criou um laço de amizade.

As reuniões com o Comitê continuaram paralisadas nas mesmas questões que sempre haviam evitado que avançassem e Mandela continuou a pressionar Coetsee em busca de uma reunião com Botha. A essa altura, as autoridades permitiram que ele se comunicasse com seus companheiros que estavam em Pollsmoor e na Ilha de Robben e também com o CNA em Lusaka. Em janeiro de 1989, ele recebeu a visita de seus quatro companheiros de Pollsmoor e discutiu o memorando que estava sendo planejado para enviar para o presidente do país.

No memorando sobre a questão da violência, Mandela escreveu que a recusa do CNA em renunciar à violência não era o problema: “ A verdade é que o governo ainda não está pronto... para compartilhar o poder político com os negros”. (Mandela, 2012, p. 668). Afirmou também que a rejeição ao governo da maioria por parte do governo era uma tentativa mal disfarçada de preservar o poder e sugeriu que o presidente deveria encarar a realidade. “ O governo da maioria e a paz interna são como dois lados de uma única moeda, e a África do Sul branca tem que aceitar que nunca haverá paz e estabilidade neste país até que este princípio seja inteiramente aplicado” (Mandela, 2012, p. 668).

Em seu aniversário de setenta e um anos, Mandela recebeu a visita, no chalé, de praticamente toda sua família. Foi a primeira vez que ele recebeu a visita de sua esposa, filhos e netos, todos em um só local, e essa foi a ocasião grandiosa e feliz para ele. Na mesma semana, ele também recebeu a visita do General Willemse, que comunicou que ele seria levado para se encontrar com o Presidente Botha. Mandela se preparou o melhor que pôde para o encontro, revisou seu memorando, as anotações que tinha feito e leu jornais e revistas para ficar por dentro das notícias. Mandela foi levado ao Gabinete do presidente e, desde o princípio, não pareceu estarem engajados em discursões políticas tensas, mas em uma aula particular animada e interessante. A reunião não durou nem meia hora, Mandela pediu a Botha que libertasse incondicionalmente todos os prisioneiros políticos, inclusive ele, mas o presidente disse que infelizmente não podia fazer isso finalizando assim o encontro.

Em pouco mais de um mês, em agosto de 1989, P.W. Botha foi a televisão em rede nacional e anunciou a sua renúncia à presidência do país. No dia seguinte, F.W. de Klerk foi empossado como o presidente interino e reafirmou seu compromisso com mudanças e reformas. Para Mandela, e seus companheiros, De Klerk era um enigma, pois ele não era um ideólogo, mas um pragmático, um homem que via as mudanças como necessárias e inevitáveis. No dia em que tomou posse, Mandela escreveu uma carta solicitando uma reunião, porém, em 10 de outubro de 1989, o presidente anunciou que Walter Sisulu e mais sete dos ex-companheiros de Mandela na Ilha de Robben, seriam libertados. Foi uma ação que recebeu elogios no país e no exterior. De Klerk iniciou um desmonte sistemático de vários dos baluartes do *apartheid*, ele abriu as praias da África do Sul às pessoas de todas as cores e declarou que a Lei de Reserva de Amenidades Separadas seria revogada e em novembro anunciou que o Sistema de Gerenciamento da Segurança Nacional seria dissolvido.

O início a queda do sistema do *Apartheid* não aconteceu exclusivamente pela política de De Klerk e suas iniciativas, mais sim, a partir de fatores externos a África do Sul que começaram a impactar o sistema do *Apartheid* e conseqüentemente a sua derrubada. Entre esses

fatores estão: A derrota das tropas sul-africanas em Angola, na batalha de Cuito-Cuanavale, e como consequência o processo de negociação que levaria à independência da Namíbia, o início do fim da Guerra Fria, a ascensão de Gorbatchov na URSS, pois o muro de Berlim começou a ser destruído em novembro de 1989 e isso prenunciava a retirada do vital apoio dos EUA à África do Sul do *apartheid*.

No início de dezembro, Mandela foi informado que teria uma reunião com o presidente, se preparou durante dias e, sob orientação de vários companheiros, elaborou uma carta para De Klerk, dizendo ao presidente que o conflito estava esgotando as forças da África do Sul e que as negociações eram a única solução e que o CNA não aceitaria condições para as negociações, especialmente a condição que o governo queria: a suspensão da luta armada. No dia anterior da reunião, a carta foi entregue ao presidente e, na manhã seguinte, 13 de dezembro, os dois se encontraram. Mandela apresentou a questão de sua liberdade e reafirmou que se era para ser liberto e ficar nas mesmas condições sob as quais havia sido preso, voltaria a fazer precisamente aquelas mesmas coisas pelas quais foi enviado para a prisão e defendeu também que a melhor forma de avançarem era acabar com a proibição ao CNA. De Klerk, ouviu cuidadosamente o que Mandela falou e disse que pensaria sobre tudo, mas que não faria promessas.

No dia 02 de fevereiro de 1990, F.W. de Klerk compareceu ao Parlamento para fazer o discurso tradicional de abertura de seus trabalhos e fez algo que nenhum chefe de Estado sul-africano jamais havia feito: começou verdadeiramente a desmoronar o sistema do *apartheid*. Essa atitude foi resultado da luta, das mobilizações populares, campanha de desafios e ações que aumentaram a pressão interna e externa. Ele anunciou a revogação da proibição ao CNA, ao Partido Comunista Sul africano e a outras trinta e umas organizações até então ilegais; a libertação dos prisioneiros políticos que haviam sido encarcerados por causa de atividades não violentas; a suspensão da pena capital; e a revogação de várias restrições impostas pelo Estado de Emergência. “Chegou o momento para as negociações”, (Mandela, 2012, p. 680) ele afirmou.

Em 09 de fevereiro, sete dias depois do discurso do presidente no Parlamento, Mandela foi informado que no dia seguinte teria um encontro com De Klerk. Ao chegar no escritório do presidente, o mesmo, informou que iria libertá-lo no dia seguinte.

LIBERDADE

Imediatamente Mandela enviou uma mensagem para os seus companheiros avisando que seria libertado no dia seguinte. Conseguiu também enviar uma mensagem para Winnie e telefonar para Walter Sisulu em Johannesburgo. Naquela noite, várias pessoas do CNA que faziam parte do que então era conhecido como o Comitê Nacional de Recepção foram ao chalé para elaborar uma declaração que Mandela faria ao sair da prisão.

Segundo Mandela (2012) depois de apenas algumas horas de sono, as quatro e meia da manhã, no dia 11 de fevereiro de 1990, ele acordou para o tão sonhado dia de sua liberação. Então, telefonou para várias pessoas do CNA e do FDU na Cidade do Cabo convidando-os para irem até o chalé. A saída foi marcada para as 15 horas, já havia muitas pessoas na casa, e o cenário inteiro assumiu o aspecto de uma celebração. O plano foi de Winnie e Mandela serem levados de carro até o portão da frente da prisão, pois Mandela havia dito às autoridades que queria poder se despedir dos guardas que cuidaram dele e pediu que eles e suas famílias o aguardassem no portão da frente, onde poderia agradecer-lhes individualmente. Alguns minutos depois das três da tarde, Mandela recebeu um telefonema de um apresentador bem conhecido de uma importante rede de televisão pedindo a Mandela que saísse do carro alguns metros antes do portão para que eles pudessem filmar seu caminho em direção à liberdade.

Segundo Mandela (2012) ele achou uma ideia sensata e concordou em fazer. Cerca de quatrocentos metros do portão, o carro parou, Winnie e Mandela desceram e começaram a caminhar em direção ao portão da prisão. Uma comoção enorme tomou conta da grande multidão de pessoas que se encontrava pelo caminho: fotógrafos, câmeras de televisão e jornais, assim como milhares de simpatizantes. Quando Mandela estava no meio

da multidão, levantou o seu punho direito, gesto que não pôde fazer isso durante vinte e sete anos, e houve gritos e mais gritos de aprovação. Segundo Mandela, enquanto caminhou através daqueles portões para entrar no carro, sentiu que, mesmo aos setenta e um anos de idade, a sua vida tinha recomeçado.

A viagem até a Cidade do Cabo levou quarenta e cinco minutos, uma multidão lhe esperava na Grand Parade uma grande praça aberta, onde discursaria. Ao sair para a sacada viu um vasto mar de pessoas aplaudindo, segurando bandeiras e faixas, batendo palmas e rindo. Levantou mais uma vez seu punho direito e a multidão respondeu com aplausos enormes que lhe incendiou e despertou novamente o seu espírito de luta e quando as pessoas se acalmaram ele proferiu seu discurso:

Amigos, camaradas e companheiros sul-africanos. Eu os saúdo em nome da paz, democracia, e liberdade para todos! Estou aqui diante de vocês não como um profeta, mas como um humilde servidor de vocês, o povo. Os seus sacrifícios incansáveis e heroicos possibilitaram que eu estivesse aqui hoje. Coloco, portanto, os anos restantes da minha vida em vossas mãos (Mandela, 2012, p. 691).

Mandela quis primeiramente dizer para as pessoas que não era um messias, mas um homem comum que se tornou um líder por causa de circunstâncias extraordinárias.

Para ele era essencial mostrar ao povo e ao governo que permanecia altivo e invencível, e que a luta não tinha terminado, mas estava recomeçando de uma forma diferente. Declarou também que era um “membro leal e disciplinado do Congresso Nacional Africano”. Encorajou as pessoas a voltarem para as barricadas, para intensificar a luta e afirmou que dariam os últimos passos juntos. (Mandela, 2012, p. 698).

Semanas depois de sua libertação, a primeira responsabilidade foi se apresentar à liderança do CNA e no dia 27 de fevereiro de 1990 viajou para Lusaka para uma reunião do Comitê Executivo Nacional onde acabou sendo nomeado vice-presidente da organização e com isso iniciou uma viagem por diversos países. No início de maio, após chegar da viagem, a primeira rodada de negociações com o governo começou. Ao final da reunião de três dias, a delegação do CNA concordou com o que se tornou conhecida

como Minutas de Groote Shuur, comprometendo ambas as partes para um processo pacífico de negociações e obrigou também o governo a revogar o Estado de Emergência.

Já no dia 06 de agosto de 1990, em Pretória, o CNA e o governo assinaram o que se tornou conhecida como Minutas de Pretória, na qual concordaram em suspender a luta armada. Ressalta-se, ficou decidido que estava suspensa as ações armadas e não encerrada a luta armada. O acordo também estabeleceu datas-limites para a libertação de prisioneiros políticos e a concessão de certos tipos de indenização e em julho de 1991, o CNA realizou a sua primeira conferência anual em seu próprio país em trinta anos. Durante a conferência, Mandela foi eleito, sem oposição, presidente do CNA.

Em meio ao complexo processo de negociações com o regime racista, Mandela viveu outro momento difícil, que foi o fim do seu casamento com Winnie. Em 13 de abril de 1992, em uma entrevista coletiva em Johannesburgo, ele anunciou a sua separação, ao ler a seguinte declaração:

O relacionamento entre eu e minha esposa, a companheira Nomzamo Winnie Mandela se tornou objeto de muitas especulações. Estou tornando pública esta declaração para clarificar a posição e uma esperança de que ela trará um fim para maiores conjecturas. Eu a companheira Nomzamo contraímos matrimônio em um momento crítico da luta pela libertação em nosso país. Devido às pressões do nosso compromisso comum com o CNA e a luta para acabar com o apartheid, não pudemos desfrutar de uma vida familiar normal. Apesar dessas pressões o nosso amor mútuo e a nossa devoção ao nosso casamento cresceram e se intensificaram. Durante as duas décadas que passei na Ilha de Robben ela foi um pilar indispensável de apoio e conforto para mim pessoalmente. A companheira Nomzamo aceitou o fardo oneroso de sozinha criar os nossos filhos. Ela suportou com fortaleza exemplar a perseguição imposta a ela pelo governo e nunca hesitou em seu compromisso com a luta pela libertação. A sua tenacidade reforçou o respeito, o amor e a crescente admiração que pessoalmente tenho. Ela também atraiu a admiração do mundo em geral. Meu amor por ela permanece inalterado. Entretanto, tendo em vista as tensões que apareceram devido a diferenças entre nós sobre uma série de questões em meses recentes, concordamos mutuamente que uma separação seria a melhor para nós dois. Minha ação não foi causada pelas alegações sendo feitas contra ela atualmente na mídia... A companheira Nomzamo tem e pode continuar a confiar em meu apoio generoso durante estes momentos difíceis de sua vida. Nunca vou me arrependeu pessoalmente da vida que eu e a companheira Nomzamo tentamos compartilhar. Circunstâncias fora de nosso controle, no entanto, ditaram que fosse o

contrário. Separo-me da minha esposa sem recriminações. Eu a abraço com todo amor e afeição que nutri por ela dentro e fora da prisão desde o momento em que a conheci. Senhoras e senhores, espero que vocês sejam sensíveis à dor pela qual passei (Mandela, 2012, p.732-733).

As negociações seguiam em um impasse, o CNA e seus aliados concordaram em realizar uma política de “ação móvel de massas”, que demonstraria ao governo a extensão do apoio que recebiam em todo o país e mostraria que o povo da África do Sul não estava preparado para esperar eternamente pela sua liberdade. A ação de massas consistiu de greves, manifestações e boicotes. A data escolhida para o início da ação foi o dia 16 de junho de 1992, o aniversário da revolta de 1976 em Soweto, e a campanha culminou em uma greve nacional de dois dias, que aconteceu nos dias 03 e 04 de agosto.

Depois desse período da ação de massas, o CNA comunicou ao governo que estavam suspendendo as negociações e enviou a De Klerk um memorando descrevendo as razões da retirada. Diante disso, o presidente disse que o CNA tornou o país ingovernável. No dia 26 de setembro Mandela e De Klerk se reuniram para uma cúpula oficial, ambos estavam fazendo um esforço para recolocar as negociações na linha. Naquele dia, os dois assinaram o Registro de Entendimento, um acordo que firmava o molde para todas as negociações que se seguiriam.

O governo finalmente concordou com a convocação de uma assembleia constitucional eleita e única, que adotaria uma nova constituição e serviria como legislatura de transição para o novo governo. Tudo o que sobrou para negociar foi uma data para a eleição da assembleia e a porcentagem de maioria de votos necessários para chegar a uma decisão. Em fevereiro, o CNA e o governo anunciaram um acordo em princípio sobre o governo de unidade nacional com duração de cinco anos, um ministério multipartidário e a criação de um conselho executivo transitório. As eleições seriam realizadas até o final de 1993.

O dia 03 de junho de 1993, foi um marco na história sul-africana pois, naquele dia, depois de meses de negociações, o fórum multipartidário fez uma votação que estabeleceu a data para as primeiras eleições nacionais, não racial, com voto universal e individual que aconteceu no dia 27 de

abril de 1994. A primeira etapa do esforço eleitoral do CNA foi o que ficou conhecido como Fóruns do Povo. Os candidatos do CNA viajaram por todo o país e se reuniram com o povo em cidades e aldeias e ouviram sobre suas esperanças, temores, ideias e queixas.

O objetivo da organização era fazer com que as pessoas votassem no CNA não apenas porque haviam lutado contra o *apartheid* durante oitenta anos, mas porque eram melhor qualificados para tornar realidade o tipo de África do Sul na qual eles esperavam viver. Mandela achava que a campanha deveria ser sobre o futuro e não sobre o passado. O CNA elaborou um documento de 150 páginas, conhecido como o Programa de Reconstrução e Desenvolvimento, que delineou o plano do CNA para criar empregos, casas com eletricidade, privadas com descargas, saúde, educação gratuita, redistribuição de terras e acabar com o imposto sobre produtos alimentares. Este documento foi transformado em um manifesto simples intitulado “UMA VIDA MELHOR PARA TODOS”, que por sua vez se tornou o lema da campanha do CNA.

Em 27 de abril de 1994 ocorreu a votação e a África do Sul viveu mais um marco em sua história. Levou vários dias para os resultados serem contabilizados. Apuração finalizada, o CNA obteve a vitória com 62,6% dos votos nacionais. Naquela mesma noite, em uma multidão de rostos felizes comemorava, em vibração viu Mandela subir ao palco e proferir algumas palavras:

Este é um dos momentos mais importantes da vida deste país. Estou aqui diante de vocês repleto de imenso orgulho e alegria – orgulho pelas pessoas comuns e humildes deste país. Vocês demonstraram uma determinação tão calma e paciente para reivindicar este país como seu, e agora a alegria que podemos proclamar em alto som dos telhados de nossas casas – Finalmente livres! Finalmente livres! Estou diante de vocês me sentindo humilde diante da sua coragem, com o coração repleto de amor por todos vocês. Considero a mais alta honra poder liderar o CNA neste momento da nossa história. Sou vosso servo... Não são os indivíduos que são importantes, mas a coletividade ... Este é um momento de curar as velhas feridas e construir uma nova África do Sul (Mandela, 2012, p. 753).

Em 10 de maio de 1994, aconteceu a tão esperada posse de Nelson Mandela eleito de forma democrática. O primeiro presidente negro da África do Sul jurou obedecer e respeitar a constituição e se dedicar ao bem-estar

da república e do seu povo. Para os convidados reunidos e o mundo inteiro que esteve assistindo declarou:

Hoje, todos nós, com a nossa presença aqui... outorgamos glória e esperança para uma liberdade recém-nascida. A partir da experiência adquirida de um desastre humano extraordinário que durou tempo demais, uma sociedade deve nascer da qual toda a humanidade se orgulhará. Nós, que éramos os proscritos há não muito tempo, recebemos o privilégio raro de sermos anfitriões das nações do mundo em nosso próprio solo. Agradecemos a todos os distintos convidados internacionais por terem vindo para tomar posse junto com o povo do nosso país daquilo que é, afinal, uma vitória da justiça, da paz, da dignidade humana. Finalmente, atingimos a nossa emancipação política. Juramos libertar todo o nosso povo da servidão contínua da pobreza, privações, sofrimentos, e outras discriminações. Nunca, nunca e nunca mais vai acontecer de esta linda terra experimentar a opressão de um pelo outro... O sol nunca há de se pôr sobre tão gloriosa realização humana. Que reine a liberdade. Deus abençoe a África! (Mandela, 2012, p. 758-759).

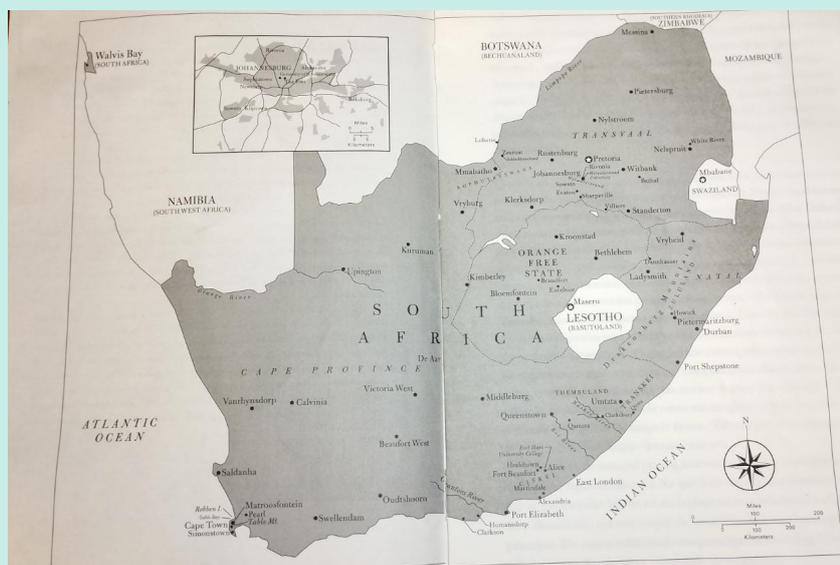
Mandela nunca perdeu a esperança que um dia a transformação ocorreria, ele declarou que ninguém nascia odiando outra pessoa por causa da cor da sua pele, ou de sua origem, ou de sua religião e que as pessoas tinham que aprender a odiar, e se elas podiam aprender a odiar, elas podiam ser ensinadas a amar, pois o amor ocorre com mais naturalidade no coração humano do que o seu oposto. Mesmo durante os momentos mais sombrios na prisão, quando Mandela e seus companheiros foram levados ao extremo de seus limites, ele enxergava um vislumbre de humanidade em um dos guardas, talvez por apenas um segundo, mas era o suficiente para mantê-lo esperançoso e continuar vivendo. Foi durante aqueles longos e solitários anos que a sua fome pela liberdade de seu povo tornou uma fome pela liberdade de todos os povos, brancos e negros, pois acreditava que o opressor tem que ser libertado tão certamente quando o oprimido e quando saiu da prisão, foi esta a sua missão, libertar os oprimidos e opressores.

Dessa maneira, este capítulo buscou traçar a longa caminhada de Mandela, trazendo detalhes e descrições importantes para entender sua jornada e até mesmo compreender como de fato partes de sua vida foi vivida. Como afirma Rassol (2019) ao trazer que durante os dez primeiros anos da democracia na África do Sul, um caráter biográfico foi conferido à paisagem cultural, com a vida dos líderes ocupando um lugar central.

A biografia, concebida de modos bastante convencionais, foi consagrada como um dos principais modos de negociação do passado na arena pública e era a característica central das narrativas de resistência e reconciliação, resgatadas como a base da construção da nação da nova África do Sul. No miolo de toda essa atividade biográfica e refletida por meio de um aglomerado de projetos biográficos, estava a vida de Nelson Mandela, cuja “longa caminhada” veio a simbolizar o novo passado nacional. Além de que a produção do livro resultou tanto numa biografia quanto numa autobiografia, as duas operando em conjunto. De toda forma, foi o “eu” autobiográfico que deu ao livro, o relato épico de uma vida de luta, sacrifício, resiliência, sobrevivência e vitória, sua qualidade autorizada e sacrossanta e seu estatuto de verdade. Serviu ainda para produzir Mandela talvez do modo mais pessoal possível, permitindo ao leitor não apenas um encontro em primeira mão com “um dos grandes líderes morais e políticos de nossa era”, mas também uma experiência de proximidade emocional e comunicação direta com o pater familias.

MAPA DA TRAJETÓRIA DE MANDELA

Nessa sessão encontra-se o mapa com os principais lugares que são citados ao longo do texto em que Mandela perpassou durante sua vida na luta contra o apartheid e a unificação da África do Sul.



Mapa In: Mandela, Nelson. **Longa caminhada até a liberdade.** Tradução: Paulo Roberto Macie ISantos. Curitiba, PR: Nossa.

NELSON MANDELA EM CENA

Este capítulo tem por objetivo refletir como Nelson Mandela e sua história tem sido apresentada através de produções cinematográficas. De acordo com José D'Assunção Barros (2011), há algumas décadas, os historiadores descobriram as amplas possibilidades de utilização do cinema como fonte histórica. Considerado por muitos como a “arte do século XX”, o cinema tem constituído, uma linguagem própria e uma indústria específica.

Barros (2011) reitera que o cinema, incluindo todo o imenso conjunto das obras cinematográficas já produzidas e também as práticas e discursos que sobre elas se estabelecem, pode ser considerado hoje uma fonte primordial e inesgotável para o trabalho historiográfico. A partir de uma fonte fílmica, e a apoiado na análise dos discursos e práticas cinematográficas relacionados aos diversos contextos contemporâneos, os historiadores podem apreender a história do século XX e da contemporaneidade de uma nova perspectiva. De igual maneira, como se verá oportunamente, os historiadores políticos e culturais podem examinar os diversos usos, recepções e apropriações dos discursos, práticas e obras cinematográficas.

Antes de José de Assunção Barros, o historiador Francês Marc Ferro mergulhou nos estudos e pesquisas que tratam da relação cinema e a história, escrevendo sua mais famosa obra, *Cinema e História*, que revolucionou os estudos historiográficos do século XX e se tornou um marco neste campo. Marc Ferro (2010) contrapõe os dois discursos demonstrando não apenas como um interfere no outro, mas também quais são os questionamentos que devem ser feitos a partir dessas interferências. Ferro argumenta que a ficção cinematográfica não faz uso de um só discurso histórico, mas escolhe as informações que parecem mais significativas no momento em que a obra é realizada. Segundo o autor, o cinema pode reproduzir o passado, mas é o presente que está no comando.

A partir desta relação entre cinema e história entende-se a proposta do presente estudo que analisa os filmes lançados entre 2007 e 2013: *Mandela - Luta pela liberdade* (2007), *Invictus* (2009) e *Mandela - O caminho para a liberdade* (2013), o documentário *Mandela em nome da*

liberdade (2008) e a série Madiba (2017). Este capítulo, abordará então, na primeira sessão, a descrição de cada produção e, na segunda sessão, apresentará as reflexões, abordagens e debate sobre a representação de Nelson Mandela nas telas.

PELAS LENTES CINEMATOGRAFICAS: FONTES QUE REPRESENTAM A HISTÓRIA DE NELSON MANDELA

MANDELA LUTA PELA LIBERDADE (2007)

Mandela luta pela liberdade foi produzido em dois mil e sete, sob a direção do dinamarquês Bille August. Os países de produção do filme são: Alemanha, Bélgica, Inglaterra e África do Sul. Em 01h40min de duração a película conta a história de amizade surgida entre o carcereiro James Gregory e Nelson Mandela, durante sua prisão na Ilha de Robben. O ator escolhido para interpretar o protagonista Mandela foi Dennis Haysbert. Para a produção do filme Bille August baseou-se na biografia do carcereiro que acompanhou de perto os anos de prisão de Nelson Mandela.

Além do carcereiro e de sua família, outros personagens que fizeram parte da luta antiapartheid aparecem durante o filme mesmo sendo em poucos momentos. Entre eles estão Walter Sisulu e Oliver Tambo. Estes momentos remontavam a rotina de trabalho dos presos. Aparecem também os comandantes, oficiais, sargentos e autoridades do governo. As tensões sociais da África do Sul com as leis do apartheid eram retratadas a partir de cenas que enfatizavam violência e descaso com a população. Já um dos eventos mais importante da luta antiapartheid que ganhou destaque na produção foi o *Congresso do Povo* e a *Carta da liberdade*.

O carcereiro Gregory foi transferido, junto com sua família, para a Ilha Robben como responsável pelo setor de censura da prisão, ganhando

posteriormente a patente de sargento. Inicialmente, o sargento carregava todas as ideias difundidas pelo Apartheid. O discurso de sua esposa para os filhos do casal era impor a ideia de que os negros eram terroristas, maus e sem alma. Gregory desejava muito conhecer Nelson Mandela e começar a trabalhar, pois enxergava ali a oportunidade de crescer profissionalmente. Ao chegar na prisão Robben imediatamente foi a cela para vê-lo e se deparou com a realidade terrível que viviam Mandela e seus companheiros.

A história de amizade entre os dois teve início quando o sargento questionou Mandela sobre o comunismo e o papel do CNA. Como resposta, ele mandou Gregory conhecer o que a carta da liberdade defendia. A partir de então, o sargento foi à procura da carta da liberdade e começou a leitura. Quando se encontravam, sempre surgiam questionamentos da parte do carcereiro sobre a realidade em que se encontrava a África do Sul e o seu papel ali na prisão. Com isso, iniciou uma convivência pacífica e de amizade entre os dois.

Porém, a vida do responsável pela segurança de Mandela não estava fácil pois pela ilha se espalhou que Gregory era “amiguinho” de negros. Em uma das cenas ele foi insultado em um bar, ao virar motivo de piadas pelos próprios colegas de trabalho, gerando uma briga na qual foi agredido pelos outros colegas. Sua esposa, que era cabeleireira, cuidava dos cabelos das mulheres dos oficiais e sargentos, mas quando a notícia do contato entre seu esposo e Mandela se espalhou suas clientes a deixaram. Mesmo enfrentando sérios problemas com seus colegas, o sargento vinha prestando um excelente serviço à política de segurança e como resultado foi promovido a subtenente.

As visitas da esposa de Mandela, Winnie Mandela, aparecem em três cenas do filme. Em uma dessas visitas, após vinte e um anos, Mandela pode tocar em sua esposa e seus filhos. Neste período já estavam ocorrendo as negociações para sua possível soltura. Nelson Mandela, no momento em que começaram as negociações, foi transferido para uma prisão domiciliar, sendo instalado em uma fazenda bem ampla e acessível. Ali começou a receber visitas constantemente e até mesmo fazer pequenas reu-

niões com as lideranças de seu interesse. Nesta ocasião, Gregory perdeu seu filho em um grave acidente de carro, assim como já havia acontecido com Mandela que também perdeu seu filho Thembi num acidente de carro.

No filme, o acidente de Thembi apareceu como um suposto atentado, encomendado pela polícia de segurança, pois Gregory informou ao seu chefe que o filho de Mandela tinha tirado a carteira de motorista e comprado um carro. Em seguida, aconteceu o fatal acidente e Mandela não teve o direito de comparecer ao sepultamento. Após acontecer a morte do filho, Gregory, em uma conversa com Mandela, revelou se sentir culpado por ter passado as informações que levou a morte do filho de seu amigo e viu a morte do seu próprio filho como um castigo.

Chegando ao final do filme, Gregory se encontrava em profunda tristeza e sem interesse pelo trabalho, mas por ter exercido com profissionalismo sua missão de cuidar da segurança de Mandela na prisão foi elevado a tenente e ficou responsável em organizar o esquema de libertação de Nelson Mandela. O dia da liberdade chegou e Gregory cumpriu o seu dever, fazendo parte também desta história.

INVICTUS (2009)

Invictus foi uma produção realizada nos Estados Unidos, com direção do cineasta Clint Eastwood, no ano de dois mil e nove. Para interpretar Nelson Mandela o ator escolhido foi o famoso Morgan Freeman. O filme foi lançado mundialmente em onze de dezembro de dois mil e nove, porém no Brasil o lançamento nos cinemas aconteceu em vinte e nove de janeiro de dois mil e dez. Em maio foi lançado em formato de DVD. Tendo duração de 2h15min, o objetivo do filme é apresentar como Nelson Mandela, através do esporte, conseguiu unificar a África do Sul pós Apartheid no momento em que assumiu a presidência do país, enfrentando os problemas econômicos, sociais e políticos deixados pelo regime racista.

O evento histórico destacado é a copa de Rúgbi, que aconteceu na África do Sul logo após Mandela assumir o governo. Os personagens

principais além de Mandela, são o capitão do time François Pienar, o jogador Chester e a equipe de segurança do presidente. Desse modo, o enredo desta produção começa a ser desenvolvido em uma cena que o presidente recém-eleito tomou conhecimento de que estava acontecendo uma partida da seleção sul-africana de rúgbi. Assistiu e enxergou no esporte uma estratégia política para melhorar a autoestima e confiança da população sul-africana.

A seleção chamava-se Springboks sendo formada, em sua maioria, por jogadores brancos. Havia apenas um único negro sul-africano na equipe, chamado Chester. Os Springboks estavam passando por um momento de crise, não ganharam nenhuma partida. A população não torcia pelo time em nenhuma hipótese, pois, para eles, os Springboks representavam ainda o Apartheid, pela composição do time de maioria branca, pois o rúgbi, em si, era um esporte da população branca, enquanto o futebol era o esporte da maioria negra da população. Acompanhando toda essa crise, Nelson Mandela convocou o capitão da seleção, François Piennar, para uma conversa de incentivo e apoio à equipe para a copa mundial de Rúgbi que viria acontecer em maio de 1991.

O capitão se surpreendeu ao conhecer o presidente e ouviu palavras de apoio e incentivo para que conseguissem ganhar a copa. François leva essa inspiração e força de vontade para o time, fazendo com que eles acreditassem na possibilidade de vitória. Porém, era difícil conseguir o apoio da torcida. Como estratégia para que a população apoiasse o time, Nelson Mandela, em conversa com o técnico, sugeriu que o time começasse a treinar o Rúgbi com crianças de comunidades carentes da África do Sul. No primeiro momento, surgiu uma resistência entre os jogadores, pois não acreditavam que esta ideia daria certo e poderia atrapalhar a rotina de treinos.

Mas, quando ocorreu o primeiro contato com as crianças e as comunidades, o time se surpreendeu em vê a realidade e as marcas do Apartheid. As crianças ficaram felizes com a presença dos jogadores, inclusive com o jogador Chester por tê-lo como a única referência negra na equipe. A partir de então, o time ganhou a confiança da população que começou a se mobilizar para torcer na copa. A resistência da população

ao time se dava pelo fato de os brancos ainda serem uma ameaça, pois, mesmo com o fim oficial do regime, as práticas preconceituosas e racistas persistiam. No último jogo antes da copa, por exemplo, Mandela foi assistir a uma partida e, ao chegar ao estádio foi recepcionado com insultos e vaias por brancos. Por isso, a resistência da população em apoiar o time.

Iniciada a copa, o primeiro jogo foi contra a Austrália, mais uma vez Nelson Mandela chamou o capitão do time para uma conversa, entregou ao capitão o hino do país, Deus abençoe a África, como uma motivação para ele e toda a equipe. François repassou a canção para os companheiros e os incentivou, assim como Mandela fez com ele. Chegou o dia do jogo, o estádio ficou lotado e os Springboks derrotaram a Austrália. Porém, devido aos jogos anteriores, a mídia divulgava a ideia de que o time não conseguiria chegar à final.

A segunda partida estava marcada para acontecer contra a seleção de Samoa, um dia antes do jogo o capitão do time resolveu, junto com o grupo, visitar a Ilha Robben onde Mandela passou parte da sua vida. Foi um momento de muita reflexão para os jogadores, pois ficaram perplexos com as condições em que viveu o presidente do seu país. O dia do jogo chegou e mais uma vez os Springboks conseguiram a vitória chegando a semifinal.

A semifinal aconteceu contra a França e, neste momento, toda África do Sul estava confiante e apoiando o time. Nelson Mandela acreditou que estava fazendo a coisa certa, pois já notava as diferenças na população através da copa de Rúgbi. Segundo o filme, a copa fez com que a união e a harmonia prevalecessem na população torcendo para a conquista da vitória. Em um dos treinos para a semifinal, Mandela visitou e motivou

a seleção e entregou para François o poema “Invictus”³. Este poema foi escrito em 1875 pelo britânico William Ernest Henley e serviu de fonte de inspiração e resistência para Nelson Mandela quando estava na prisão. Daí a ideia do diretor para nomear o filme.

O jogo da semifinal chegou e era grande a expectativa de ganhar, todos confiantes na vitória e assim aconteceu. Os *Springboks*, de forma perspicaz, conseguiram chegar à final da copa. A final aconteceu contra os *All Blacks* da Nova Zelândia, um time considerado imbatível. No dia do jogo a África do Sul ficou toda concentrada no estádio, nas casas, ruas e bares. A presença do presidente no estádio era indispensável, todo um esquema de segurança e proteção foi programado. Ao chegar no estádio, Mandela foi acolhido entre aplausos, gritos, alegria e festa. A final aconteceu com um jogo duro, porém os *Springboks* obtiveram a vitória. A presença do presidente naquele momento juntamente com o time simbolizou, segundo o filme, o início da convivência pacífica entre brancos e negros. Da mesma maneira que representou para Nelson Mandela a superação de alguns significativos problemas através do esporte.

MANDELA - O CAMINHO PARA A LIBERDADE (2013)

Mandela – O caminho para a liberdade tem direção do Inglês Justin Chadwick, e foi baseado na autobiografia de Nelson Mandela, contando sua história desde a infância até a chegada à presidência. Com duração de 01h 49 min é original da África do Sul e Reino Unido. A estreia aconteceu mundialmente em vinte e oito de novembro de dois mil e treze. Para o papel de Nelson Mandela o escolhido foi o ator Idris Elba.

³ “Da noite escura que me cobre,
Como uma cova de lado a lado,
Agradeço a todos os deuses
A minha alma invencível.
Nas garras ardis das circunstâncias,
Não titubeei e sequer chorei.
Sob os golpes do infortúnio
Minha cabeça sangra, ainda erguida.
Além deste vale de ira e lágrimas,
Assoma-se o horror das sombras,
E apesar dos anos ameaçadores,
Encontram-me sempre destemido.
Não importa quão estreita a passagem,
Quantas punições ainda sofrerei,
Sou o senhor do meu destino,
E o condutor da minha alma” (William Ernest Henley)

O filme traz outros personagens como Walter Sisulu, Oliver Tambo, Arned Kathrada, Govan Mbeki, Elias Motsoaledi, Evelyn Nkoto, os filhos de Mandela e Winnie Mandela e as filhas. Além, dos personagens, fatos importantes ganham destaque *como A campanha de Desafio, Massacre de Sharpeville, Levante de Soweto, Queima dos passes, Exílio de Oliver Tambo, Movimento Lança da nação e o Massacre de Boipatong.*

Inicialmente, o filme apresentou a infância de Nelson Mandela junto com a família. Desde pequeno demonstrava ser um garoto de fibra e gostava que sua família sempre tivesse orgulho dele. Em 1942, iniciou sua carreira de advogado e a militância na luta contra o Apartheid. Nesse período conheceu Evelin, sua primeira companheira com quem passou a morar e teve dois filhos. Porém, anos depois se separaram. Engajado já no CNA, juntamente com companheiros como Valter Sisulu e Oliver Tambo, começou a liderar protestos, promover boicotes e fazer discursos em praça pública contra a repressão promovida pelo governo de maneira cada vez mais intensa.

De acordo com o filme, as perseguições para prender Mandela e seus companheiros estavam crescendo. Para a proteção de Mandela, ele foi encaminhado para um esconderijo do CNA, uma fazenda chamada Libesleaf. O governo o intitulava de terrorista durante todo filme, mas Mandela não aceitava essa ideia que o Estado estava passando sobre ele e discretamente pediu para dar uma declaração aos jornalistas, porém, na volta para o seu esconderijo acabou sendo preso.

Nelson Mandela e seus companheiros estavam sendo acusados de sabotagem e intenção em incentivar a violência e a luta armada para a derrubada do governo. O julgamento aconteceu em Pretória, no Palácio da Justiça, onde uma multidão se encontrou para clamar por Mandela e por justiça. Porém, em junho de 1964 foi condenado a prisão perpétua e encaminhado para a Ilha Robben, onde passou parte de sua vida.

A película apresenta as condições terríveis e desumanas na Ilha Robben e como tratavam os negros como animais. A todo tempo os guardas os insultavam de negros fedidos, selvagens, sem alma afirmando que fariam de tudo para destruírem com suas vidas. Mas Nelson Mandela

não se calou diante das situações, fazia reclamações das condições da prisão e reivindicava por melhoria. Uma de suas primeiras reivindicações era o uso de calças compridas, apenas os indianos tinham o direito do uso da calça. Passado algum tempo, seu pedido foi atendido e todos passaram a usar calças compridas.

A primeira visita de Winnie na prisão durou menos de meia hora, separados por uma barreira de vidro só podiam conversar de assuntos familiares, qualquer conteúdo político era proibido. Com a prisão do esposo, Winnie iniciou a militância contra o *Apartheid*, em consequência disso foi presa e torturada durante dezesseis meses acusada sob a lei antiterrorismo. Nesse tempo, suas filhas, além da falta do pai, também contaram com a ausência da mãe e acabaram ficando sob os cuidados de um internato. Ao ser solta Winnie retornou para seu lar, recuperou suas filhas e continuou assim sua militância.

Durante a prisão, Mandela perdeu seu filho do primeiro relacionamento, a morte aconteceu de forma trágica em um acidente de carro. Ele recebeu o comunicado, pediu para seu superior a liberação para o sepultamento, mas seu pedido foi recusado. Além de seu filho, sua mãe também faleceu durante sua prisão, em ambos os casos, ele não teve o direito de se despedir dos familiares. Durante seu confinamento pensava muito em sua família, principalmente em suas filhas que ele viu pela última vez ainda pequena. Somente após quatorze anos, Zindzi, uma de suas filhas, teve o direito de visitá-lo.

Zindzi demonstrava interesse pela política, assim como seus pais, tanto que já fazia parte da campanha “Libertem Nelson Mandela agora” que se iniciou na África do Sul. Dezoito anos de prisão se passaram e as lutas, boicotes, violência e paralisações pela cidade aumentavam. O *Apartheid* se tornou cada vez mais difícil para as pessoas, o clamor pela liberdade de Mandela começou a repercutir de forma mais intensa. Em 1982 ele foi transferido da Ilha Robben para a prisão Pollsmor, na cidade do Cabo.

A campanha para libertar Mandela, a partir de 1985, cresceu intensamente e as negociações do governo se iniciaram. Em 1990 surgiu

também a campanha “diga não ao Apartheid”. Desse modo, a África do Sul passou a viver sob fortes agitações, contra o governo de D`Klerck que se via ameaçado em perder seu poder. Mandela, mais uma vez, foi transferido, desta vez para prisão domiciliar, onde podia receber a visita de sua família. O governo queria que Mandela renunciasse à violência como forma de luta contra o regime. Mas Nelson Mandela não aceitava essas condições, tendo em vista que a cada dia as tensões na África do Sul aumentavam. O governo mediante as negociações, campanhas e pressões concedeu a liberdade a Mandela. Dessa maneira, depois de vinte e sete anos de sua vida preso, ele retornou a sua vida pública.

O filme se encerra com a primeira eleição democrática do país em abril de 1994 em que Nelson Mandela foi vitorioso. Dessa maneira, a partir desta obra baseada em sua autobiografia podemos percorrer a uma síntese da sua trajetória de vida.

MANDELA: EM NOME DA LIBERDADE (2008)

Este documentário, com uma duração de cinquenta e dois minutos, foi dirigido pelo francês Joel Calmettes no ano de dois mil e oito, tendo como objetivo apresentar a luta de Nelson Mandela contra o apartheid e sua vida como preso político durante vinte e sete anos. Além disso, o documentário conta com a participação e depoimentos dos companheiros, amigos e profissionais que acompanharam de perto essa trajetória.

Os depoimentos trazidos são de Ahmed Kathrada, um de seus companheiros da prisão, relatando como viviam na Ilha; de Richard Stengel jornalista responsável por uma das biografias de Mandela; do Bispo Desmond Tutu que através de seu papel na igreja militava contra o apartheid; dos ex presidentes da África do Sul no período do apartheid De Klerck e Pik Botha, assim como depoimentos de outras figuras como Mac Maharaj, Amina Cachilia, François Piennar e Joe Mathews.

Inicialmente, o documentário começa apresentando o contexto familiar de Mandela, a aldeia onde viveu juntamente com seus pais. Em

seguida, retrata a morte de seu pai e sua ida para ficar sob os cuidados do regente. Depois vai remontar a passagem de Nelson Mandela pela universidade onde iria cursar direito, porém acabou sendo expulso por começar a confrontar a direção por melhorias. Com isso, ele foi embora para Johannesburgo onde começou a trabalhar como vigilante em uma mina de ouro. Após sua chegada na cidade, Mandela começou seus estudos em direito e foi nesse período que ele conheceu Walter Sisulu que conseguiu um estágio para ele em seu escritório de advocacia, desde então se iniciou uma grande amizade entre os dois e a partir daí Mandela acabou conhecendo o CNA e desenvolvendo sua militância contra o apartheid.

Em seguida, depois de ter conseguido se formar como advogado, Mandela abriu seu escritório juntamente com Oliver Tambo. A rotina da sua atuação nos tribunais era, principalmente, em defesa de causas relacionadas a réus acusados pelas leis do apartheid. Nesse período, Mandela constituiu sua segunda família com Winnie Madikizela, O documentário apresenta a forma como eles se conheceram, em um ponto de ônibus, e como se uniram a partir de então, tanto afetivamente como também politicamente. Em seguida, as prisões, banimentos e clandestinidades são retratadas, assim como o julgamento principal de Rivônia que o condenou à prisão perpétua juntamente com alguns de seus companheiros do CNA. Os acusados foram encaminhados para a Ilha Robben onde viveram parte de suas vidas.

Já chegando no momento final da produção, é possível perceber o início do processo de negociações para a liberdade de Nelson Mandela e posteriormente o fim do apartheid. Esse marco é retratado a partir de trechos de vídeos mostrando momentos de encontro entre Nelson Mandela e o presidente De Klerck em processo de negociações, da agitação da população do país na campanha “libertem Mandela” e pelo fim do regime do apartheid. Após esse longo período de negociações Mandela obteve a liberdade, em seguida aconteceu o fim do apartheid e o início da transição para um regime democrático na África do Sul. Nesse mesmo período Mandela acabou se separando de Winnie por divergências políticas e afetivas.

Aos setenta e seis anos de idade, Mandela concorreu às eleições e venceu. A primeira ação como presidente, registrada no documentário, foi sua participação na copa de Rúgbi, aquela que foi inspiração para a

produção do filme *Invictus*. Por fim, o documentário apresenta o dia em que o presidente completou oitenta anos, mostrando a África do Sul toda em festa e fotos de Mandela com seus filhos e netos. O documentário buscou apresentar de forma mais direta e curta a vida de Nelson Mandela, trazendo contribuições também de outras pessoas que fizeram parte desta história.

MADIBA (2017)

Trata-se de uma série produzida em dois mil e dezessete, no Canadá, que foi dirigida pelo canadense Kevin Hook. São seis episódios com duração em média de 50 minutos cada, disponíveis para acesso na plataforma Globoplay. O líder Sul Africano é interpretado pelo ator Laurence Fishburne.

A série é uma adaptação das autobiografias “Conversas que tive comigo” e “Nelson Mandela por ele mesmo”. Por possuir esse formato de série consegue abranger pontos importantes e específicos da vida de Mandela de forma mais detalhada. Outras figuras que foram essenciais no processo de luta contra o Apartheid ganharam destaque e reconhecimento nesta produção, por exemplo: Oliver Tambo, Valter Sisulu, Joe Slovo, Goove Beck, Rute Firsh, Chefe Luthali, Ahmed Kathrada, Chris Hanni, Winnie Mandela e Steve Biko.

Além disso a série destaca eventos importantes do período como o *Massacre de Sharpeville*, *Levante de Soweto*, *Greve dos mineiros*, *Campanha de desafio*, *Congresso do Povo*, *Carta da liberdade*, *1ª Julgamento por traição*, *Atentados de Chris Hani e Rute Firsh*, *exílio de Oliver Tambo*, *Formação do Umkhonto we Sizwe (MK)* e a *Morte de Steve Biko*.

O primeiro episódio inicia com Mandela entrando em seu gabinete presidencial pela primeira vez e, ao fixar seus olhos para o horizonte, começou a lembrar o caminho que percorreu desde a sua infância para chegar até ali. Apresenta o momento do falecimento do pai e a decisão de sua mãe em entregá-lo ao seu regente. Em seguida, é visto sua adaptação na escola e a mudança que ocorreu nesse processo escolar quando passou a ser chamado de Nelson. Já a passagem para a juventude é marcada pelo processo de circuncisão, tradição local da época, assim como também a

tradição do casamento através da escolha da esposa pelo seu regente. Porém, Mandela não aceitou essa tradição e foi embora para Johannesburg.

Ao chegar na cidade, foi trabalhar em uma Mina de ouro e resolveu estudar direito. A narrativa sofre um corte com uma passagem de tempo e passa já para Mandela adulto e formado, iniciando sua militância ao conhecer as reuniões do CNA e seus principais companheiros Oliver Tambo e Walter Sisulu, tendo recebido e aceitado o convite para entrar oficialmente na organização. O episódio trás o poder de liderança que Mandela tinha na participação dos boicotes, greves e protestos contra o apartheid.

Nesse período Mandela conheceu Evelyn, prima de Walter Sisulu, os dois se casaram e tiveram seu primeiro filho. Em seguida, Mandela abriu seu escritório juntamente com Oliver Tambo, dedicado inteiramente à luta contra o apartheid. O governo já o tinha como um grande incômodo. Mandela era considerado como a maior ameaça e a partir daí passou a ser alvo de acusações, prisões e banimentos. Tendo uma vida agitada, passou a ter conflitos no casamento e, um dia, ao chegar em casa, sua esposa tinha ido embora com seu filho. Ao encontrar a casa vazia, sem a presença do filho e da esposa, Mandela entrou em um estado solidão, situação usada como desfecho deste primeiro episódio.

Com uma passagem de quatro anos e sendo mais curto, o segundo episódio apresenta Nelson Mandela já com Winnie, valorizando o papel da esposa que partilhava de mesma luta. Em meio ao crescimento da luta antiapartheid, Mandela e seus companheiros foram acusados de traição, comunismo e sabotagem ao governo. Fatos que marcaram a luta contra o apartheid ganham também destaque nesse episódio, entre eles estão “a campanha de desafio”, “o confronto de Sharpeville” e a “queima dos passes”.

Outro ponto abordado é quando novas leis do regime são estabelecidas e uma das consequências imediatas foi a colocação dos partidos e organizações de oposição na ilegalidade. O CNA começou a enfrentar o desafio de dar continuidade aos seus ideais, mas agora sendo alvo de maiores perseguições, espionagem e confrontos. A rotina de Mandela, no momento do julgamento de conspiração contra o governo

também foi apresentada, destacando suas saídas para resolver problemas no escritório ou na família, porém a noite voltava para dormir na prisão. Dias depois, chegou o momento do resultado final do julgamento, cercados de muita apreensão, os acusados foram apresentados no tribunal e a sentença foi anunciada: Todos inocentes! Eles foram tomados por uma enorme alegria e assim foi finalizado o segundo episódio.

Já o terceiro episódio, tem início com a entrada de Mandela na clandestinidade. É nesse período que o movimento do Umkhonto we Sizwe (MK), ala militar, surge e ganha forma. Mesmo sob a clandestinidade, Mandela conseguia comandar e se corresponder para que as ações acontecessem e tomasse dimensão pelo país, porém, segundo a série, o que ele não conseguia controlar era o temperamento e posições de Winnie que muitas das vezes eram divergentes dos seus, gerando assim o início dos conflitos. O casal já tinha tido duas filhas e no processo da clandestinidade Winnie tinha pouco contato com seu marido.

A perseguição do governo contra Mandela crescia e ele foi encaminhado pelo CNA para um esconderijo da organização em uma fazenda em Rivonia. Para não ser reconhecido pelas redondezas sempre que precisava sair ele se disfarçava de motorista particular, porém em uma das saídas não teve escapatória e foi preso. Seus companheiros também foram descobertos no esconderijo e também foram presos. Todos eles foram acusados de tentativa de derrubada do governo e submetidos ao julgamento que ficou conhecido como o *Julgamento de Rivonia*.

A África do Sul entrou em total agitação e reivindicações pela liberdade dos seus líderes. Mandela entrou no tribunal, mais antes do julgamento acontecer ele teve a oportunidade de ter um último encontro com sua família. Neste dia, Mandela fez questão de ir ao julgamento com roupas específicas do seu povo, o Xhosa, como sinônimo de afirmação de onde vinha e o por que estava ali. Mandela, antes do veredito final, fez seu famoso discurso que ficou conhecido por todo o mundo. O texto reafirmava sua defesa por um país livre nem que para isso ele entregasse sua própria vida. Condenados à prisão perpétua eles foram encaminhados para Ilha de Robben onde viveriam boa parte de suas vidas. O final do episódio acontece

com a chegada deles na ilha, tomando conhecimento das regras da prisão, com Mandela enfrentando as autoridades reivindicando o uso de calças cumpridas por todos.

O quarto episódio mostra como viviam, Mandela e seus companheiros, na Ilha de Robben. O trabalho, processo de higienização, alimentação e a relação com os carcereiros são reproduzidos. Outro ponto de destaque no episódio é a forma como as autoridades tentavam atingir Mandela através de notícias sobre Winnie, que até então estava exercendo uma grande militância e por consequência disso sofria retaliações, banimentos e prisões. Recortes de jornais com tais notícias eram colocados na cela de Mandela para desestabilizá-lo.

Duas visitas de Winnie também são mostradas nesse episódio. A maneira como as visitas eram conduzidas é o ponto principal. Como não podiam falar de política diretamente, utilizavam da linguagem Xhosa para rapidamente conversarem sobre o CNA, o governo e a situação do país. Na segunda visita que fez Winnie segundo o filme foi quem teve a difícil missão de comunicá-lo sobre a morte de seu filho Thembi que foi vítima em um acidente de carro. Mandela não teve permissão para ir ao sepultamento e a situação de dor e sofrimento pela perda de seu filho foi nítida.

Outro problema registrado são as condições precárias em que os prisioneiros estavam vivendo. Vestimentas, alimentação, condições sanitárias, estudo, disciplinas, injustiças, humilhações e perseguições eram pautas recorrentes, pois com a chegada na Ilha do Sargento Vanesbury tudo se tornou mais difícil. Mandela enfrentava o sargento sempre que tinha oportunidade, tanto que no episódio o embate entre os dois era recorrente e por ter desenvolvido um comportamento insustentável na prisão o Sargento Vanesbury acabou sendo transferido da Ilha.

Depois de três anos de reivindicação a conquista das calças cumpridas aconteceu e esse dia para os presos foi um marco, pois acreditavam que mesmo detidos não podiam deixar de acreditar em seus ideais de luta e justiça. Os companheiros de Mandela que foram condenados junto com ele ganharam destaque na série, representando a importância em mostrar que além de Mandela, outras lideranças também tiveram um papel fundamental.

Nesse contexto, Oliver Tambo foi uma dessas lideranças que após a morte do Chefe Luthali assumiu o comando do CNA e o episódio finaliza trazendo essa atuação.

Já o penúltimo episódio, inicialmente traz referência ao massacre de Soweto e suas consequências. Nesse momento a atuação militante de Winnie já tinha tomado grandes dimensões e seu nome ecoava por toda África do Sul. Além dela, uma figura que ganhou destaque no episódio foi Steve Biko. Foi mostrado o momento em que ele e Winnie se conheceram, sua atuação como uma forte liderança, sua prisão e a violência na cadeia que conseqüentemente levou à morte. Outra morte que também é destaque é a de Rute First, companheira de Jhoe Slovo e membra do CNA. First desenvolveu uma eficaz militância e, por isso, virou alvo do governo que buscava atingir o CNA e ela acabou sofrendo um atentado, através de uma carta-bomba.

Outra personalidade foi Chris Hani, um jovem estudante ativista contra o apartheid que estava ganhando nome por todo país, pois seus discursos e organizações de ações começaram a incomodar as autoridades e com isso acabou sendo assassinado. Sua morte causou uma grande repercussão, pois a população já não aguentava mais conviver com as atrocidades que o regime causava. A morte de Cris Hani desencadeou por toda África do Sul, protestos, boicotes e ações conclamando o fim do apartheid e a libertação de Nelson Mandela.

Nesse período, com o crescimento da ação de Winnie ela acabou submetida ao banimento e sendo exilada. Sua casa também acabou sendo incendiada. Winnie recebia críticas do governo por ser considerada uma mulher que fazia e falava tudo que queria e ninguém conseguia detê-la, o que era considerado uma forte ameaça para eles. Além de Winnie, Oliver Tambo acabou se exilando, mas como forma de proteção, o que não atrapalhou o seguimento de seu comando ao CNA.

Libertar Nelson Mandela virou o símbolo da luta, a campanha “Libertem Mandela” foi lançada e repercutiu por todo o mundo e o governo começou a pensar estrategicamente na situação de Mandela, pois o que começou a mudar foi a percepção do governo em ver que o regime não se

sustentava mais e era preciso encontrar uma saída negociada para evitar ser derrubado revolucionariamente.

Assim, a primeira ação a ser realizada foi a transferência para a prisão de Poolsmoor que possuía uma acomodação melhor. Com isso deu início às negociações para posteriormente conceder sua liberdade. Reformas nas leis do apartheid também já vinha acontecendo, pois com a renúncia de Botha e a entrada de De Klerck, a flexibilização das leis começaram a acontecer. Porém, essas mudanças não começaram a acontecer por “bondade”, mas como resultado das mudanças na correlação de forças internas e no cenário internacional daquele período que de certa maneira contribuía diretamente ou indiretamente na pressão pela derrubada do regime.

Com outra transferência de Mandela, agora para a prisão domiciliar de Victor Verst e após o fim do banimento de Winnie, as visitas entre os dois se tornaram mais flexíveis e até mesmo tiveram sua primeira visita de contato. Porém, os conflitos entre o casal começaram a ser constantes devido as divergências de visões. Winnie fazia questão de reafirmar a Mandela que sua posição política e visão estratégica sobre o regime era diferente da dele. O episódio é finalizado focando na questão familiar que Mandela vinha enfrentando.

Por fim, no último episódio foi retratado a continuidade das negociações e depois a conquista da liberdade. Os encontros de Mandela com o presidente, reuniões e propostas pelo fim da luta armada foram o centro do episódio. Mandela sempre relutante em aceitar as propostas que o governo lhe oferecia, pois não pensava somente nos ganhos pessoais ao conseguir a liberdade, mas sim a liberdade que foi almejada por toda uma população sul africana por um país livre e unificado. E após tantos anos de resistência e negociações, o governo acabou concedendo a liberdade de Nelson Mandela.

Com a libertação de Mandela o país entrou em total agitação, conclamando e acreditando que o fim do apartheid estava mais perto. Encontros entre Mandela e o presidente para negociar o fim da luta armada e o fim do regime eram constantes. Os discursos de Mandela a cada aparição pública incendiavam a população e pressionava o governo e dessa forma

não tendo mais subsídios e justificativas para a continuidade e manutenção do apartheid, depois de mais de quarenta anos, o regime chegou ao seu fim.

Agora em uma nova fase de transição para uma política democrática e uma nova África do Sul, a população enxergava em Mandela a esperança para este início e a campanha Mandela para presidente foi lançada. O seguimento das agitações políticas e depois da decisão de Mandela em concorrer nas eleições, sua vida familiar continuava a ser conflituosa. Alegando não conseguir se acostumar com o comportamento de Winnie, eles acabaram se separando. Após a separação, Mandela também perdeu um de seus grandes companheiros Oliver Tambo que foi acometido por um derrame. O episódio mostrou a viagem de Mandela até a Suécia, onde foi se despedir pela última vez do amigo.

Após retornar de viagem, a primeira eleição democrática aconteceria e foi marcada para o dia 27 de abril de 1994. Imagens e depoimentos da população desse dia foram mostrados, vídeo de Mandela votando e depois comemorando a vitória também. O episódio se encerra mostrando Mandela indo fazer o seu juramento presidencial.

ANÁLISE DAS FONTES: AS REPRESENTAÇÕES CONSTRUÍDAS DE NELSON MANDELA ATRAVÉS DAS TELAS

Seguindo esse ponto, analiso a partir de agora cada filme buscando entender e refletir sobre eles e as representações encontradas. Foram identificadas as seguintes representações: Terrorista, líder, mito, consagrado, pacificador, ativista, amigo, bondoso, sofrido e solitário. Para isso, resalto a importância do conceito de *representação*, pois foi um ponto de vista que no decorrer da análise fílmica foi fundamental para compreender o que realmente as produções querem dizer sobre quem foi Nelson Mandela.

Pensando então, sobre o que é representação, seguir o caminho de analisar os filmes a partir da observação da ficha técnica, enredo, cenas, diálogos imagens entre outros pontos de cada filme. Pois, os diretores para compor suas produções fazem seleções específicas para formar uma sequência lógica e construir os sentidos e as representações. Levando em consideração todos esses aspectos início o debate de cada obra e especificamente as representações encontradas em cada uma delas.

Na primeira fonte, *Mandela luta pela liberdade (2007)*, são apresentadas duas representações de Nelson Mandela. A primeira é construída através do governo que durante o período do Apartheid buscava desmoralizar sua imagem, assim, é representado como um terrorista. Essa ideia ainda é ratificada com as cenas da prisão nas quais o sistema carcerário buscava punir e maltratá-lo, através das práticas de insultos, denominando-o de “selvagem”, negro “fedido”, “sabotador” e “baderneiro”.

Tê-lo naquele lugar significava para o governo o domínio e poder sobre o adversário. Por conseguinte, no início do filme, quando chegou à prisão, teve seus pés acorrentados. Em uma das cenas da primeira visita de sua esposa a ilha, ao se levantar da cadeira, depois de ter conversado com ela, os sons da corrente soaram pelo corredor até ter chegado a sua cela. O modo como os carcereiros tratavam-no na prisão, evidenciado no filme, sugere que não apenas seguiam as ordens do Estado como também sentiam prazer em humilhá-lo dado à sua importância enquanto um potencial representante da maioria da população da África do Sul.

Essa construção de Mandela como um terrorista não apenas se restringia à prisão e ao governo, mas de alguma forma era espalhada por parte da população branca através de discursos e práticas de ódio. Fato identificado no início do filme, quando a esposa de Gregory, um dos carcereiros, ao tomar conhecimento da mudança para a ilha Robben e ao saber por quem seu esposo ficaria responsável, aterroriza-se, afinal, fazia questão de passar para os filhos que os negros não eram gente.

O período em que Mandela esteve preso, Gregory passou a conhecê-lo de perto, e, durante esse processo, foi estabelecendo uma relação de amizade entre os dois. Esse contato fez com que a esposa de

Gregory passasse a enxergá-lo por uma perspectiva diferente. Contudo, a aproximação com Mandela provocou reações negativas da vizinhança e dos colegas de trabalho que começaram a se afastar do sargento, pois consideravam inadmissível a relação de convivência entre um carcereiro e um prisioneiro “preto”, sobretudo quando se tratava de Mandela.

Percebe-se que, durante a película, como era importante para o governo formar essa imagem negativa intensificada pelo termo terrorista. Tudo isso, devido à liderança e ideias deixadas por Mandela na luta contra o *Apartheid*.

A segunda representação se configura a partir da visão da população negra sul africana que, mesmo com a tentativa de manipulação do governo, enxergava em Mandela a esperança para o fim do *Apartheid*. As campanhas de libertação juntamente com o Congresso Nacional Africano mobilizavam o país e pressionavam o governo.

No filme, ainda é possível conceber uma terceira representação da relação de afetividade que Mandela consegue estabelecer com as pessoas. Construindo dessa maneira, a representação de um ser amigo, gentil e bondoso. Em um ambiente hostil como a prisão, em que os carcereiros eram instruídos a tornarem seus dias piores, a amizade construída com Gregory possibilitou algumas mudanças importantes. Mandela se tornou um incentivador na vida da família do novo amigo, principalmente nos conselhos e dicas aplicados nos estudos dos filhos dele. Em uma das cenas, o filho que trabalhava na prisão com o pai, ao passar no vestibular, fala que o conteúdo encontrado na prova havia sido dito por Mandela em suas conversas.

Em outro momento do filme, Gregory entregou para sua esposa um cobertor que foi da mãe de Mandela para ela se aquecer no inverno. A cena demonstrou as transformações de comportamento dos personagens em relação a aceitar algo para si antes pertencente a um negro. A relação de afetividade se estendeu para além do convívio dos dois, chegando até a família do militar. Essa é uma das características que o filme demonstrou, ao enfatizar que mesmo prisioneiro ele conseguiu construir sentimentos afetivos com aqueles que estavam ali para tornar sua vida mais difícil. Esta

obra cinematográfica demonstrou que, mesmo o governo tentando destruir a figura de Mandela, seu ideal de uma África do sul livre e unificada foi transmitido entre as pessoas e persistiu até sua liberdade.

É importante trazer também um ponto de vista da narrativa que abre um debate ao pensar o papel do carcereiro nessa história e até que ponto essa sua participação leva a compreender e apresentar uma visão a partir de outro personagem que viveu lado contrário na luta antiapartheid. Com a ausência durante o filme de eventos e personagens que marcaram esse período é perceptível que essa relação de amizade teve um propósito específico ao ser reproduzido.

Estaria nesse propósito romantizar relações? Demonstrar a capacidade de perdão entre brancos e negros? A ideia do mito da democracia racial? Ou seja, questões que fazem refletir sobre a importância de entender durante esta análise que por trás do contexto da amizade estava subentendido outros poderes de relações. Portanto, a opção dessa produção em não trazer outros contextos nem destacar outros personagens durante a história confirma essa possível ideia.

No segundo filme: *Mandela - O caminho para a liberdade (2013)*, Nelson Mandela também tem a representação construída como um terrorista, porém sua militância e liderança superaram a ideia divulgada pelo governo. Da liderança dos discursos em praça pública aos boicotes e reuniões, tudo isso elevava a cada dia a imagem do líder que, em meio a tantas contradições, se tornava popular e querido. Esse filme que é baseado em sua autobiografia, traz a representação ativista de Nelson Mandela e isso pode ser comprovado a partir de momentos em que o foco das cenas em sua atuação no comando das atividades da luta antiapartheid são destaques.

A exemplo, o período que atuou como advogado é transpassado pelo filme por meio de duas causas defendidas por ele. A primeira, uma mulher branca acusou sua empregada negra de roubá-la, e na segunda, levou ao tribunal a situação de um homem que foi bruscamente atacado pela polícia por não estar usando seu passe. Mediante as outras fontes

em que aparece pouco de sua atuação no tribunal, em *Mandela o caminho para liberdade (2013)* este seu período na advocacia é bem colocado, pois mostra como a população recorria diariamente ao seu escritório e a partir das causas que ele pegava aproveitava para fazer do tribunal um espaço de luta no combate as leis injustas do apartheid.

De acordo com determinadas cenas, é perceptível a capacidade de o mesmo incentivar e fazer a população acreditar que poderiam vencer aquela luta. Durante o seu julgamento e de seus companheiros acusados de sabotagem e atentado contra o governo, a população viveu dias intensos e de expectativas sobre o que aconteceria. Foi nesse dia que Mandela discursou e deixou uma mensagem de incentivo e esperança para o povo que o acompanhou até aquele momento. A sentença da prisão perpétua atribuída aos julgados fez com que a luta pelo fim do Apartheid se intensificasse ainda mais. Os anos passados na prisão não fizeram Mandela deixar de acreditar em seus ideais. O tempo que passou na prisão é mostrado no filme através das transformações físicas sofridas por ele, caracterizando-o com a aparência mais velha.

É interessante ressaltar que a Ilha de Robben nesta fonte não ganha somente destaque como um ambiente hostil e cruel como é visto nas outras fontes, mais, como também um lugar em que eles tiveram que se adaptar mesmo com todas as adversidades para conseguirem manter o equilíbrio emocional, físico e mental. As práticas das atividades físicas de Mandela, o cultivo de hortas, a rotina de leituras, o trabalho na Ilha, o companheirismo e os conflitos entres eles levam a perceber o quanto um espaço e o convívio em grupo pôde ser transformador.

Quando teve início o processo de negociação para a sua liberdade a população encontrava-se mobilizada nas campanhas “libertem Mandela”. Concentravam-se nas ruas e praças, animados por palavras de ordens e por trilha sonoras, além de terem as cores da África do Sul estampadas nas roupas, cartazes e broches. Dois dos gritos mais invocados durante os atos eram: “lutar, lutar, vencer, vencer!” e “Mandela, Mandela, Mandela!”. Ao analisar a representação ativista de Mandela trazida neste filme é possível compreender que, enquanto o governo o tinha como um terrorista, o povo enxergava de

modo contrário e provava isso nas ruas lutando a favor do fim do *Apartheid* e por sua liberdade.

É importante salientar que entre os filmes, este é o mais completo em relação a apresentação de fatos importantes que marcaram a era *apartheid*, além de ser também o que possui maior tempo de duração, fator que de certa maneira contribuí para que estes recortes históricos sejam apresentados com mais visibilidade. O diretor também buscou mostrar os eventos mais marcantes do *apartheid* fazendo com que o espectador conheça não só o papel de Mandela, mas as condições do regime no país.

Outra característica interessante é que é o único filme que teve parte de sua origem Sul-africana, pois uma das problemáticas que podemos notar nas películas é que suas origens são em sua maioria norte-americanas e europeias. O que nos leva a questionar, quais os interesses que estão por trás de diretores que compõem o cenário eurocêntrico da história em investir na história de Nelson Mandela e da África do Sul? Essa questão sempre direcionou a pesquisa.

O último filme, *Invictus* (2009), em que mostrou o período que ele assumiu a presidência é identificado a representação de Mandela como pacificador que viu no esporte a possibilidade de unificar a África do sul. Ao chegar à presidência teve que enfrentar inúmeros problemas que cercavam o país, entre eles a resistência da população branca em aceitar um negro no poder. Uma de suas primeiras atitudes, segundo o filme, quando chegou ao primeiro dia de trabalho, foi convocar toda equipe do governo anterior que ainda continuava no espaço para esclarecer que não estava ali para perseguir ninguém, mas perdoá-los e seguir em frente.

Começou então a tentativa de, na prática, unificar a população sul-africana. Fato que é ressaltado durante o filme em uma de suas falas. Com atitude de pacificador, Mandela não aderiu à ideia de se vingar de quem o fez mal, tinha o perdão como forma de superar o regime. Por isso incentivou o esporte para ser um recomeço nas relações sociais e pessoais. Assim, Mandela foi um presidente que mesmo no poder participou ativamente dos eventos diários e comunitários.

Com a atitude de sempre estar ao lado do time e acreditar no potencial dele, Mandela começou a divulgar a capacidade que o país tinha de se tornar vencedor. Levando todos a confiar e torcer pelo time de Rúgbi. A cada encontro que houve entre ele e o capitão, os gestos, conversas e trocas de experiência entre os dois simbolizavam a representação pacífica da convivência que Mandela almejava para todos. Durante as partidas, o presidente parava todas as suas atividades para acompanhar e torcer. Algumas cenas retratavam-no parando suas reuniões, muitas vezes com importantes políticos e negociadores, ligando a TV do seu gabinete e começando a assistir atentamente ao jogo. Quando os *Springboks* conseguiram chegar à final, o filme apresenta a África do Sul em um estado mais harmonioso e a relação entre pessoas brancas e negras durante a partida sendo demonstrada com respeito e união.

Nesse sentido a fonte mostrou a representação de Mandela como um firme pacificador, desde o início de sua jornada como presidente, usando todas as estratégias e meios, como o esporte, para enfrentar os problemas ocasionados e herdados do *Apartheid*.

Presenciando a vitória do time e vendo a felicidade estampada no rosto das pessoas, o filme retrata uma cena marcante em que apresenta o presidente recitando o poema *Invictus* resultando inspiração ao título do filme e que serviu de estímulo para Mandela quando estava na prisão. Vale ressaltar então, o fato do simbolismo da escolha do diretor pelo poema de um autor inglês do século XIX, ou seja, um poeta do período da colonização.

Outra representação encontrada é de um homem solitário que carregava consigo silenciosamente os problemas familiares existentes. Logo após assumir o poder seu casamento foi interrompido, o que interferiu na sua convivência com seus filhos e netos intensificando a sua solidão. Segundo o filme para suprir essa carência Mandela intitula a África do Sul como sua família. Fato que é ressaltado durante o filme em uma de suas falas.

Nas outras fontes é possível acompanhar os conflitos familiares existentes desde quando conheceu sua primeira esposa, Evelyn, os conflitos

religiosos e políticos que enfrentaram e que ocasionou a separação. Depois a chegada de Winnie em sua vida, a construção política da mesma, mais que virou um problema na vida do casal. Nos filmes em que sua biografia serviu de inspiração e que possuem duração maior, a história de seus casamentos é bem direcionada para entender como Mandela se comportava mediante as relações. Daí ao começar a analisar *Invictus* pode-se observar que a representação do homem solitário já veio proveniente das consequências de seus conflitos familiares principalmente após sua separação com Winnie.

Sua relação com Winnie, de acordo com as fontes demonstram que após sua liberdade o convívio entre os dois começou a sofrer transformações. Winnie, durante a prisão do esposo, conseguiu conquistar seu espaço e sua militância na África do Sul. Intitulada “mãe” Winnie ela lutou pela igualdade de direitos e na campanha para libertação de Mandela. As cenas de suas visitas na Ilha Robben, lideranças de reuniões e ações, engajamento na luta armada, perseguições e sua prisão demonstrou o quanto ela teve um papel fundamental e essencial na luta antiapartheid e na vida de Mandela.

Porém, é possível observar nas fontes fílmicas que os conflitos que geraram a separação foram provenientes da não aceitação de Mandela do comportamento de Winnie. Os confrontos de pensamentos políticos demonstravam ser o principal problema do embate entre os dois, levando-os desse modo, a construir uma distância afetiva e que mais adiante culminou na separação. De acordo, com essas questões familiares é perceptível que a representação do homem solitário é construída a partir dessas problemáticas.

Para além das questões amorosas, os conflitos em relação a sua paternidade, pois quando teve seus dois primeiros filhos, Thembi e Makoto, ele vivia muito ausente devido a sua militância e isso gerava os conflitos com Evelyn. Por Thembi ser o filho mais velho as produções sempre colocam o garoto como aquele que não consegue entender a ausência do pai, tornando-o distante e indiferente para com o pai. Por isso que a morte de Thembi por acidente é registrada em todas as fontes como algo que mexeu com as emoções de Mandela durante sua prisão por carregar consigo a culpa de não ter sido um bom pai.

Já a relação com as duas filhas que teve com Winnie foi mostrada de forma mais harmoniosa, apesar de que, quando foi submetido a prisão perpetua, as duas ainda eram pequenas e a partir daí Mandela não acompanhou o crescimento delas. Porém, Zindzi, sua filha mais velha, ganhou destaque nos filmes, pois na sua adolescência começou a participar das campanhas de libertação pelo pai. As películas retratam uma cena marcante da garota, que leu, em praça pública, um discurso que agitou e incentivou a população sul africana na “campanha liberte Mandela”.

Invictus (2009) por ser uma produção que aborda somente o período em que Nelson Mandela assumiu a presidência e o modo como enfrentava suas questões pessoais, através desta representação de homem solitário e sofrido também faz com que reflitamos as consequências e o impacto de uma ausência por vinte e sete anos do ambiente familiar.

Seguindo para a análise da série *Madiba (2017)* vale ressaltar que, do mesmo modo que um longa-metragem, é importante analisar uma produção que, tendo um formato de distribuição e exibição diferente, possui inegável alcance e também produz e faz circular sentidos, representações. De acordo com Jose D´Assunção Barros (2011) qualquer obra cinematográfica seja um documentário ou uma pura ficção é sempre portadora de retratos, de marcas e de indícios significativos da sociedade que a produziu. É neste sentido que as obras cinematográficas devem ser tratadas pelo historiador como ‘fontes históricas’ significativas para o estudo das sociedades que produzem filmes, o que inclui todos os gêneros fílmicos possíveis.

Na série, a presença do ativismo de membros do CNA, companheiros de luta de Mandela, é retratada de forma mais abrangente, ao contrário dos filmes já analisados que evidenciam uma centralização maior na figura de Mandela. Na série fica demonstrado que outras pessoas também tiveram um papel fundamental para a África do Sul se tornar livre e democrática e, por isso, ganham merecido destaque. As reuniões do CNA, os planos de ações, as divergências de ideias e a relação de amizade e companheirismo entre estas figuras proporcionada nesse processo de luta é recorrente durante a exibição.

Fatos que aconteceram com estas lideranças também não ficam sem aparecer, a exemplo da morte de Ruth First e do Chefe Luthuli, o assassinato de Chris Hanni, a prisão de Steve Biko seguido das práticas de violência, tortura e de seu assassinato. Oliver Tambo que foi acometido por um AVC, conseguiu viver para ver Mandela alcançar a liberdade, mas logo em seguida, no período da primeira eleição democrática no país, acabou falecendo. Nesse contexto da aparição de outras figuras, Mandela possui a representação daquele companheiro fiel que preza pela amizade de seus companheiros. Durante a prisão na Ilha de Robben, a amizade entre ele e seus companheiros é reproduzida como um dos alicerces de sobrevivência naquele local.

Além do reconhecimento dessas pessoas, fatos que marcaram o apartheid também são vistos de forma mais contextual. A Campanha do desafio, Carta da liberdade, Greve dos mineiros, Sharpeville e o Massacre de Soweto foram marcos importantes da luta contra o regime. É possível analisar o papel de Mandela no combate ao apartheid, a partir da construção de sua representação como um grande líder. Enquanto o governo disseminava e construía a representação de Mandela como um agitador e terrorista, o país o enxergava como aquele que podia ser a voz e a esperança do que almejavam.

Durante os episódios é nítido como as falas dos personagens que representavam o governo sul africano eram tendenciosas e diretas, com isso, o propósito era passar a ideia de que Nelson Mandela era um homem que apresentava risco para o país e seus posicionamentos simbolizavam para o governo terror e afronta. Assim como nas outras fontes, a reprodução da ideia do poder governamental em atacar, desmoralizar, punir e banalizar a figura de Mandela prevaleciam.

Uma outra figura que se destacou na série foi Winnie Mandela, diferente dos filmes em que ela tem um papel menos visível, nesta fonte a visibilidade de Winnie é maior e essencial para analisar seu poder e papel na luta, assim como os conflitos que levaram a separação do casal. Quando Mandela foi condenado a prisão perpétua, eles tinham pouco tempo de união e logo enfrentaram vinte e sete anos longe um do outro. Na série,

Winnie é representada como uma mulher forte, destemida e perspicaz. Foi esse seu jeito que, segundo Mandela, o fez se apaixonar e tê-la como uma companheira que acima de tudo entendia seu ideal de luta e até mesmo comungava e militava pela mesma causa.

De acordo com a série, durante parte do período entre as negociações e a liberdade de Mandela, o jeito de sua esposa agir e militar já o incomodava e isso se tornou mais conflituoso após sua liberdade, pois as discussões, divergências políticas e conflitos se tornaram constantes. A forma de militar de Winnie deixava Nelson Mandela desconfortável, pois o mesmo não conseguia enxergar que naquele momento a sua companheira havia se tornado uma grande liderança. Pensar a história de Nelson Mandela sem trazer a importância de Winnie ao seu lado é o mesmo que contar uma história incompleta.

Outra análise importante é como o ambiente hostil da prisão de Robben foi reproduzido. Nos filmes já estudados, a prisão é mostrada apenas como lugar de sofrimento e martírio para os condenados. A rotina de trabalho, condições alimentares e as regras aos quais eram submetidos vão aparecer sempre com cenas que causam perplexidade mediante essas condições. Porém, na série, é possível perceber e analisar o contexto da prisão um lugar que se tornou sinônimo de luta para Mandela e não o lugar em que seria esquecido e morreria como almejava o governo.

A série enfatiza várias questões fundamentais da vida de Nelson Mandela de forma que o público possa receber uma gama de informações mais detalhadamente e até mesmo facilitar ao pesquisador analisar e comparar minuciosamente fatos, ações e personalidades importantes que foram vistos em outras fontes. Partindo desse ponto de vista destaque Barros (2011) ao reiterar que, todo documento fílmico tem uma riqueza de significação que não é percebida no momento mesmo em que ele é feito e dessa maneira o analista da fonte cinematográfica deve estar preparado para captar estes aspectos e integrá-los ao objeto de sua análise. Com isso, é perceptível que *Madiba* (2017) possui uma riqueza de significados tanto na idealização da figura de Mandela, mas como também na construção da participação de outros agentes e ações que fizeram parte desta narrativa histórica.

A última fonte a ser analisada é o documentário *Mandela: Em nome da liberdade* (2008). Pensando o gênero da produção Pedro Alves (2006) afirma que o documentário pode participar nesta capacidade de atualizar o passado através das representações fílmicas presentes, lançando olhares e perspectivas sobre registros, personalidades e momentos históricos a partir da contemporaneidade reflexiva de determinado autor e, sempre que necessário, da incorporação de reconstituições ficcionadas que auxiliam a narrativa da realidade representada., o documentário analisado apresenta a vida de Nelson Mandela em um formato mais curto e objetivo, buscando, através dos depoimentos das pessoas que conviveram com ele, mostrar seu significado e importância.

É importante salientar que, durante o documentário, uma seleção de vídeos, fotos e discursos reais de Nelson Mandela são exibidos. Esses elementos exibidos são uma seleção, um recorte, uma montagem e é essa seleção que constrói a representação. É possível concordar com Alves (2006) que os documentários e ficções são ambas construções expressivas de autores particulares, sob determinadas perspectivas, cabe ao espectador e o mais importante, ao investigador, professor ou aluno, saber como interpretar cada representação fílmica do real e obter as conclusões relevantes e pertinentes para um conhecimento justificado das épocas e dos contextos em que as obras foram produzidas.

Diferentemente dos filmes e da série, a obra *Mandela: Em nome da liberdade* (2008) vai mostrar as representações construídas de Mandela através do conjunto das fotos, vídeos e discursos de Mandela que são reproduzidos ao longo do documentário e que dão sentido ao conceito de representação.

O filme como objeto de pesquisa abre possibilidades incríveis de estudo, desde a sonorização ao poder das imagens, transmitindo assim as construções das representações, como é visto nesta pesquisa, que permitiu levantar pistas sobre a forma como Nelson Mandela foi representando nas telas: um pacificador, terrorista, mito, consagrado, um exemplo a inspirar toda uma população. Os filmes possibilitaram identificar como o governo e a população construíram estas representações. Percebeu-se durante a

análise das fontes que o governo tentava desmoralizar Nelson Mandela propagando informações que fomentavam a hostilidade do povo branco. Em contrapartida, a população negra, a maioria no país, continuava o tendo como uma liderança e seu representante na luta contra o *Apartheid*.

Destaca-se também que, durante a pesquisa, ainda que se tenha encontrado filmes referentes a esse líder, percebeu-se que há lacunas a serem preenchidas. Películas dubladas para a língua portuguesa ainda são escassas, sendo difícil encontrar até mesmo versões legendadas disponíveis. Assim, dificuldades foram encontradas ao tentar realizar análises com filmes após o *Apartheid*, pois as produções acessíveis e aqui estudadas são realizadas a partir dos anos dois mil. Quando já se tinha construído uma representação de Nelson Mandela como um protagonista consagrado na história e que apesar da diferença dos filmes, seja do ano ou dos ângulos para falar do mesmo assunto, Mandela teve sua representação como um líder propagador de um ideal de união que através de suas atitudes construiu-se como um mito.

LUZ, CAMÃRA, ATENÇÃO: CINEMA E O ENSINO DE HISTÓRIA DAS ÁFRICAS

Este último capítulo tem como objetivo apresentar o produto final desta pesquisa e refletir sobre a *Lei 10.639/03*, o uso do cinema como recurso didático no *Ensino de História* e o cinema e sua relação com a *História da África* a partir de uma revisão bibliográfica de trabalhos que discutem e apresentam ideias sobre essas relações.

PRODUTO FINAL

Considerando a trajetória de Nelson Mandela, o material bibliográfico e as produções cinematográficas baseadas nesta trajetória, busco desenvolver um catálogo que consistirá os seguintes pontos: Minibiografia de Nelson Mandela; contexto histórico da África do Sul e o *apartheid*;

inventário de filmes; seleção de filmes analisados com as respectivas fichas técnica e sinopse; reflexão sobre a representação de Nelson Mandela através do cinema; discursões teóricas sobre a Lei 10.639/03; o cinema como recurso didático; o cinema no ensino de História da África; sugestões bibliográficas, fílmicas e musicais sobre Nelson Mandela, África do Sul, Apartheid, Cinema e História.

No caso das sugestões fílmicas a ideia é elaborar um inventário contendo todos os filmes que foram localizados durante a graduação até a pesquisa para o mestrado. No catálogo haverá também imagens de sua vida, uma linha do tempo com os principais marcos da sua trajetória na luta antiapartheid e sugestões de estratégias didáticas para usar essa temática de Nelson Mandela e os filmes em sala de aula. Dessa maneira, para cada ponto deste que será abordado no catálogo uma sessão com o conteúdo específico será desenvolvido.

Aproximadamente o catálogo terá entre vinte a trinta páginas, tamanho final 20x29cm, capa de papel couchê 275g com laminação fosca, miolo de papel couchê e impressão digital colorida 4x4. O custo desse material ficará em torno de R\$ 345,00 reais já inclusos a arte, diagramação e impressão. Esse valor corresponde a um exemplar e pode sofrer variação de acordo com a quantidade de páginas. Porém, caso seja mais de um exemplar, será acrescentado apenas o valor referente a impressão que ficará em torno de R\$ 50,00 a 100,00 reais. A gráfica que ficará responsável por este serviço de montagem e impressão do catálogo será o *Divino Ateliê Design* localizada em Governador Mangabeira –BA, que atua com serviços gráficos e papelaria.⁴

Pensando na realidade em que o acesso ao cinema muitas vezes se torna mais difícil e distante e também a escassez de materiais que oriente o professor a trabalhar filmes em sala de aula, busco apresentar um material que aproxime e possibilite o professor desenvolver uma prática de ensino de forma lúdica, interativa e diversificada usando conteúdos fílmicos como ferramenta pedagógica. Este produto final tem como alvo professores da

⁴ Esse projeto gráfico e orçamentário foi desenvolvido pela Designer gráfica Simone Santos que atua com serviços gráficos e de papelaria em seu estúdio intitulado Divino Ateliê, localizado em Governador Mangabeira/BA.

educação básica de ensino, em especial professores que atuam no Ensino Fundamental II.

Um dos objetivos que busco com o catálogo é trazer para a sala uma reflexão crítica sobre como tais representações foram construídas e, em grande medida, ainda são reproduzidas e trabalhadas nas escolas. Porém a partir de uma nova perspectiva essas representações podem ser trabalhadas de maneira mais adequada e embasada de acordo com as referências bibliográficas, fílmicas e teóricas sobre sua trajetória estudadas nesta pesquisa.

Ao pensar na construção do catálogo pude perceber que seria valioso e interessante trazer para o professor o acesso a essas fontes podendo auxiliar na prática e estudos sobre as temáticas abordadas. Por isso, a ideia do inventário dos filmes e bibliografia e das músicas ou seja, qualquer professor que queira trabalhar esses temas terá opções suficientes de aprofundamento do conteúdo. Assim, como o acesso as estratégias de atividades que lhe orientará a trabalhar os filmes sobre Nelson Mandela em sala de aula. Desse modo, o catálogo abrirá várias possibilidades de ser trabalhado e até mesmo ajudará o professor a se aprofundar nos estudos referentes ao Cinema, Mandela e a África do Sul.

Tendo o produto final apresentado, com as propostas de segmentos, direcionamentos, estrutura e conteúdo entraremos agora na revisão bibliográfica com relação ao cinema como recurso didático no ensino, especialmente no ensino de história da África e a importância da Lei 10.639/2003, sua aplicação nas escolas e as dificuldades enfrentadas por docentes para efetiva-la.

O CINEMA COMO RECURSO DIDÁTICO NO ENSINO DE HISTÓRIA

Apesar dos avanços e do desenvolvimento de experiências inovadoras, as dificuldades que o professor tem em trabalhar o ensino de história de modo mais lúdico e interativo ainda são notórias. Seja por falta de recursos, materiais ou estratégias as aulas acabam sendo monótonas e pouco atrativa. Existe uma ideia internalizada por muitos alunos que a disciplina de

história é chata, repetitiva, muito conteúdo e que se estuda somente o passado e isso acaba contribuindo para ampliar as dificuldades e desestimular o professor na busca por alternativas para mudar essa realidade.

Por outro lado, quando um professor (a) de história busca modificar suas aulas, rompendo com essas ideias pré-existentes sobre a disciplina, possibilita o discente a mudar a visão, fazendo com que criem estímulo em aprender o passado com recursos e olhar do presente e nesse caso os filmes podem auxiliar bastante esse processo. O movimento pelo uso de um cinema de tipo educativo começou na Europa, depois da Primeira Guerra Mundial e, a partir daí, estimulou a criação de institutos de cinema pelo restante do mundo. Aqui no Brasil, esse debate, chegou nos anos 20 e balançou o cenário no que se referia a relação deste veículo com a educação. Segundo Cristina Souza da Rosa e Josep María Caparrós Lera:

Nos anos de 1910 e 1920, o cinema havia se desenvolvido com intensidade, conquistando o posto de principal meio de entretenimento em todos os países. Seu poder de divertir por meio das imagens havia chamado a atenção dos educadores, intelectuais e políticos. Eles perceberam que o cinema poderia auxiliar a educar a população para a vida cotidiana e política dos países. O analfabetismo era um problema enfrentado por todos naqueles tempos e o cinema se assinalava como um meio capaz de ajudar a levar conhecimento e informação aos que não sabiam ler (Da Rosa; Lera, 2013, p. 190-191).

Os debates no Brasil se estenderam e, em 1930, o uso do cinema e sua introdução na escola continuou sendo palco de longas discussões promovida por professores, intelectuais e o governo. O primeiro resultado apareceu em 1936, com a criação do Instituto Nacional de Cinema Educativo (INCE) destinado a produzir filmes educativos no país⁵. Edgar Roquette-Pinto, escolhido para o comando do INCE, escreveu que “Certas indústrias não têm de fato influência direta na alma do povo; já não acontece o mesmo com a cinematográfica, de alcance espiritual sem limites, mais ainda, talvez, que a indústria do livro”. (Pinto, 1933, p. 1)

As palavras de Roquette-Pinto justificam o uso do cinema na educação escolar e também sua influência na vida do povo que de certa maneira

⁵ O movimento pelo uso de um cinema de tipo educativo começou na Europa depois da Primeira Guerra Mundial (na França, na Alemanha, na Itália e na União Soviética). Este movimento estimulou a criação de institutos de cinema educativos que produziam filmes educativos. A Itália foi o primeiro país a organizar um instituto de cinema educativo, em 1925, o Istituto Nazionale Luce.

poderia ser mais eficaz do que o uso dos livros. Neste contexto de renovação didática e conceitual, o cinema se tornou uma possibilidade no processo de formação do aluno considerando os impactos na formação cognitiva e simbólica que pode realizar, porém, ainda hoje esse uso é limitado.

Para Selva Guimarães Fonseca em seu trabalho Cinema e ensino de História é apontado que:

No Brasil, a ideia de colocar o cinema a serviço da educação e do ensino de História motivou elites e dirigentes educacionais, educadores, sobretudo os escolanovistas, além de historiadores ao longo do século XX. Ensaios, obras didáticas, jornais, relatórios e revistas especializadas passaram a publicar comentários, análises, sugestões e propostas de trabalho didático mostrando as vantagens, bem como os riscos de utilização do cinema no ensino de História. No período mais recente, com o desenvolvimento da pós-graduação, pesquisas e teses acadêmicas têm investido na questão, bem como sobre a própria historicidade do tema na educação brasileira (Fonseca, 2009, p. 153).

No entanto, estudos demonstram que as relações entre cinema e história e cinema e educação, tanto no contexto europeu como no Brasil, são bem mais antigas. Desde o início do século XX, há registros e publicações de intelectuais, cineastas, historiadores e educadores sobre história e cinema e a viabilidade do uso do cinema na educação. Éder Cristiano de Souza (2012) também traz que foi nesse movimento que a História logo adquiriu lugar privilegiado:

A ambição de recriar épocas e reconstituir histórias, antes conhecidas apenas por meio de narrativas escritas e orais, levou alguns cineastas a criar as primeiras películas históricas já nas décadas iniciais do século XX. Tal movimento se tornou maior e difundiu-se nas décadas seguintes, sendo que atualmente são incontáveis e muito variados os registros fílmicos produzidos a partir de temáticas históricas (Souza, 2012, p.71).

O educador e estudioso do ensino de História no Brasil, Jonatas Serrano criou grandes expectativas com a possibilidade da utilização didática do cinema. Seu principal objetivo foi apresentar métodos inovadores e estimulantes, para superar um ensino tradicional, que era focado na memorização de conteúdos através de leituras maçantes e da repetição de datas e nomes. Segundo Maria Auxiliadora Schmidt (2005), Serrano foi um estudioso que se influenciou fortemente pelo ideário da Escola Nova, no contexto do chamado 'entusiasmo pela educação. Entre as propostas

de Serrano um importante aspecto foi sua defesa da necessidade de se “ensinar pelos olhos e não só pelos ouvidos”. Nessa direção, o cinema se tornou elemento central, pois para o teórico “Graças ao cinematografo, as ressurreições históricas não são mais uma utopia. O curso ideal fora uma serie de projeções bem coordenadas, o cinema ao serviço da história – imenso, gaudio e lucro incalculável dos alunos” (Serrano *apud* Schmidt, 2005).

O cinema pode então ser pensado como elemento presente e permanente nas reflexões sobre ensino e aprendizagem de História, ocupando espaços e contornos específicos no conjunto do ensino disciplinar que se desenvolveu nos últimos tempos. Depois de entendermos o caminho histórico percorrido para a introdução e desenvolvimento do cinema no ensino-aprendizado abordaremos aspectos que caracterizam de fato essa prática em sala de aula.

É importante ressaltar que o uso de filmes, especialmente o de ficção, deva se constituir em um instrumento de reflexão sobre a sociedade e seus modos de ser e não se transforme simplesmente em um complemento para preencher algumas horas do calendário escolar. David Teodoro Lopes e Dionas Pavanello (2015) salienta que:

O filme não pode e nunca vai substituir o conteúdo de uma aula de história, mas ao utilizar o filme como contribuição para levar mais conhecimento aos alunos, podendo diversificar o aprendizado com uma linguagem a qual muitos deles não sabem tirar proveito do conteúdo apresentado, o resultado na prática promete ser muito satisfatório (Pavanello; Lopes, 2015, p. 42).

Dessa maneira, com o crescimento da indústria cinematográfica, os filmes passaram a ser vistos não apenas como entretenimento, mas também como material de conhecimento e aprendizado. E também de propaganda política-ideológica, como instrumento de guerra, como meio de produzir e circular representações.

O professor, ao escolher um filme para ser trabalhado, tem que ter o objetivo definido ao utilizar o mesmo, seu conteúdo e os procedimentos que serão utilizados para analisá-lo. Também deve ter consciência das implicações, dos riscos e limites do material selecionado. O que considerar

sobre o filme que apresentará aos alunos? O que acrescentará ao conteúdo da aula de história? Quais os objetivos intrínsecos presentes na criação de determinada obra cinematográfica? Quais discursos, representações e mensagens transmitirá ao aluno?

Segundo Luís Rodrigues dos Santos (2018), longe de ser um mero elemento ilustrativo sobre determinado período histórico, acontecimento ou personagem, o uso da ferramenta cinematográfica deve contribuir para imbuir o aluno de uma capacidade interpretativa e crítica, percebendo que os filmes também reproduzem um enquadramento de determinado aspecto que se deseja evidenciar, suggestionar ou até mesmo impor ao coletivo. Para tanto, é preciso que docentes e discentes estejam em posse dos aparatos teóricos e metodológicos adequados para proceder essa investigação. Objetiva-se, com isso, fomentar uma leitura crítica do que uma produção fílmica almeja, do que ela busca representar e que discurso pode incutir.

Da Rosa e Lera ao discutir o papel que assume o cinema afirmam que:

O mesmo tem um duplo papel no ensino de história: agente e documento. Agente da história uma vez que transmite conceitos e valores do seu tempo, sendo um produtor de sentidos. Neste caso, é preciso associar a produção cinematográfica com o mundo que a produziu para entender como ele atua repassando valores e conceitos. Documento, porque os filmes auxiliam a construir a história, através da pesquisa, e a compreender o mundo. O cinema, nestes dois papéis estimula a percepção, permitindo ao aluno desenvolver estratégias de exploração, de busca de informação e de relação (Da Rosa; Lera, 2013, p. 199).

Dessa maneira, cabe ao professor, exercitar sua criatividade para inserir os filmes na sala de aula como um recurso capaz de instigar os debates sobre as questões em pauta. Com isso, estará estimulando nos alunos as capacidades investigativas do historiador: a curiosidade, a comparação, a dedução e o trabalho com fontes. Além disso, o uso dos filmes pode auxiliar o professor a explicar os conceitos históricos de forma mais didática, ilustrativa e dinâmica. Porque a compreensão dos conceitos históricos é fundamental para o aprendizado de história. Mas, Da Rosa e Lera ainda alertam que:

O professor não deve cometer o erro de buscar nas produções cinematográficas a verdade histórica, porque não a encontrará. O que os filmes oferecem são “verdades e “inverdades” parciais. Uma produção cinematográfica nunca pode abordar a verdade dos fatos históricos, mesmo que seu diretor assim desejasse. Sempre há a possibilidade de encontrar nos “filmes históricos” personagens que não existiram, romances e casos de amor inexistentes, ou omissões de fatos importantes. Isto porque o cinema implica em seleção, montagem, generalizações, condensações ou omissões; algumas vezes invenções e falsificações (Da Rosa; Lera, 2013, p. 205).

Os dois autores também apresentam uma pequena classificação de tipos de filmes que podem facilitar seu uso na sala de aula pelo professor. São eles: filmes históricos que tratam de fatos que aconteceram ao longo da história; filmes “de época”, os quais apresentam um passado pitoresco e alegórico como argumento histórico. Nestes, é maior a preocupação com a reconstrução dos ambientes, das roupas e dos costumes históricos do que com a história propriamente dita. Também existem os de ficção histórica, cujo enredo é uma ficção com sentido histórico e os filmes de mito, que se baseiam na mitologia.

Os documentários igualmente são gêneros de cinema e se encaixam nesta pequena classificação de tipos. Os documentários se encaixam muito bem nas aulas de história e de outras disciplinas. Sua exploração para fins pedagógicos pode, em alguns momentos, ser considerada mais fácil ou até mais apropriada que o filme de ficção. A linguagem dos documentários é mais clara, pois desde o princípio o documentarista já revela do que se trata, sua opinião sobre o tema e de que realidade fala.

Ou seja, a partir das classificações fílmicas o professor tem as possibilidades de escolhas do tipo de filme que melhor aborde sua temática e estimule a turma a buscar o conhecimento histórico. Mediante essa assertiva, Da Rosa conclui que:

Independentemente do tipo de filme escolhido pelo professor para ser usado nas aulas de história, o essencial é que não esqueça que o cinema é, e sempre será, uma representação do passado. E com esta informação na mente, faça do cinema um companheiro de trabalho (Da Rosa; Lera, 2013, p. 2008).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para o ensino de História alertam que um filme abordando temas históricos ou de ficção pode ser trabalhado como documento se o professor tiver a consciência

de que as informações extraídas estão mais diretamente ligadas à época que o produziu do que à época que retrata. Partindo desse ponto é possível pensar até mesmo, como o apartheid pode ter sido usado como espelho pelas sociedades onde esses filmes eram produzidos, para falar de seus próprios problemas com a desigualdade racial e o racismo por exemplo, ou seja temática atuais e que podem ser exploradas a partir de produções não tão atuais mais que não deixa de direta ou indiretamente abordar determinados conteúdos.

Todo o esforço do professor pode ser no sentido de mostrar que, à maneira do conhecimento histórico, o filme também é produzido, irradiando sentidos e verdades plurais. Nesse sentido, os filmes, constituem importantes fontes de estudo da História. Porém, devemos estar atentos à linguagem própria da cinematografia, que não tem compromisso com a historiografia e nem com a didática da história. Logo, exige do professor uma postura crítica e problematizada a como em relação às demais fontes históricas. O professor Willian Reis Meirelles (2004) reitera:

Que há situações como as que ainda ocorrem na Educação Básica, por exemplo, onde a utilização do cinema ainda se encontra retida em uma esfera ilustrativa. Seja por conta de suas limitações curriculares, das diretrizes que muitas vezes buscam apenas a formação para o mercado de trabalho ou até mesmo a falta de formação dos docentes diante das novas possibilidades de aperfeiçoamento dos instrumentos de ensino, ainda vê o cinema como mero mecanismo de entretenimento. Por isso, ainda encontramos o uso de filmes como um recurso complementar, seja para evidenciar algum aspecto abordado em sala de aula, seja para ocupar algum espaço ocioso (Meirelles, 2004, p. 86).

Por isso, a importância de pesquisas e estudos voltados para essa relação do cinema com o ensino de história poderá ajudar o professor a ter mais recursos para sua atuação em sala abrindo caminho para o aprofundamento das reflexões sobre o uso deste recurso didático.

Após, percorrer o caminho da relação da história com cinema e sua conexão com a prática de ensino, é essencial entender o lugar das “Histórias das África” nesse processo. O que foi produzido sobre o continente africano no cinema até hoje? Como são feitas essas abordagens? Como enxergam a História das Áfricas? E como trazem para as telas?

Ressalto que ao utilizar o termo “das Áfricas” refiro-me a compreensão de que quando falo em História da África não estou me referindo a uma história única. É necessário entendermos que temos “várias Áfricas” a partir desse conhecimento já começamos a quebrar os tabus acerca desta história.

A HISTÓRIA DAS ÁFRICAS ATRAVÉS DAS TELAS

A história do continente africano sempre foi vista e disseminada pelos meios de comunicações como uma história negativa, cercada por características desprezíveis e sem reconhecimento. Porém, recentemente esse olhar sobre a história das Áfricas vem sendo modificado a partir dos debates, disciplinas, pesquisas no meio acadêmico e nas escolas com a aplicação da lei 10.639/03. Porém, ainda é recorrente encontrar nos meios de comunicações a visão negativa de Áfricas, uma realidade que infelizmente ainda não se modificou, pois as barreiras, discursos, produções e circulações dessa ideia negativa que se espalhou nos meios de comunicações são constantes e irreparáveis.

É importante salientar que esse trabalho de romper as ideias pré-existentes sobre África percorre um caminho gradual e ainda cheios de barreiras que vem se estendendo desde o processo da colonização. O fato é que o colonialismo fez com que surgisse uma compreensão de identidade muito específica sobre o continente africano. Uma breve análise dos trabalhos que estudam cinema e história das Áfricas aponta como as representações criadas sobre Áfricas foram estabelecidas e consolidadas.

De acordo com Marcos José de Melo (2010) ao escrever “Pobre África! ”: a persistência das representações colonialistas sobre o continente africano no cinema contemporâneo é decorrente do fato das mesmas não serem novidade:

Desde a antiguidade a África tem sido retratada a partir de uma relação de estranhamento pelos ditos “ocidentais europeus civilizados”. Nos mapas, por exemplo, até a Idade Moderna, a África era povoada por todo tipo de aberração humana, animal e climática. No contexto do fenômeno da escravidão as representações

européias da África não melhoraram. Não obstante, a imagem que temos hoje do continente africano se deve a um período bem mais recente e definido da História: a conquista, ou partilha, da África, no final do século XIX. É nesse período que surge e se afirma o “véu de preconceitos que ainda hoje marcam a percepção de sua realidade (Melo, 2010, p.4).

No trabalho de Melo é possível perceber a sua preocupação com a cultura histórica vigente a respeito do continente africano, que tem como principal mecanismo difusor precisamente a indústria cinematográfica ocidental. Pois, segundo o autor, o cinema tem sido o veículo midiático de maior importância na transmissão dessas representações da África. Existe uma profusão de filmes oriundos da indústria cinematográfica norte-americana e europeia que retratam de alguma forma o continente africano em seus enredos. Para Edite Nascimento Lopes que fez uma análise de filmes de origem hollywoodiano que tratam do continente, concluiu:

Estes filmes consagram, em geral, certezas cristalizadas sobre o continente africano, ora naturalizando a violência e a fome, ora apostando nos clichês da violência, guerras, doenças, desordem e ausência de valores civilizatórios. Percebe-se então, que a indústria cinematográfica reitera valores eurocêntricos para representar o continente africano sob a marca do homogêneo (Lopes, 2017, p. 173).

Conforme Ângela Maria Roberti Martins e Washington Dener dos Santos Cunha ao estudarem África em movimento: A história e o cinema africano contemporâneo destacaram que o cinema, desde o seu surgimento, apresenta o continente africano como:

O local exótico, o paraíso necessário aos europeus diante de seus conflitos existenciais e suas vidas monótonas. Essa tendência seguiu um longo percurso, acompanhando a virada do século XIX para o século XX e chegando até o pós-guerra no processo de descolonização da África (Martins; Cunha, 2013, p. 29).

Na mesma linha, Anderson Oliva (2007) afirma que o século XX presenciou uma série de produções no campo da literatura e do cinema que contribuíram decisivamente para a perpetuação e divulgação das imagens dos africanos associados a seres primitivos, submissos, dominados, selvagens, animalizados, canibais, lascivos e inferiores.

Essas heranças históricas, são resultantes de um passado colonizador que alimenta estereótipos baseados na ideia de uma raça

inferior, quase sempre mostrada como digna de compaixão ou de desprezo. Esses estereótipos e clichês, presentes nas narrativas fílmicas, são frutos das sociedades carregadas das imagens e preconceitos sobre o continente africano.

O professor e pesquisador Juvenal de Carvalho Conceição ao escrever uma resenha sobre o filme *Madagascar* para a revista *Írohín*, destacou que:

Um desenho aparentemente inocente e despretensioso, sintetiza bem o pensamento que o mundo ocidental tem sobre a África, em que resume em dois grandes padrões. O primeiro deles é o silêncio, a omissão, o desconhecimento, a distância. O continente não é citado, não aparece, não existe. Esse profundo silêncio só é rompido, como acontece neste desenho, para trazer à tona registros que sirvam ao segundo padrão: a construção, reafirmação e reprodução de uma imagem negativa da África que é vista então como uma totalidade homogênea, símbolo do primitivismo, da selvageria, do atraso, do misticismo, da feitiçaria, da irracionalidade, do exotismo, do não humano, não civilizado, sem cultura. Ao continente africano é associado tudo que é feio, ruim e demoníaco. Acrescente-se a isto a ideia de maldade e hostilidade do clima, que sempre aparece como um deserto ou como uma selva, para termos então um resumo do pensamento ocidental sobre a África (Conceição, 2004, p.03).

Além de Conceição (2004), Lopes também escreveu uma análise sobre *Madagascar* e conclui:

Neste desenho aparecem animais que falam, pensam e agem por conta própria, tomando decisões e exprimindo opiniões, algumas das quais baseadas em estereótipos e preconceitos graves sobre o continente africano, reforçando as representações de que este é um “lugar inviável”, a ponto de até mesmo os personagens do desenho, no caso, os animais, rejeitarem morar nestas terras. Opiniões, representações e preconceitos sobre a África, neste desenho, podem ser considerados mensagens subliminares, que constroem versões e ideias sobre este continente, transmitindo-as ao público de forma sutil, fazendo com que este as assumam como se fossem suas. E esta é a forma primordial utilizada pela indústria cinematográfica hollywoodiana para construir imagens e opiniões negativas sobre a África (Lopes, 2017, p. 186).

Percebe-se que os dois autores ao analisar as mesmas fontes chegam a conclusões parecidas sobre a produção. Lopes ainda reafirma que:

Filmes, produzidos pela indústria cinematográfica hollywoodiana, se fundamentam em estereótipos diversas, opostas ao que existe na África, a exemplo da ideia de que os leões vivem nas selvas, e de que esta é a paisagem predominante no continente africano. A civilização ocidental construiu representações etnocêntricas

sobre o continente africano, e estas se encontram presentes em praticamente todos os filmes produzidos pela referida indústria cinematográfica. É quase impossível analisar corretamente uma narrativa fílmica sem intervir nas considerações ligadas ao aspecto visual desta. Vale salientar que o filme é um gênero cinematográfico que se caracteriza em representar a realidade de forma convincente, com relatos e exposições que contribuem para facilitar a compreensão (Lopes, 2017, p. 175).

Desse modo é possível entender que parte das representações existentes nos filmes produzidos pela indústria cinematográfica hollywoodiana sobre o continente africano apresenta-o como um lugar totalmente inviável. Isso de fato é possível concluir a partir de outros trabalhos já realizados sobre filmes que abordam o continente africano os quais os autores identificam as visões errôneas sobre África.

Tais representações destoam da África que vem sendo discutida nos trabalhos trazidos pela historiografia, a exemplo da Coleção *História Geral da África* que mostra diferentes culturas, inovações tecnológicas, migrações, movimentos, guerras, dentre outras questões. Por muito tempo as sociedades africanas foram apresentadas pela historiografia colonial como carentes de história. Esta seguiu as trilhas indicadas pelo pensamento científico predominante no século XIX em que afirmava que a África não tinha história. Joseph Ki-Zerbo (2010) destacou que, apesar de ter existido importantes trabalhos efetuados desde as primeiras décadas do século XX por pioneiros como Leo Frobenius (1967), Maurice Delafosse (1928) e Arturo Labriola (1970), um considerável número de especialistas não africanos, ligados a certos estigmas, sustentavam a ideia de que essas sociedades africanas não podiam ser objeto de um estudo científico.

Por meio da indústria cinematográfica em questão, o cinema ainda tem sido um veículo transmissor de uma cultura histórica, “corrompida” com valores e pontos de vista ocidentais, com o uso estereotipado dos contextos, promovendo um cenário que na maioria das vezes destoa das descrições e informações existentes na historiografia produzida por pesquisadores africanos. Por isso a necessidade de trazer um novo olhar da história das Áfricas nos diferentes campos de estudos. Lopes traz que partindo de premissas homogeneizantes, grande parte destas estereotípias é fundada a partir:

De elementos baseados no etnocentrismo, e ao mesmo tempo apoiadas no senso comum de que na África só existem selvas, povos atrasados e famintos, bem como uma desordem completa. Essas representações trazem consigo os elementos do eurocentrismo e etnocentrismo, que reserva para África um lugar secundário e subalterno, desprovido de aspectos civilizatórios, racionais e humanos (Lopes, 2017, p. 181).

É possível perceber como as representações sobre o continente africano foram construídas, disseminadas e articuladas ao logo do tempo e que não deixaram de ser reproduzidas pelas produções cinematográficas e em especial as produções de origem ocidental. Antes de qualquer coisa, o principal desafio para docentes, discentes e cineastas, é a desconstrução das representações predominantes sobre o continente africano. No sistema educacional um passo foi dado com a Lei 10.639/03, porém no cinema ainda há muito a ser feito. Juvenal de Carvalho Conceição (2004) aponta que todo esforço para superar os preconceitos contra o continente africano, feito pelas organizações do movimento negro, por professores e pelo poder público a partir da Lei 10.639 desaparece na tela dos cinemas.

Por isso a importância do papel do professor no momento em que seleciona filmes em que a temática seja o continente africano fazendo com que o debate, a didática e o conteúdo apresentado faça o aluno mergulhar no real sentido daquele fato, desconstruindo qualquer representação que tente negar ou mudar o sentido dos contextos históricos das produções sobre Áfricas. Conforme Melo (2010) a partir dessas ações será possível romper com “um regime de estereótipos, de representações largamente difundidas e aceitas a respeito do continente africano, que não são necessariamente falsas, mas certamente incompletas e por vezes exageradas.

Por muito tempo, foi explorada e registrada a ideia de que o continente africano só teve história a partir da colonização, ou seja tudo que veio antes a esse processo, foi desprezado, visto sem significado e sem valor. O que contempla o conjunto das representações criadas sobre África e que podemos confirmar ao analisar o cinema de cunho ocidental ao longo da pesquisa. Porém, é de suma importância entendermos o cinema africano a partir de suas produções, objetivos, dificuldades e alcance midiático, pois levará a compreensão das diferenças no que tange ao cinema. Segundo Mahomed Bamba:

As cinematografias africanas são contemporâneas dos períodos das independências dos países africanos, o que faz delas as mais jovens cinematografias do mundo. Na África o cinema se construiu como uma luta pelo direito a imagem, isto é, uma forma de autodeterminação pela imagem. A partir dos anos 60, a maioria dos países africanos de língua francesa acaba de aceder à soberania nacional; a produção cinematográfica é ainda incipiente. No entanto, nota-se, de forma embrionária, a imbricação do cinema com o destino político cultural das jovens nações africanas. O compromisso quase ético da primeira geração de cineastas africanos como o projeto político das nações africanas determinou para sempre o rumo e os objetivos das cinematografias nascentes (Bamba, 2006, p. 137).

Inicialmente, muitos escritores africanos defenderam a tese de que a rejeição à visão ocidental de filmes sobre a África motivou a produção cinematográfica africana, uma vez que a conjuntura de lutas pela independência fortaleceu as identidades dos países recém independentes. Todavia, nos diz Martins e Cunha (2013) que o início da produção cinematográfica pós-independência, além de gerar desconfiança nos recentes governos instalados, resultou em produções originais e autorais, obrigando cineastas locais a buscar locações diferentes de suas regiões e até mesmo fora do continente.

Segundo Danielle Heberle Viegas (2009) falar sobre a África ocorre em dificuldades, mas também em uma gama de possibilidades. Viegas afirma que:

Uma visão costumeira, que está aos poucos sendo desconstruída, diz respeito a um continente como um todo homogêneo e generalizado. Muitas interpretações foram forjadas e/ou consolidadas pelo cinema, se o entendermos como um meio técnico produtor de subjetividade em uma relação de criação e expressão nas sociedades (Viegas, 2009, p. 36).

No entanto, essa África figurada como reduto de estereótipos tem a sua significação manipulada quando a atenção é voltada aos sujeitos. Decodificar um olhar do cinema sobre a África é entender também como o outro expressado aqui pelos filmes ocidentais a percebe, reproduz e preserva em sua memória sociocultural.

Porém, aos poucos o cinema com a realização de produções de filmes especificamente de origem africana foi ganhando forma e conquistando seu espaço. Existe uma perspectiva no cinema de cunho de nacionalidade

africana contemporâneo que atravessa a construção de uma identidade cultural. Nesse sentido, responde tanto a um sentido local como a um ponto de reflexão sobre o continente africano, que, para além de toda a sua diversidade cultural, representa a união dos povos que residem nele. Para Martins e Cunha:

Os filmes africanos procuram compreender a realidade a partir dos mitos da tradição oral, através da qual buscam se afirmar no cenário mundial oferecendo a dicotomia entre o local e o global como forma de interpretação do mundo e da existência humana. Logo, o cinema africano contemporâneo nos oferece um contraponto cultural importante às certezas do mundo ocidental. (Martins; Cunha, 2013, p. 14).

Os primeiros filmes realizados pela primeira geração dos cineastas africanos podem ser lidos e interpretados como uma reação contra a iconografia acumulada durante o período colonial. A exemplo temos a realização do primeiro curta, "Afrique surSeine", por um grupo de cineastas negros que representou não somente um alargamento da experiência cinematográfica a outros povos, bem como simbolizou a era de novas contribuições, no plano estético, na história do cinema. Para tal, Bamba (2006) afirma que "as primeiras e tímidas vontades dos jovens governos africanos de se dotarem de infraestruturas cinematográficas foram também maneiras de quebrar a dominação colonial pela imagem.

Porém, Juvenal de Carvalho Conceição, ao escrever *Stuart Hall para pensar as representações da África* ressaltou como é antiga e variada a preocupação de historiadores com relação ao modo como à África é retratada. Segundo Conceição "os termos usados para caracterizar esse tratamento também têm sido variados. Até os anos de 1990 predominou o uso do termo 'Imagens'. Depois disso, o termo 'Representação' passa a ocupar um espaço crescente" (Conceição, 2016, p. 392).

Dentro desta perspectiva, Saliba (2007) chama atenção para a figura do professor em que um dos seus papéis está no esforço de desmitificar as chamadas imagens canônicas, tornando-se indispensável à reflexão sobre o cinema na sala de aula e um modelo de instrumento de crítica para trabalhar o filme neste espaço. Segundo o autor é cada vez mais necessário questionar as imagens canônicas mostrando ao máximo

porquê e como elas foram inventadas, que necessidades coletivas elas atenderam.

É contra este universo imagético, marcado por limitações políticas e comerciais, que os precursores do cinema africano se uniram não só para fazer os filmes, mas também para construir modos de distribuição e exibição. De acordo com Oliveira pode-se perceber, portanto, a necessidade que tiveram de criar espaços para a projeção dos filmes por eles realizados:

Estava claro para os realizadores, como também para críticos e cinéfilos, que para mudar este quadro era preciso fazer os filmes, mas também criar os modos de exibição e distribuição. Nesse intuito, surge, em 1966, a Jornada Cinematográfica de Cartago (JCC), na Tunísia, e, três anos depois, o Primeiro Festival de Cinema Africano de Ouagadougou, mostra que deu origem ao Fespaco. Feita a descolonização política, era preciso 'descolonizar as telas' (Oliveira, 2017, p. 59).

Este período marcou também o início da organização política dos cineastas, com a criação da FEPACI - a Federação Pan-Africana de Cineastas-. No final de 1960 e início de 1970 houve a expansão do cinema de *mégotage*, expressão utilizada por Ousmane Sembène, cineasta senegalês, considerado o pai do cinema africano, que defendia a produção de filmes cujo objetivo maior era denunciar as mazelas e indigências causadas pela dominação colonial europeia. Para o cineasta Sembène, a missão do cinema era denunciar e criticar os prejuízos sofridos pelos africanos pela exploração europeia. Daí a ideia do termo *mégotage* que traduzido significa "mesquinho" ou "avarento". Esta perspectiva foi predominante nas primeiras décadas do cinema africano e atuou como uma espécie de programa para o desenvolvimento das cinematografias.

O conceito de descolonização das telas foi central para o desenvolvimento do cinema africano, pois dizia a respeito aos conteúdos exibidos, isto é, a mostrar filmes feitos por africanos para um público africano e ao debate mais amplo sobre os meios de produção e circulação das obras. Foi nesse contexto da necessidade de descolonização das telas de cinema do continente que se fixou a base do movimento para os festivais de filmes africanos. Foi pensando nesta dimensão que Tahar Cheriaa criou o primeiro festival de cinema do continente conhecido como as Jornadas Cinematográficas de Cartago, em 1966, abrindo assim não só uma janela

para exibição de filmes, mas criando também um espaço político para debate das estratégias a serem seguidas visando a ampliação da difusão e políticas de incentivo à produção do cinema africano.

Obtendo bons resultados no primeiro festival, a segunda edição ocorreu quatro anos depois, em 1970 e foi ainda mais bem-sucedida que a primeira. Desta vez, além de mais recursos, filmes, países, cineastas e público, o festival alcançou desdobramentos na política de audiovisual da região que marcaram a história do cinema africano naquele momento. A partir de 1972, o Festival deu o tom da trajetória que seguiu nas décadas seguintes e ficou intitulado como *Fespaco*. Em 1985 os objetivos da *Fespaco* foram definidos em documentos, entre eles estavam: A disseminação dos filmes africanos, assim como permitir contatos e confrontações de ideias entre realizadores, contribuir para o desenvolvimento como meio de expressão, educação e de elevar as consciências.

De acordo com Janaina Oliveira (2017), cada vez mais países e pessoas passaram a participar. Em treze anos, de 1972 para 1985, o público quintuplicou, indo de 100.000 para aproximadamente meio milhão de pessoas. Aumentaram também as premiações e o Festival começou a gozar de prestígio também fora do continente. Essa escala seguiu em expansão e o número de espectadores em 2009 chegou quase a 1.100.000 pessoas. Em 2009 também estiveram presentes no Festival cerca de 90 países, da África e de outros continentes. O público sempre esteve no centro de todas as preocupações e interesses dos realizadores e dos criadores do *Fespaco*. Era de interesse dos cineastas e organizadores do festival mostrar os filmes aos africanos como forma de valorização, reconhecimento, cultura e resposta as ideias do cinema ocidental.

Entende-se que o Festival Panafricano de Cinema e Televisão de Ouagadougou, o *Fespaco*, foi fundamental na história do cinema africano. Os elementos que compõem sua história até hoje servem a cineastas, curadores, pesquisadores e estudiosos da temática tanto como um instrumento de tendências cinematográficas quanto de direcionamento das políticas de cultura presentes dos caminhos do cinema no continente africano de tal forma que é possível ter na sua história um fio condutor para

entender as diversas nuances, dinâmicas e complexidades que apontam o curso dos acontecimentos que marcam o fazer filmes no continente, pois as experiências africanas cujas forças modelaram seu passado seguem modelando e influenciando o presente.

Sobre a História das Áfricas no cinema é possível identificar que os problemas enfrentados são, em sua maioria, os que também se encontram na literatura africana, nos bancos escolares e na historiografia. No cinema, como estamos vendo, a representação do continente em sua maioria vem de um caminho percorrido pelo viés ocidental que levou a uma construção estereotipada da história da África reproduzida nas telas.

Portanto, a África cinematografada é a África presente nas imagens produzidas e reiteradas no âmbito da dominação colonial em suas múltiplas formas. Imagens em consonância com as percepções negativas construídas desde os primeiros tempos do contato do colonizador europeu com o continente africano que se tornou alvo de imagens eurocêntricas. Assim, se por um lado se produziram representações dos povos africanos de forma negativamente estereotipada, por outro, foram projetadas nas telas tantas outras representações que reiteravam e exaltavam como superiores as culturas do ocidente, colaborando assim com a ideologia de dominação colonial confirma Oliveira (2017).

A partir dos estudos revisados e analisados sobre o cinema e sua relação com a História de África a partir das suas representações, e de como estas sugerem efetividades que não se confirmam, quando comparadas com as descrições e realidades existentes na historiografia produzida pelos africanos, pode-se concluir que um outro olhar sobre a África é possível e as análises das representações, imersas nos filmes, tornam-se ponto de questão primordial.

Isso compreende submeter o filme a questões prévias, entre elas: Sob quais condições o filme foi produzido? Com quais intenções? Quais são as suas temáticas-chave? Qual foi seu impacto junto ao público? Esses questionamentos devem ser utilizados principalmente quando se trata das produções referente ao continente africano, um olhar aguçado, malicioso e persuasivo do professor será essencial para um novo olhar na história das Áfricas.

É nesse sentido que veremos a importância da implementação da Lei 10.369/03 nas escolas, destacando os desafios enfrentados por docentes para que, de fato, a lei seja bem-sucedida nas escolas e esse novo olhar sobre a história do continente quebre os paradigmas que a rodeiam.

LEI 10.639/03: IMPORTÂNCIA, EFETIVIDADE E DESAFIOS

A aprovação da Lei 10.639/03 foi uma das conquistas que representou um avanço na valorização e reconhecimento da história das Áfricas e afro-brasileira nos currículos escolares do nosso país. A lei, que passou a vigorar a partir de 09 janeiro de 2003, confronta o universo dos professores brasileiros com o desafio de apresentar para a população uma gama de conhecimentos multidisciplinares sobre o continente africano e o mundo afro-brasileiro.

A sanção da Lei 10.639/03 constituiu-se em um fato importante na história da legislação educacional brasileira, visto que a historiografia oficial exerceu o silêncio sobre a história do legado dos africanos no Brasil. A principal mudança estabelecida pela lei é que tornou obrigatório o ensino sobre História e Cultura da África e Afro-brasileira no currículo oficial da rede de ensino e incluiu como conteúdo programático:

O estudo sobre História da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinente à História do Brasil (LEI 10.639/03, 2003) (Bispo, Silva, 2008, p. 16).

A lei 10639/03 é resultado de uma luta histórica, principalmente do movimento negro que combate o racismo e a discriminação racial, de qualquer natureza e somente o conhecimento da história e de uma compreensão de sua cultura encaminha a sociedade para o rompimento com práticas preconceituosas e discriminatórias.

Marisa Antunes Laureano (2008), professora especialista em Ensino de História da África, aponta que, inicialmente, a lei surgiu com controvérsias, pois muitos a negaram como proposta de mudança da LDB, mesmo os seus termos sendo muito claros quanto a isto. Passado este período inicial de negativa da lei e de questionamento sobre sua real

obrigatoriedade de aplicação, houve o momento de aceitação. Nessa fase, algumas Secretarias de Educação passaram a desenvolver projetos e a criar leis que incluíam a História da África e da cultura afro-brasileira como integrantes dos projetos político pedagógicos dos municípios.

A lei, quando foi criada, abriu espaço para debates, pesquisas e publicações sobre a África nos mais diversos aspectos. Entretanto, esse espaço ainda é pequeno diante da importância do tema para a sociedade brasileira. Os desafios encontrados são inúmeros, mesmo, após dezenove anos de funcionamento, a lei ainda perpassa por muitas dificuldades na sua aplicabilidade. Anderson Ribeiro de Oliva ao escrever sobre a História das Áfricas nos bancos escolares afirmou:

A aprovação da lei 10639/03 gerou nos meios escolares e acadêmicos algumas inquietações e muitas dúvidas. Como ensinar o que não se conhece? Para além das interrogações, a lei revela algo que os especialistas em História da África vêm alertando há certo tempo: “esquecemos” de estudar o Continente africano. Às imagens e informações que dominam os meios de comunicação, os livros didáticos incorporam a tradição racista e preconceituosa de estudos sobre o Continente e a discriminação à qual são submetidos os afrodescendentes aqui dentro (Oliva, 2003, p. 431).

Para começar a mudar esse quadro de representações temos que, inicialmente, reconhecer a relevância de estudar as Áfricas independente de qualquer outra motivação. O professor deve conhecer a África não apenas para ensinar aos alunos, mas internalizá-la neles e a lei se configura nessa intenção. Marisa Laureano em seu trabalho sobre o ensino de História da África afirma que:

Desde que foi estabelecida a obrigatoriedade do ensino de História da África e da Cultura Afro-brasileira nas escolas, houve muita discussão no sentido de pensar “como aplicar a lei”, uma vez que haveria necessidade de mudanças curriculares nas escolas. Além disso, havia o quesito “conhecer o tema” para poder trabalhá-lo e aí as dificuldades se apresentaram. Como os professores, que pouco sabiam da História da África e da cultura afro-brasileira, poderiam trabalhar nas escolas com esta temática? Diante deste questionamento surgiram algumas perguntas: como os professores estão trabalhando, a partir do que conhecem sobre a África, com seus alunos em sala de aula? Quais as diretrizes tomadas pelos professores? Que representações da África é possível perceber no trabalho dos professores? Quais as necessidades que podem ser respondidas a estes professores? (Laureano, 2008, p. 335).

É necessário pensar os desafios que os professores enfrentam até hoje para que de fato a lei tem sua funcionalidade, além de sua preparação, como aponta a pesquisadora Laureano, que é fundamental neste processo de ensino.

Laureano (2008) ressaltou que os professores que não têm os recursos financeiros nem o incentivo das instituições para buscar material de apoio contam apenas com os livros didáticos e, estes também, não são suficientes para atender a demanda. “Para quem estuda a África nos livros didáticos o que se encontra é: Silêncio, desconhecimento e representações eurocêntricas” Na educação básica a referência do livro didático é muito habitual, e quando nos referimos a história do continente a problemática é grande, pois este silêncio e desconhecimento são expressivos e abordagem ao tema é mínima.

Anderson Ribeiro de Oliva em uma pesquisa para sua tese defendida em dois mil e sete concluiu sobre o uso do livro didático no ensino de história das Áfricas:

O silêncio, desconhecimento e poucas experiências positivas podem assim definir o entendimento e a abordagem da história africana nas coleções de livros didáticos brasileiros. As histórias dos iorubás, dos haússas, dos umbundos ou kicongos deveriam estar tão próximas de nós quanto à história dos gregos e romanos. Nossa ancestralidade encontra conexões profundas com essa parte de nossa fronteira Atlântica. E, por fim, parece-me inegável que a África e os africanos nos reservam um poderoso campo de pesquisa e de entendimento acerca da trajetória da humanidade (Oliva, 2008, p. 45).

Nos livros didáticos encontra-se a prioridade de conteúdos de Roma e Grécia antiga, guerras e revoluções específicas, grandes civilizações, entre outros que ocupam um recorte maior e significativo nos livros escolares. Esta falha reforça o quanto a história das Áfricas não é vista como prioridade e nem se encaixa nas prioridades de seleção dos conteúdos para os livros didáticos. O que torna contraditório ao se pensar que os conteúdos relacionados a história africana, afro-brasileira e da diáspora deveriam ocupar um espaço maior e significativo, afinal, é a história de nossos ancestrais, suas forças, trabalho e sangue que constituiu o que chamamos hoje de Brasil.

Ou seja, um dos primeiros desafios a serem enfrentados nessa jornada é o livro didático que tem como objetivo ser um recurso em que auxilie de forma positiva o professor em seus conteúdos. Porém, ao se tratar das abordagens da história do continente africano, acaba de fato dificultando o seu trabalho. Com isso, Laureano enfatiza:

O professor vai ter que superar muitos obstáculos se quiser trabalhar com a História da África em sua escola. Por isso, a vontade de ensinar não será suficiente e, quando as barreiras se apresentam para um profissional que já enfrenta muitas dificuldades, acaba caindo na desistência (Laureano, 2008, p. 341).

O segundo desafio é organizar um currículo que atenda a essas necessidades no que diz respeito à escolha dos conteúdos a serem abordados. O professor Kabengele (2015) Munanga em seu artigo: *Porque ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje?* Afirma que a questão fundamental que se coloca é como ensinar a história desses povos que na historiografia oficial foi preterida e substituída pela história de um único continente, silenciando a rica diversidade cultural em nome de um monoculturalismo justificado pelo chamado sincretismo cultural ou mestiçagem, quando na realidade o que se ensina mesmo é a Europa com sua história e sua cultura. Munanga discute a importância da educação multicultural:

Aqui se coloca a importância de uma educação multicultural que enfoque nossa rica diversidade ao incluir na formação da cidadania a história e a cultura de outras raízes formadoras do Brasil. As leis 10 639/03 e 11645/08 que tornam obrigatório o ensino da história do continente africano, dos negros e povos indígenas brasileiros têm essa função reparatória e corretora (Munanga, 2015, p. 21).

Essa dificuldade curricular, parte do histórico colonizador que deixou suas marcas em todos os âmbitos. Os currículos escolares infelizmente ainda apresentam falhas em priorizarem determinados conteúdos. Mais uma vez, Kabengele Munanga alerta:

A história de um povo é o ponto de partida do processo de construção de sua identidade, além de outros constitutivos como a cultura, os comportamentos coletivos, a geografia dos corpos, a língua, a territorialidade etc. Não é por acaso que todas as ideologias de dominação tentaram falsificar e destruir as histórias dos povos que dominaram. A história da África na historiografia colonial foi negada e quando foi contada o foi do ponto de vista do colonizador (Munanga, 2015, p. 25).

Na história da formação do Brasil os povos africanos, suas histórias e culturas, deveriam estar no topo dos currículos, pois para entender a formação de nosso país, e principalmente de nossa Bahia o primeiro passo é conhecer e entender a importância das Áfricas nesses contextos. Infelizmente a História das Áfricas é negada até mesmo na história da humanidade como confirma Kabengele Munanga quando diz:

Que sendo a África o berço da humanidade, é a partir dela que a história da humanidade começa e nela se desenvolveram as grandes civilizações que marcaram a história da humanidade, como a civilização egípcia. Por que essa história foi negada e quem a negou? Não foram os africanos, vítimas da negação. Foram os ocidentais, por questões ideológicas e políticas que acabaram alienando a personalidade coletiva do africano (Munanga, 2015, p. 25).

A história de um povo é o ponto de partida do processo de construção de sua identidade, além de outros fatores como os comportamentos coletivos, a língua, a territorialidade etc. Não é por acaso que todas as ideologias de dominação tentaram falsificar e destruir as histórias dos povos dominados.

Denise Maria de Souza Bispo e Luiz Gustavo Santos da Silva (2008) ao pensarem caminhos e desafios para o trabalho da História da África e cultura afro brasileira em sala de aula destacou que quando propomos questionar a necessidade real do aprendizado da história africana e cultura afro brasileira, estamos buscando, através de uma postura política, levantar algumas possibilidades ao contextualizar a memória coletiva que se faz presente nos mitos, nas cantigas, na religiosidade, nos aspectos corporais, gestuais, emblemáticos, cosmogônicos, expressados na origem e ancestralidade da matriz cultural nas Áfricas.

Com a perpetuação da insistência numa imagem didaticamente elaborada, em que a história africana e afro-brasileira é abordada sempre como incapaz de criar civilização, incapaz de promover sua própria libertação e, sobretudo, de ser agente histórico e capaz de estabelecer sua própria forma de existência, a ação imediata do professor é peça fundamental para descaracterizar estes discursos ideológicos construídos ao longo dos séculos. Como afirma Bispo e Silva:

É de extrema importância discutir os conhecimentos relacionados à vida na África e as possibilidades de perceber as riquezas materiais e imateriais que fazem parte do “mosaico” social africano, desde suas organizações em aldeias, cidades, reinos e impérios, oferecendo assim aos alunos a oportunidade de desconstruir concepções de inferioridade legadas às populações africanas. Atentar para os estereótipos relacionados aos laços mentais que vinculam o continente à miséria e à selvageria, pois, como afirma Cunha (2006, p. 02), o elemento básico para introdução da história africana não está na história africana e sim na desconstrução e eliminação de alguns elementos básicos da ideologia racista brasileira (Bispo, Silva, 2008, p. 18).

O ensino de história da África deve ser visto como uma possibilidade de romper com as estruturas eurocêntricas dos currículos escolares, dando aos alunos oportunidades de entender que outros continentes e povos, além dos europeus, contribuíram para a construção da história.

O terceiro desafio abordado é a capacidade reflexiva do sistema educacional brasileiro em gerar meios que possibilitem a efetividade da lei. Quando falamos do sistema educacional, é de conhecimento as dificuldades que ao longo do tempo, o sistema vem enfrentando, e trazer essa reflexão do ensino de África ainda é mais latente pois requer uma atenção maior e mais trabalhada, porém não acontece de fato como deveria ser, gerando assim, uma sequência de outros desafios como a falta de materiais didáticos, formação para professores e a organização dos currículos. Ou seja, dentro do desafio de enfrentar o sistema já se encontra as consequências dessa problemática e que é altamente refletido na relação de ensino aprendizagem dos professores e alunos.

Conclui-se, então, neste capítulo, a importância de ter percorrido as relações do cinema com o ensino e aprendizagem de história, a visão e produção do continente africano através do cinema, além da importância e desafios da lei 10639/03. Entender essas relações é essencial para o desenvolvimento do produto final desta pesquisa, pois identificando o papel dos filmes em sala de aula, estarei direcionando um material que possibilite, ajudar o professor. Além disso, ao analisar a bibliografia sobre a relação cinema e história da África, a mesma reflete nas análises já realizadas sobre os filmes que retratam a trajetória de Nelson Mandela e as representações construídas e encontradas a partir deles.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dessa pesquisa, foi possível considerar e concluir os seguintes pontos importantes: o primeiro foi identificar e refletir as representações construídas de Nelson Mandela pelos filmes estudados e ver como, de fato, as características técnicas da cinematografia conseguem influenciar e construir tais representações, ou seja, imagem, som, direção, roteiro, cenas e entre outros formam um conjunto de características que dão sentido para a construção da representação de Nelson Mandela. Porém é importante ressaltar que essas representações encontradas se identificam com ideias já preexistem sobre Mandela, pois, ao longo da história, ele é divulgado e considerado aquele que “salvou”, “libertou” e transformou a África do Sul. E essas ideias já formuladas são as que mais ganham circulação, principalmente, nas escolas, por isso que, ao adentrar nesta pesquisa na área do cinema, foi perceptível como acontece a representação de fato.

O segundo ponto é pensar a importância dos filmes em sala de aula como recurso didático no ensino de história. Mediante, ao desafio de ser professor, levar ludicidade para o ensino é um deles. Um filme que faça o aluno perceber um contexto histórico que seja do passado, mas propiciando ser discutido e trabalhado no presente fará com que o aluno não veja o recurso fílmico como algo desinteressante. Por isso, a ideia do produto final da pesquisa em oferecer ao professor um material que lhe oriente trabalhar o cinema em sala de aula, nesse caso, em especial, Nelson Mandela, África do Sul e o *Apartheid*.

Por último, é possível concluir a necessidade do debate bibliográfico no campo em que se estuda e pesquisa a importância do cinema como recurso didático no ensino, a lei 10.630/03 e o cinema e as histórias das Áfricas. Foi necessário, durante esse trabalho, perpassar por esses debates para melhor compreender o papel dos filmes para o ensino de história.

Como afirma em um desses debates a autora Patrícia Souza (2016) que ao estudar as representações de Tarzan no cinema conclui que muito já se tem produzido a respeito do ensino de História da África no Brasil,

principalmente, ao longo dos últimos catorze anos desde a homologação da lei 10.639/2003. No entanto, as representações depreciativas continuam constituindo-se como barreiras para a aplicação efetiva da referida lei. Assim, é possível também discutir temas na sala de aula como a representação da África e dos africanos. Pensar o cinema enquanto um poderoso veículo de produção e disseminação dessas representações.

Por isso, nessa presente pesquisa, nos propomos a pensar no cinema como suporte pedagógico para o ensino de História da África, além de conhecer a vida de Nelson Mandela e como sua trajetória foi construída ao longo da história, refletindo, dessa maneira, como as ideias preexistentes de líder, mito, consagrado, pai, amigo e solitário foram construídas e circulam até hoje pelo mundo.

REFERÊNCIAS

FÍLMICAS

Invictus. Diretor Clint Eastwood. Estados Unidos. 2009.

Mandela luta pela liberdade. Diretor Bille August. França. 2007.

Mandela- O Caminho para liberdade. Diretor Justin Chadwick. África do Sul / Reino Unido. 2013.

BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Pedro. Cinema e história: perspectivas e caminhos. In: **Cruzar história: I Oficinas Luso-Afro-Brasileiras**. Ed. CITCEM, 2006, p.76-85.

BAMBA, Mahomed. A recepção dos filmes africanos no Brasil. In: **Estudos de cinema e audiovisual**. 1ª ed. São Paulo, Ed. Annablume, 2006, p.135-142.

BARROS, José D´ Assunção. **Teoria da história**. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BRAGA, Pablo de Rezende Saturnino. **A rede de ativismo transnacional contra o Apartheid na África do sul**. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro, Agosto. 2010.

BATISTELA, Simone. **Congresso Nacional Africano x Inkatha Freedom Party: Relações étnicas de poder (1990-1994)**. Trabalho apresentado no X Encontro estadual de história. Universidade Federal de Santa Maria. 2010.

BISPO, Denise Maria de Souza. DA SILVA, Luiz Gustavo Santos. Ensino de História da África e Cultura Afro-brasileira: Desafios e Possibilidades. **Rev. Tempos e Espaços em Educação**, UFS, v. 1, jul. /dez. 2008, p. 15-20.

CONCEIÇÃO, Juvenal de Carvalho. **Stuart Hall para pensar as representações da África**. Projeto História, São Paulo, v. 56, n. 57, p. 340-355. Set. Dez. 2016.

CONCEIÇÃO, Juvenal de Carvalho. Madagascar: a África entra em Cena. **Rev. Írohín**, n.11, 2004.

DA ROSA; LERA. Cristina Souza; Josep María Caparrós. O cinema na escola: uma metodologia para o ensino de história. **Rev. Educação foco**, Juiz de Fora, v. 18, n. 2, p. 189-210, jul. / out. 2013.

DE MELO, José. "Pobre África!": A persistência das representações colonialistas sobre o continente africano no cinema contemporâneo. In: **XIV Encontro Estadual de História - Anpuh - PB**, 2010, João Pessoa. Caderno de Resumos do XIV Encontro Estadual de História da ANPUH-PB. Campina Grande: EDUFCEG, 2010. v. Único. p. 45-46.

DELTON, Aparecido Felipe. Teresa, Kazuko Teruya. **Imagens da África do Sul no cinema: Contribuições da análise fílmica na educação escolar**. Iniciação Científica Cesamur, n.11 Jan./Jun. 2008.

DOS SANTOS. Luis Rodrigues. **Cinema, cultura e ensino de História: considerações sobre o uso do recurso cinematográfico em sala de aula**. Revista Espaço Acadêmico, v. 201, fev. 2018.

DE OLIVA. Anderson Ribeiro. A História da África nos bancos escolares. Representações e imprecisões na literatura didática. **Rev. Estudos Afro-Asiáticos**, n. 3, 2003, p. 421-461.

FERRO, Marc. **Cinema e História**. Tradução: Flávia Nascimento. São Paulo: Paz e terra, 2010.

FONSECA, Selva Guimarães. Cinema e ensino de História. **Rev. Arquivo Público Mineiro**, n. 45, 2009, p. 150-159.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Tradução: Daniel Miranda e Willian Oliveira. Rio de Janeiro. Ed. PUC Rio: Apicuri, 2016.

HALL, Stuart. **Raça, Cultura e Comunicações**: Olhando para trás e para frente dos estudos culturais. Revista do programa de estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História. PUC-SP. n.31 Julho/dez. 2005.

KI-ZERBO, Joseph. **História Geral da África**. Brasília: UNESCO, Secad/ MEC, UFSCar, 2010.

KIZERBO, Joseph (Org.). **História Geral da África**, v. I — Metodologia e Pré história da África. Brasília, UNESCO/ MEC, 2010.

LAUREANO, Marisa Antunes. O Ensino de História da África. **Rev. Ciência**, n. 44, Porto Alegre, jul./dez. 2008, p. 333-349.

LAGNY, Michèle. O cinema como fonte de história. In: **Cinematógrafo**: um olhar sobre a história. Salvador: EDUFBA; São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

LOPES, Edite Nascimento. Mídias, discursos e representações: África a partir do cinema Hollywoodiano. **Rev. Grau zero**, v. 5, 2017. p.173-191

MANDELA, Nelson. **Conversas que tive comigo**. Tradução: Ângela Lobo de Andrad, Nivaldo Montingelli Jr., Ana Deiró. Rio de Janeiro, ed. Rocco, 2010.

MANDELA, Nelson. **Longa caminhada até a liberdade**. Tradução: Paulo Roberto Maciel Santos. Curitiba, PR: Nossa cultura 2012.

MEIRELLES, Willian Reis. O cinema na história. O uso do filme como recurso didático no ensino de história. **Rev. História e Ensino**, Londrina, v. 10, out. 2004, p. 77-88.

MARTINS, Angela Maria Roberti. CUNHA, Washington Dener dos Santos. **África em movimento**: A história e o cinema africano contemporâneo. Rev. Mulemba. n. 9, jul /dez. 2013, p. 22-37.

MUNANGA, Kabengele. Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje? **Rev. do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 62, dez. 2015, p. 20-31.

NOVA, Cristiane. Narrativas históricas e cinematográficas. In: **Cinematógrafo**: um olhar sobre a história. Salvador: EDUFBA; São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

OLIVA, Anderson. **Lições sobre a África**: entre as representações dos africanos no imaginário ocidental e o ensino da história da África no Mundo Atlântico (1990-2005). Brasília: Universidade de Brasília, 2007.

PEREIRA, José Francisco. **Apartheid – O horror Branco na África do Sul**. Ed. Brasiliense, São Paulo, 1989.

PINTO, Edgar Roquete. **Revista Nacional de Educação**, v. 1, 1933, p. 1.

PAVANELLO, Dionas. LOPES, David Teodoro. **A história da África através do cinema**. Trabalho apresentado no VII Congresso Internacional de História. 2015, p. 36-44.

RASSOOL, Ciraj. Patrimônio e nação no pós apartheid, ordem biográfica, complexo memorial e o espetáculo da história. Tradução: Fábio Barqueiro Figueiredo. In: **Lutas pela memória em África**. Ed. EDUFBA, 2019.

SOUZA, Cristiano. O uso do cinema no ensino de história: Propostas recorrentes, dimensões teóricas e perspectivas da educação histórica. **Rev. Escritas**, v.4, 2012, p. 70-93.

SOUZA, Patrícia de Santana. **Das telas para a sala de aula: as representações de África através do filme A Lenda de Tarzan**. 2016.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. “O método é a maravilha da escola e a delícia do professor”. Os manuais didáticos e a construção da prática de ensino de História. In: **GUEREÑA, Jean-Louis; OSSENBACH, Gabriela; POZO, María del Mar del. Manuales escolares en España, Portugal y América Latina, Madrid: Universidad Nacional de Educación a Distancia, 2005.**

SILVA, Marcos. **História, filmes e ensino: desavir-se, reaver-se**. In: Cinematógrafo: um olhar sobre a história. Salvador: EDUFBA; São Paulo, n. 43 Ed. UNESP, 2009.

SANTOS, Letícia Soares. CARVALHO, Noel dos Santos. **O negro no cinema brasileiro em 2015**. Trabalho apresentado na IJ04– Comunicação Audiovisual do XXIII Congresso de Ciências da Comunicação. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Junho. 2018.

PEREIRA, AD. Apartheid: apogeu e crise do regime racista na África do Sul (1948-1994). In: MACEDO, JR., (Org.). **Desvendando a história da África**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

STENGEL, Richard. **Os caminhos de Mandela: lições de vida, amor e coragem**. Tradução: Douglas Kim. São Paulo: Globo, 2010.

VIEGAS, Danielle Herbele. África como pretexto: um ensaio de História & Cinema. **Rev. Espaço acadêmico**, n.103, dez. 2009.

SOBRE OS AUTORES

Cássia Caren Santana Teixeira:

Graduada em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia(2019), Mestra em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia(2023) e Integrante do Grupo de Pesquisa África em Pauta (UFRB).

E-mail: cassiakaren.12@hotmail.com

Juvenal de Carvalho Conceição:

Professor de História da África, (CAHL/UFRB). Leciona na Graduação em História. Docente Permanente do Mestrado Profissional em História (CAHL/UFRB). Doutor em História (PUC – SP), Mestre em História (UFBA), Bacharel e Licenciado em História (UFBA). Coordena o grupo de pesquisa África em Pauta.

E-mail: juvenal@ufrb.edu.br

ISBN: 978-65-6136-003-6



9 786561 360036 >



EDITORA UFRB
Viva a leitura!